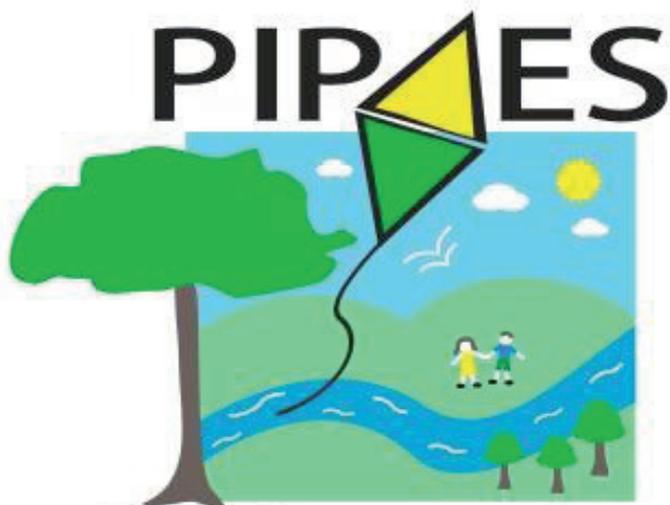


**DIAGNÓSTICO E PLANO PARTICIPATIVO
DA GLEBA DIVISA**



**Projeto Integrado de Proteção
Ambiental e Economia Sustentável
na Gleba Divisa**

Novo Mundo, Mato Grosso, Brasil

2011

ORGANIZAÇÕES EXECUTORAS

Associação de Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa

Amado Oliveira (Presidente)

Escola Estadual Tarley Rossi Vilela

Marinaldo Magalhães Castro (Coordenador)

Fauna e Flora Internacional

Nira Fialho (Coordenadora do Programa da Amazônia)

Fundação Ecológica Cristalino

Larissa Testoni (Coordenadora Geral de Projetos)

Luciana Egewarth (Técnica em Articulação e Organização Comunitária)

Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Prefeito e Secretários Municipais

ORGANIZAÇÕES COLABORADORAS

Associação União Cristalino

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

Hotel Cristalino Jungle Lodge

IAMA – Instituto de Assessoria em Agroecologia e Meio Ambiente

SEMA - Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso

A Gleba Divisa Cristalino

Gabriela Oliveira Kiister Martins

Gleba Divisa abençoada e enriquecida de uma biodiversidade exuberante

Onde a destruição muitas vezes é constante.

Conservar para viver ou destruir para morrer?

Há economia com baixo impacto de degradação

O que nos falta é união e organização

Em junho de 2010 esperançosos se uniram

a pesquisa de campo saíram

Trouxeram resultados

Resultados do modo de vida da população

Da carência e isolamento

Com o resultado nas mãos

Buscamos ação

Conservar para viver melhor e evitar o pior

Gleba Divisa limpa e saudável para todos nós!!!

**MONITORES DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO E PLANO DA GLEBA
DIVISA**

Comunidade	Monitor
Rochedo (2)	01. José Borges da Rosa Sobrinho 02. Agnaldo Machado dos Santos
Treze e Quarenta (2)	03. Davi Ananias 04. Valdirene Moreno Fernandes
Pezão (2) São Pedro, São Paulo e Jaboti (3) Chicão (4)	05. Marinaldo Magalhães Castro 06. Renata Leal de Lima 07. Judite da Silva de Lima 08. Neozito Alves dos Santos 09. João Antonio Pagliarini 10. Regina Maria dos Santos 11. Divino Damasceno 12. Clarista Rosado
Valmor Martins e Piruca (4)	13. Gabriela Oliveira Kiister Martins 14. Geraldo Valdecir Martins 15. Marli Dias Nunes 16. Alicia Evangelista Dias 17. Teresa da Rosa Martins
Cinco Mil (10)	18. Amado Santos de Oliveira 19. Ivone Bezerra da Silva 20. Marli Alves da Rosa 21. Rômulo Felipe Bronner Fragosa 22. Geraldo Duarte Florêncio 23. Geni Ribeiro de Souza 24. Claudenir Gonçalves 25. Elcione Ferreira de Souza 26. Sandra Maria Kiister Dias 27. Cesar de Alencar de Mello Dias
Barra Norte, Schimit e Chapéu Preto (3)	28. Terezinha Rosado da Silva 29. Claudemir Luiz Braitenbach 30. Lorena Heck Romaile

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. METODOLOGIA.....	09
2.1. Fase I - Mobilização e Sensibilização da População e de Parceiros.....	11
2.1.1. Mobilização das Comunidades da Gleba Divisa.....	11
2.1.2. Mobilização para Estabelecimento de Parcerias.....	13
2.2. Fase II - Realização do Diagnóstico Participativo.....	14
2.2.1. Etapa Preparatória para o Diagnóstico.....	15
2.2.2. Capacitação dos Monitores.....	16
2.2.3. Coleta dos Dados.....	17
2.2.4. Tabulação e Sistematização dos Dados.....	17
2.2.5. Análise dos Dados.....	18
2.3. Fase III – Elaboração e Validação do Plano de Proteção Ambiental e Sustentabilidade Econômica da Gleba Divisa.....	18
2.3.1. Análise das Matrizes de Potencialidade, Problemas, Causas e Soluções.....	19
2.3.2. Construção das Metas para os Próximos 10 Anos.....	19
2.3.3. Desafios Metodológicos e Contextuais do Diagnóstico Participativo.....	20
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO.....	22
3.1. A Ocupação da Região: Aspectos Históricos e Culturais.....	22
3.2. Aspectos Demográficos.....	23
3.3. Aspectos Econômicos.....	26
3.4. Extração Vegetal.....	28
3.5. Aspectos Ambientais.....	29
3.6. Hidrografia.....	33
3.7. Aspectos Sociais.....	34
3.7.1. Infraestrutura.....	34
3.7.2. Saúde.....	34
3.7.3. Educação.....	35
3.7.4. Trabalho e Renda.....	35
4. APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO.....	36
4.1. Aspectos Econômicos.....	36
4.1.1. Histórico de formação da Gleba Divisa.....	36
4.1.2. Ocupação da Terra.....	37
4.1.3. Origem das Famílias.....	37
4.1.4. População e Gênero.....	38
4.1.5. Status de Posse da Terra.....	39
4.1.6. Composição da Renda Familiar.....	41
4.1.7. Atividade Econômica.....	45
4.1.7.1. Pecuária.....	46
4.1.7.2. Agricultura.....	47
4.1.7.3. Armazenamento da Produção.....	49
4.1.7.4. Processamento da Produção.....	49
4.1.7.5. escoamento.....	50
4.1.7.6. Estradas Vicinais.....	51
4.1.7.7. Suficiência da Produção.....	53
4.1.7.8. Comercialização.....	54
4.1.7.9. Rotação de Cultura.....	55
4.1.7.10. Assistência Técnica.....	56
4.1.7.11. Crédito.....	57
4.1.7.12. Cursos de interesse do proprietários.....	58
4.1.7.13. Tratamento do Solo.....	60
4.1.7.14. Práticas Orgânicas.....	61
4.1.7.15. Preparo da Terra para o Cultivo da Agricultura de Subsistência.....	63
4.2. Aspectos Sociais.....	66
4.2.1. Saúde.....	66
4.2.2. Educação.....	76
4.3. Aspectos Ambientais.....	80
4.3.1. Recursos Hídricos na Gleba Divisa.....	80

4.3.2 Extração no Parque Cristalino.....	90
4.3.3. Áreas de Preservação Permanente.....	91
4.3.4. Reserva Legal.....	93
4.3.5. Presença de Erosão.....	94
4.3.6. Uso de Agrotóxicos.....	99
4.3.7. Mineração no Entorno do Parque do Cristalino.....	99
4.3.8. Pesca em período de Piracema.....	99
4.4 Aspecto Político Institucional.....	100
4.4.1. Contribuição da Sociedade Civil.....	104
4.4.2. Interesse em outro tipo de organização na Gleba Divisa.....	105
5. APRESENTAÇÃO DO PLANO SOCIOAMBIENTAL DA GLEBA DIVISA.....	107
5.1. Introdução.....	107
5.2. Objetivos do Plano.....	110
5.3. Metodologia.....	110
5.4. Resultados do Plano.....	111
5.4.1. Análise de Mudanças e Ameaças.....	111
5.4.2. Nivelamento sobre a Missão do Movimento da Gleba Divisa.....	113
5.4.3. Identificação de Principais Áreas de Interesse.....	114
5.4.4. Definição das Linhas de Ação para as Metas.....	114
5.4.5. Análise das Matrizes PPCS.....	115
5.5. Definição e Descrição dos Programas.....	116
5.5.1. Programa Economia Sustentável.....	117
5.5.2. Programa Conservar para Viver.....	119
5.5.3. Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional Local.....	121
5.5.4. Programa Políticas Públicas Sociais.....	122
5.5.4.1. Educação.....	122
5.5.4.2. Saúde Pública.....	123
5.5.4.3. Serviços Sociais.....	124
6. VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E PLANO DA GLEBA DIVISA.....	125
6.1. Resultados das Discussões de Validação e Encaminhamentos.....	125
6.2. Avaliação dos Participantes.....	130
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	133
9. ANEXOS.....	134

Projeto Integrado de Proteção Ambiental e Economia Sustentável na Gleba Divisa

1. INTRODUÇÃO

Este documento trata do trabalho de Diagnóstico e Planejamento Participativo da Gleba Divisa (Novo Mundo/MT) e é o resultado do trabalho em conjunto dos monitores locais que são fortes lideranças e têm papel decisivo na comunidade e das organizações atuantes na região. O diagnóstico e o planejamento foram conduzidos pela equipe técnica facilitadora.

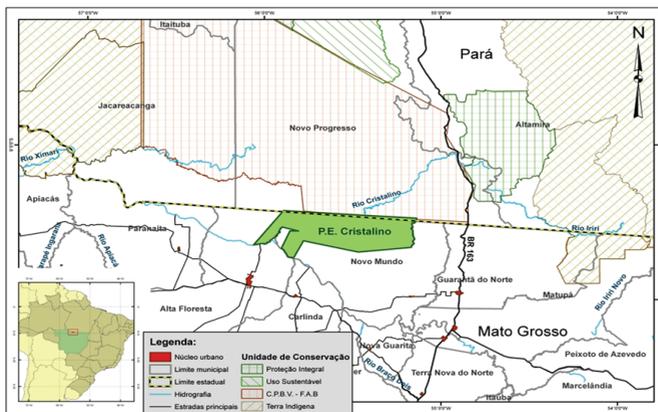
A Gleba Divisa é formada de 11 assentamentos rurais, não regularizados, na administração do INTERMAT (Instituto de Terras do Mato Grosso). A principal atividade econômica é a produção de leite e a agricultura de subsistência. A Gleba Divisa é formada de migrantes, especialmente famílias de agricultores do sul do país. Esta região é a principal zona de amortecimento do Parque Estadual Cristalino, caracterizada pela formação de pequenas propriedades de aproximadamente 21 alqueires por família (dentro do plano de reforma agrária do INCRA).

Figura 1 – Rio Teles Pires.



Foto: Nira Fialho, 2011

Figura 2 – Mapa da Região do Cristalino



Fonte: Perfil Socioeconômico do Município de Novo Mundo/MT, 2008.

Três importantes rios atravessam a Gleba Divisa (Teles Pires, Rochedo e Nhandu), córregos que circulam nas propriedades abastecendo as famílias e irrigando as atividades produtivas, trazendo ao ambiente beleza cênica relevante para a população e visitantes.

As etapas e as atividades necessárias à construção do diagnóstico foram orientadas com base nos princípios do desenvolvimento socioambiental, baseado em três fundamentos que se inter-relacionam: a economia, o meio ambiente e os aspectos sociopolíticos. Esta abordagem favoreceu uma melhor compreensão da realidade local e possibilitou aos envolvidos, equipe, atores sociais e institucionais locais, a discussão das possibilidades reais de desenvolvimento, conservação do ambiente e das tradições locais, e a sustentabilidade em médio e longo prazo.

O objetivo geral de elaboração do Diagnóstico Participativo foi oferecer subsídios para a construção do Plano de Proteção Ambiental e Sustentabilidade Econômica da Gleba Divisa, numa visão abrangente de desenvolvimento territorial. O envolvimento da comunidade da Gleba, potencializado pelo trabalho de nivelamento de informações e estímulo à participação efetiva, contribuiu sobremaneira para a percepção, identificação e discussão da realidade local, culminando num processo protagonista, evidenciado no compromisso de conservar-se os recursos naturais e buscar

o desenvolvimento, gerando soluções sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Gleba Divisa.

Destaca-se, neste documento, o aspecto metodológico do processo de elaboração, a caracterização da Gleba Divisa em relação aos aspectos geográficos, demográficos e ambientais, econômicos, sociais e políticos, bem como o Plano de Conservação e Desenvolvimento para os próximos 10 anos.

Os méritos por este trabalho são, primeiramente, de todos os monitores da Gleba Divisa, que doaram parte valiosa de seu tempo a fim de mobilizar, aprender, discutir, aplicar e se envolver neste processo de construção coletiva de melhores práticas de conservação e desenvolvimento socioambiental. Também merecem reconhecimento pelo trabalho às organizações: Fundação Ecológica Cristalino, Escola Estadual Tarley Rossi Villela, Fauna e Flora Internacional e Associação de Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa, que celebraram acordo de parceria para a execução deste projeto; e ainda, os voluntários e técnicos facilitadores Thamiris Mendes Valentim, Kelly Cristina, Luiz César Dias Jorge e Jaqueline Egewarth Pothin. Destacam-se também parceiros relevantes, como a Prefeitura de Novo Mundo, a EMPAER, a CEPLAC, o IAMA e a SEMA, que apoiaram todo o processo.

Este trabalho é parte do Projeto Integrado de Conservação e Sustentabilidade Econômica da Gleba Divisa (PIPAES) – uma iniciativa da Fundação Ecológica Cristalino, da Fauna e Flora Internacional, da Escola Estadual Tarley Rossi Vilela e da Associação de Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa. O trabalho integra esforços, cooperação técnica e arranjos fundamentais para a construção de um processo protagonista para a sustentabilidade da região.

2. METODOLOGIA

O processo de construção do diagnóstico participativo considerou a interação dos conhecimentos da comunidade (levantados pelos monitores locais), dos painéis de discussão e da coleta de dados secundários, para este trabalho. O método do diagnóstico foi construído de maneira adaptativa, durante 6 meses, contando com a participação dos monitores, comunitários e órgãos executores, tanto os de políticas públicas quanto as

organizações representativas e não governamentais. Este processo participativo foi consolidado e validado pelos comunitários da Gleba Divisa, após terem sido mobilizados, capacitados e orientados pela equipe técnica para uma participação efetiva neste processo.

A escolha da Gleba Divisa Cristalino, para iniciar um trabalho de apoio a conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, se deu ao fato de ser uma zona de amortecimento e por sua importância na conservação da biodiversidade do Parque Estadual Cristalino. Outra razão que justifica a escolha desta área, além do fato de ser área tampão de proteção do PEC, foi o quadro de intensa pressão antrópica, pelos assentamentos de reforma agrária instalados no entorno do Parque. Alguns elementos foram fundamentais para a seleção desta área, tais como: (i) Parte da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Cristalino que apresenta características significativas nos aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos, (ii) Índice de Desenvolvimento Humano de 0,732; (iii) Exploração insustentável dos recursos naturais; (iv) Situação fundiária não resolvida; (v) Agropecuária e serviços incipientes; (vi) Isolamento do mercado local e regional; e (vii) Organizações e representações fracas e dependentes.

A metodologia utilizada para o diagnóstico e planejamento foi uma combinação do DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) com outras técnicas de mobilização e articulação de atores sociais. Esta metodologia foi construída especificamente para a Zona de Amortecimento do Parque Cristalino, com foco na Gleba Divisa, considerando as peculiaridades e os desafios supracitados do contexto desta região e a oportunidade gerada pelo projeto para a mobilização de esforços e interesses institucionais para a execução de propostas de intervenção.

A metodologia utilizada obedeceu a três fases: **Fase I** – Mobilização e Sensibilização da População e de Parceiros; **Fase II** - Realização do Diagnóstico Participativo; e **Fase III** – Plano de Conservação e Desenvolvimento.

2.1.Fase I - Mobilização e Sensibilização da População e de Parceiros

O objetivo desta fase foi assegurar a participação da comunidade visando o despertar do protagonismo local, dando poderes à comunidade para que esta se sentisse sujeita da condução de seus próprios caminhos e conduzisse o processo de sustentabilidade socioeconômica e a conservação dos recursos naturais na Gleba Divisa. Este trabalho consistiu na adoção de instrumentos educativos para a mobilização e sensibilização dos diversos atores sociais locais, contemplando divulgação, oficinas, contatos individuais, processo de mapeamento das comunidades, conversas informais, dentre outros, com a finalidade de socializar as percepções e as decisões sobre a Gleba Divisa. As técnicas utilizadas obedeceram a uma cadeia sequencial em que as primeiras subsidiaram a realização das posteriores.

Esta fase foi desenvolvida com dois propósitos: 1) Mobilização das Comunidades da Gleba Divisa para discutir a dinâmica dos aspectos econômicos, ambientais, sociais e políticos – com a finalidade de apreciar a cultura de uso dos recursos naturais, os valores atribuídos à biodiversidade, as formas de produção, os serviços prestados pela e à comunidade, as políticas públicas e os programas e projetos implementados ou em fase de implementação; e 2) Mobilização e Sensibilização das organizações locais para se entender a estrutura organizativa local, com o propósito de conhecer os atores locais influentes, os formadores de opinião e os gestores sociais.

2.1.1. Mobilização das Comunidades da Gleba Divisa

Durante este processo foram realizados diversos encontros, como: (i) Reuniões com pequenos grupos de produtores para discussão sobre produtividade e situação ambiental das propriedades, bem como o processo de desenvolvimento socioambiental da Gleba Divisa; (ii) Visitas as lideranças locais para nivelamento de informações sobre a situação sociopolítica da Gleba Divisa, (iii) Oficinas com os comunitários para debates e definições sobre a visão de futuro e os principais problemas que estes enfrentam; (iv) Reuniões com as escolas para reconhecimento sobre o processo pedagógico local e entender a sua relação com o desenvolvimento comunitário; (v) Reuniões com organizações locais (IAMA, ADSGLEDI, Prefeitura de Novo Mundo, Câmara de Vereadores, SEMA, EMPAER, CEPLAC etc.) para identificação do

potencial de atuação e das oportunidades de parcerias e predisposição para participarem do processo; e (vi) Grande oficina no assentamento Cinco Mil para diálogo sobre conservação da biodiversidade, serviços ambientais dos recursos naturais, importância da organização comunitária e demais assuntos de interesse comum, como regularização fundiária, pagamento por serviços ambientais e adequação ambiental das propriedades rurais.

Estes eventos foram realizados por meio do uso de técnicas de facilitação, discussões em pequenos grupos, conversas individuais, grupos focais de capacitação e discussões estruturadas.

Para assegurar o envolvimento das comunidades que compõem a Gleba Divisa, foram realizadas oito oficinas com duração média de três horas em cada comunidade. **As oficinas contaram com a participação de um total de 133 pessoas de 11 comunidades e com 90% dos monitores.** A capacitação realizada incluiu conceitos, importância e utilidade do diagnóstico da Gleba Cinco Mil. Todo o processo de mobilização e sensibilização proporcionou uma excelente oportunidade para a identificação das comunidades que compõem a Gleba Divisa, contribuindo para o trabalho na sub-região e garantindo a representatividade de cada localidade no processo. Com isso, está garantida a legitimidade junto ao processo de construção do projeto de conservação ambiental e sustentabilidade econômica.

Para a realização do diagnóstico, a Gleba Divisa foi dividida em 08 núcleos comunitários segundo suas características ambientais, socioeconômicas e especialmente a organização cultural e política de cada uma delas.

Tabela 1 – Número de famílias entrevistadas em cada comunidade (assentamento).

Comunidade/assentamentos	Número de Famílias Entrevistadas
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	39
Pezão	24
Chicão	29
Rochedo	20
Treze e Quarenta	18
Valmor Martins e Piruca	32
Cinco Mil	122
São Pedro e São Paulo e Jaboti	37
Total	321

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Após a identificação das comunidades, procederam-se as oficinas e reuniões de mobilização e sensibilização de comunidades e atores sociais na Gleba Divisa. As oficinas foram realizadas nas sedes das comunidades (escolas, igrejas e barracão comunitário) com a participação dos respectivos comunitários. Durante a realização das oficinas, foram escolhidos os representantes para participarem do diagnóstico, composto, inicialmente, por 30 representantes identificados como monitores.

2.1.2. Mobilização para Estabelecimento de Parcerias

Nesta etapa houve a mobilização dos órgãos governamentais e não governamentais locais, para o envolvimento dos mesmos nas fases subsequentes do processo.

Figura 3 – Encontros de articulação de parcerias.



Foto1: Tiago Henicka, 2010. Foto 2: Gabriela Kiister, 2011.

Quadro 1 - Instituições participantes do Diagnóstico e Plano da Gleba Divisa.

Instituição	Participação
Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso – SEMA	Discussão sobre a disseminação do plano de manejo na Gleba Divisa, apoio ao processo de discussão de assuntos relevantes para a proteção da biodiversidade na zona de amortecimento do Parque Estadual Cristalino e participação no plano para a Gleba Divisa.
Prefeitura de Novo Mundo	Participação nas reuniões com as secretarias municipais e o gabinete do prefeito para discutir projetos e assistência técnica para a Gleba Divisa. Também foi discutido a questão de criação de um parque municipal na região do Araúna 1 e apoio ao processo de fiscalização e prevenção de queimadas.
Empresa de Pesquisa e Extensão Rural – EMAPAER	Participação nas discussões para a montagem do processo de diagnóstico e construção do plano de desenvolvimento para a Gleba Divisa.
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC	Mobilizou sessões de capacitações e assistência técnica para implantação da cultura do cacau na Zona de Amortecimento do PE Cristalino como oportunidade para a recomposição florestal e mobilização da economia local.
Instituto IAMA	Construiu a agenda 21 para o município de Novo Mundo que contribuiu para a análise deste documento.
Câmara Legislativa de Novo Mundo	Discutiu o Plano de Manejo da Zona de Amortecimento do PE Cristalino, as oportunidades para a criação de um Parque Municipal na região do Assentamento Araúna 1 e potenciais projetos para o desenvolvimento do município.
Associação de Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa – ADSGLEDI	Participação efetiva no Diagnóstico Participativo e autodiagnóstico institucional e plano para o fortalecimento organizacional com a finalidade de apoiar o processo de implementação dos projetos para a Gleba Divisa.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

2.2. Fase II - Realização do Diagnóstico Participativo

O processo de construção do diagnóstico participativo contemplou a mobilização, a sensibilização e a capacitação das comunidades, etapa considerada essencial dentro da proposta de construção participativa do diagnóstico. Nesta etapa a comunidade indagou sobre seus próprios problemas, identificaram suas potencialidades e soluções para transposição dos principais obstáculos identificados. A estratégia metodológica utilizada considerou momentos relevantes para a realização do diagnóstico pela comunidade, culminando na construção do plano de proteção ambiental e sustentabilidade econômica da Gleba Divisa para os próximos 10 anos. Este processo foi realizado por meio da implementação de diversas etapas:

2.2.1. Etapa Preparatória para o Diagnóstico

A estratégia para a preparação do diagnóstico partiu da organização de um conjunto de questões, que englobou educação, saúde, trabalho e renda, propriedade da terra, político institucional, meio ambiente, infraestrutura e serviços, e depois subdivisão deste conjunto em blocos temáticos que se aplicaram igualmente em todas as comunidades. Desta forma, foi possível adequar tratamento estatístico dos dados gerados junto às diferentes comunidades. É importante ressaltar que a coleta de dados não é feita de forma coletiva, mas sim individual, sendo a unidade familiar o foco do levantamento de dados para o diagnóstico.

Figura 4 – Construção das questões do Diagnóstico.



Fotos: Larissa Testoni, 2010.

A etapa do diagnóstico contou com colaboradores de representantes de organizações que atuam diretamente junto às comunidades trabalhadas, que foram essenciais ao processo, a saber: Cícero (EMAPER), Ivan (CEPLAC) e Martinho (SEMA). Estes colaboradores contribuíram de maneira decisiva, durante a elaboração do roteiro para o diagnóstico, nas discussões de assuntos referentes à agricultura, renda, meio ambiente, assistência técnica, capacitação e regularização fundiária. Com isso, obteve-se um melhor entendimento do contexto e aprimorou-se a sistematização de informações e de conhecimentos significativos para o plano de desenvolvimento.

A preparação do diagnóstico foi concluída com a elaboração de um roteiro norteador, com questões relevantes, que auxiliaram no processo de capacitação dos monitores comunitários. Este roteiro foi efetivamente construído pelos próprios

monitores, contemplando as linhas temáticas e as respectivas questões (perguntas) para a realização do diagnóstico. A montagem do questionário para a realização do diagnóstico foi estruturada em quatro grandes dimensões do desenvolvimento sustentável (BUARQUE, 1996), sendo elas: social, econômico, ambiental e político-institucional. Estas dimensões foram definidas com a finalidade de se constituírem em marcos estratégicos para a mobilização de atores institucionais relevante na implementação de políticas e projetos para a Gleba Divisa. As questões definidas foram refinadas em um total de 121 perguntas.

Figura 5 – Oficina de discussão dos temas do Diagnóstico.



Fotos: Larissa Testoni, 2010.

2.2.2. Capacitação dos Monitores

Depois do questionário formatado, os monitores foram capacitados para a sua aplicação, por meio das seguintes áreas de ação: (i) Estruturação do diagnóstico (quem, onde, quando e com quem); (ii) Estruturação dos questionários (da família); (iii) Orientação sobre o comportamento do entrevistador perante o entrevistado; (iv) Aplicação do questionário; e (v) Análise dos dados coletados. Este processo de capacitação dos monitores envolveu a participação de 159 pessoas, além dos monitores, ainda participaram moradores, professores, técnicos da EMPAER, CEPLAC e da prefeitura de Novo Mundo. A capacitação se deu em duas modalidades: orientação teórica e realização do questionário teste. Ao final da capacitação, os 30 monitores fizeram um teste aplicando os questionários entre os mesmos, com o objetivo de verificar sua aplicabilidade, consistência e compreensão das perguntas para a obtenção do resultado almejado. Após o teste o questionário foi revisado e consolidado.

Figura 6 – Capacitação de monitores.



Foto Nira Fialho, 2010.

Fotos: Alicia Dias, 2011.

2.2.3. Coleta dos Dados

Para a aplicação dos questionários, os monitores foram divididos por comunidade, considerando-se o universo de 11 comunidades, formando subgrupos. Posteriormente, lhes foi entregue o cronograma de aplicação do questionário. Para assegurar a qualidade da informação e garantir o registro de detalhes que poderiam passar despercebidos na aplicação do questionário, os monitores receberam capacitação relativa à formulação das perguntas, obtenção das respostas e demais registros que pudessem enriquecer o questionário. Além dos monitores, este trabalho contou com representantes das forças locais dispostos a participar ativamente de todas as atividades, definidas a partir de critérios de representatividade estabelecidos pela coordenação do processo.

2.2.4. Tabulação e Sistematização dos Dados

Concluído o levantamento de campo, os questionários foram digitados, tabulados e foram gerados gráficos para facilitar o processo de análise com a participação dos monitores. Com o intuito de enriquecer o diagnóstico participativo, buscou-se dados e informações técnicas já existentes junto aos órgãos oficiais, como dados censitários, publicações oficiais, materiais bibliográficos de pesquisadores, sites da internet, fotografias e dados sobre a realidade do município Novo Mundo.

2.2.5. Análise dos Dados

Os dados obtidos foram formatados em PowerPoint para facilitar apresentação, discussão e análise dos mesmos. Todos 30 monitores e demais moradores da Gleba Divisa participaram efetivamente da análise dos dados, sendo incorporadas neste documento, inclusive, as análises dos comunitários da Gleba Divisa. Esta estratégia de coleta de dados oportunizou a leitura das informações sob a perspectiva estabelecida do ponto de vista das famílias e não sob a ótica do conjunto de cada comunidade. Durante a elaboração do documento final sobre o diagnóstico, tomou-se o cuidado de se relativizar e contextualizar melhor as informações para que se pudesse compará-las ou situá-las diante de um quadro de informações oficiais, que são raras, sobre a Gleba Divisa, já estatisticamente trabalhada.

Figura 7 – Trabalho em pequenos grupos para a análise dos dados.



Foto: Nira Fialho, 2010.

2.3. Fase III – Plano de Conservação e Desenvolvimento

Esta é a etapa culminante do planejamento estratégico, sendo, neste momento, definidos os objetivos e caminhos a serem seguidos. A discussão da missão envolveu três questões fundamentais: (i) Entendimento do movimento de desenvolvimento da Gleba Divisa; (ii) As características do movimento; e (iii) A finalidade maior do movimento. Estas questões foram discutidas para o estabelecimento da missão do grupo de pessoas comprometidas com o processo de conservação da biodiversidade e sustentabilidade econômica na Gleba Divisa.

O Diagnóstico Participativo realizado anteriormente serviu como subsídio para a construção do Plano Integrado de Conservação e Sustentabilidade Econômica para a Gleba Divisa e fortaleceu, mais uma vez, o protagonismo da população local. Os resultados obtidos com o diagnóstico desdobram-se em uma série de metas definidas na perspectiva estratégica, apontando demandas de capacitação, negociação, crédito e especialmente a ciência da necessidade de investimento em elaboração de projetos para a captação e mobilização de recursos para a região.

A participação dos diversos atores atuantes na Gleba Divisa é, novamente, o grande diferencial para a construção coletiva do planejamento. Isso garantiu que os atores se sentissem parte do processo e se apropriassem das decisões e rumos a serem tomados por todos.

2.3.1. Análise das Matrizes de Potencialidade, Problemas, Causas e Soluções

De posse das Matrizes de Potencialidade, Problemas, Causas e Soluções (PPCS) de cada tema estudado, realizou-se uma oficina para a construção da Matriz de Relevância – técnica de planejamento que tem o objetivo de selecionar os problemas de maior poder de influência. Participaram dessa oficina 56 pessoas, dentre monitores e outros representantes de órgãos locais e estaduais, organizados em 04 grupos, coordenados pela técnica facilitadora. Com o objetivo de possibilitar uma maior compreensão e aprofundamento da problemática local, apontada na Matriz de Relevância, foi realizada a oficina de construção da Matriz PPCS, que possibilitou a identificação de causas e efeitos externos a cada problema central apontado.

2.3.2. Construção das Metas para os Próximos 10 Anos

Diversas oficinas de trabalho foram realizadas para se discutir soluções para os problemas identificados pelo diagnóstico e pelo estabelecimento de metas para as dimensões econômicas, ambientais, sociais e políticos institucionais.

2.3.3. Desafios Metodológicos e Contextuais do Diagnóstico Participativo

É muito grande o desafio de se realizar um diagnóstico com uma comunidade com pouca experiência e baixa escolaridade, distribuída em grande parte em áreas rurais de difícil acesso e tendo como estratégia metodológica o fator da representatividade, sobretudo em termos de se garantir o reconhecimento de sua legitimidade. O maior desafio é levantar informações que sejam ao mesmo tempo produzidas pela comunidade e reconhecidas como confiáveis para se traçar o verdadeiro perfil do local.

O Diagnóstico Participativo é uma estratégia de produção coletiva do conhecimento da realidade e, portanto, suas informações manifestam este caráter coletivo. O diagnóstico não se confunde com um censo ou com uma pesquisa científica, seus dados, portanto, devem ser analisados a partir do contexto metodológico sob o qual foi construído. Inicia-se, por definir uma forma de colher as informações, na qual a comunidade participa e contribui, porém enfrenta a dificuldade de não poder contar com que a comunidade faça, neste momento, uma leitura técnica e neutra de sua realidade.

a) Metodologia adaptativa - Foi feita uma inovação na metodologia com a finalidade de aprimorar os dados para que não apresentassem apenas o senso comum de cada comunidade, e para isso foram realizados estudo de forma individual, sendo consideradas 321 famílias. Percebeu-se que seria importante unificar algumas informações, para que resultados obtidos pudessem ser comparados entre as diversas comunidades e tratadas estatisticamente. Ao mesmo tempo, observou-se a importância de se aproveitar o esforço da comunidade e a oportunidade de capacitá-la minimamente para o processo de análise de realidade.

b) Questões Não Respondidas – Muitas famílias não responderam a várias questões por não acreditarem que o fornecimento de dados naquela categoria poderia afetar a organização da sua economia e da unidade familiar. **A Gleba Divisa é formada por um conjunto de assentamentos sem qualquer regularização fundiária e isso significa que famílias que ali habitam se sentem inseguras sobre sua permanência na propriedade, inibindo o fornecimento de informações,** sendo isso, muitas vezes, compreendido como uma possibilidade de perderem a terra ou atrasar o processo de regularização. Outras questões relevantes para a omissão de informações a algumas

das questões é a legislação ambiental sobre Reserva Legal, Área de Proteção Permanente, uso de recursos naturais em Zona de Amortecimento de unidade de conservação, entre outras. As famílias se sentem tímidas ao fornecer informação quando não compreendem, completamente, a finalidade da pesquisa.

c) **Descrenças dos Moradores** – Muitos profissionais, representantes de organizações e outros atores já trabalharam com a Gleba Divisa sem deixar um processo consolidado que conduzisse o desenvolvimento local. Muitos gestores municipais e grupos políticos tiveram mandatos sem resultados expressivos para a comunidade. Estas intervenções, sem resultados concretos que foram constatados pelos moradores, geraram descrença e esses preferiram manter o tempo e as energias em suas atividades, sem se envolver em novas discussões. É muito baixa a expectativa de que algo poderá mudar os rumos da história da Gleba Divisa.

d) **Projeto de Curtíssimo Prazo** – O projeto contou com uma facilitadora de campo, contratada por um ano, tempo que não é considerado razoável para se consolidar o processo de protagonismo local. Também contou com uma técnica de campo por um período de 6 meses. O processo deve ter um tempo maior de assimilação de um novo fenômeno pelos moradores, para estes assumirem o destino da sua própria comunidade.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO

3.1. A Ocupação da Região: Aspectos Históricos e Culturais

Durante o Regime Militar no Brasil (1964-1981), o Governo Federal promoveu o Programa de Integração Nacional, com o objetivo de promover a ocupação e a exploração da região amazônica para o mercado nacional e busca de soluções para os problemas sociais existentes no sudeste e sul do Brasil, envolvendo pequenos proprietários e sem terras. O programa foi implantado por meio de projetos de assentamentos oficiais e de iniciativa privada.

O Mato Grosso teve o seu processo de ocupação calcado na política militar, “**Integrar para não Entregar**”, para acelerar a exploração e gerar riquezas individuais e para os municípios. Assim, o processo de ocupação, apesar de utilizar novas tecnologias, acabou reproduzindo os mesmos modelos de ocupação que devastaram as outras regiões brasileiras, evidenciados na despreocupação com a biodiversidade e com as populações.

Os colonizadores são parte da população que migrou para os projetos de colonização. Eles viram nestes projetos uma saída para os problemas que estavam enfrentando em suas terras de origem.

O território do atual município de Novo Mundo foi habitado imemorialmente por nações indígenas, especialmente povos xinguanos. No tempo da entrada dos brancos, para estabelecimento de colonização moderna, foi encontrado o povo Kreen-aka-rorê.

Novo Mundo surge em uma pequena vila criada para receber e acolher famílias que vinham para região à procura de ouro. Os governos estadual e federal também contribuíram para sua criação por meio de incentivos a projetos de colonização. Os vazios demográficos, evidenciados pela existência do ouro, chamaram atenção do governo como possibilidade para remanejamento de famílias de colonos agricultores do sul do país. O garimpo teve o seu tempo mantendo-se como negócio rentável e como base da economia local, atraindo muitos agricultores. Depois de 2000 esta atividade

garimpeira entrou em colapso e a maior parte da população voltou-se para os setores agrícola, pecuário e madeireiro.

Em 1987, Novo Mundo tornou-se distrito de Guarantã do Norte e em 1996 se transformou em município (Lei nº 6.685, de 17/11/1995). Um fator determinante para o povoamento desta região foi a abertura da BR-163, rodovia Cuiabá-Santarém, em cujas margens proliferaram inúmeros núcleos de colonização, dos quais, alguns tornaram-se grandes cidades.

Como na maioria dos municípios do “nortão mato-grossense” possui uma miscigenação de culturas provindas principalmente dos estados brasileiros tanto da região Sul, Nordeste e outros estados do Centro Oeste, sendo que os sulistas continuaram na região após a decadência do garimpo enquanto os Nordestinos na maioria não acostumados à atividade agrícola migraram para outros locais. Descendentes de nordestinos formaram o primeiro Grupo Teatral de Novo Mundo, o “Cri-Arts”, que unidos à Cultura Gaúcha forma o painel cultural do Município.

Quadro 2 - Ficha técnica do perfil do município.

POPULAÇÃO: 7.332 mil habitantes (IBGE/2010)	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: Mesorregião 127, Microrregião 520 – Colíder. Extremo norte mato-grossense.
LIMITES: Guarantã do Norte, Matupá, Nova Guaritá, Carlinda, Alta Floresta e Estado do Pará.	BACIA HIDROGRÁFICA: Grande Bacia Amazônica. Para esta bacia confluem a bacia do Rio Teles Pires, que recebe, pela direita, os rios Peixoto de Azevedo e Braço Norte.
FORMAÇÃO GEOLÓGICA: Coberturas dobradas do Fanerozóico, Formação Iriri. Complexos Metamórficos arqueanos e pré-cambrianos Indiferenciados. Faixa Móvel Rio Negro-Juruena.	CLIMA: Equatorial quente e úmido. Precipitação média anual de 2750 mm, com intensidade máxima em janeiro, fevereiro e março. Temperatura média anual de 24°C, sendo maior máxima de 40°C, e menor mínima de 4°C.
GEOGRAFIA: Latitude: 9°57'1"S, longitude: 55°11'53"W, área: 5788 km ² , altitude: 330 m (FONTE BIM IBGE 2000)	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS: Agricultura, pecuária, extrativismo mineral e vegetal.

Fonte: www.pmnovomundo.amm.org.br, 2011.

3.2. Aspectos Demográficos

Antigamente, os colonos possuíam uma família numerosa, com a qual podiam contar como mão de obra, bem como a manutenção da família unida, tendo terra

suficiente para oferecer aos filhos casados a oportunidade de permanecer trabalhando na mesma propriedade.

O colono que migra tem a intenção de construir uma nova morada, enquanto o garimpeiro ou os trabalhadores temporários desejam apenas ganhar dinheiro para melhorar suas condições de vida na sua terra de origem. Dependendo do resultado da migração, seja de sucesso ou de fracasso, muitos desejam migrar novamente. Os que criam laços sentimentais ou financeiros com a região não costumam migrar.

A ocupação (tabela 2) de Novo Mundo iniciou com número pequeno de migrantes, mas ela acelerou-se em poucas décadas e atualmente encontra-se estável. A evolução coincide com o período da criação dos núcleos populacionais, a descoberta e a decadência do ouro e o retorno a agropecuária.

Tabela 2 - Evolução da população de Novo Mundo de 1970 a 2008.

1990	2000	2004	2007			2008
			Rural	Urbana	Total	
3.463	4.945	5.834	4.085	2.640	6.725	7.015

Fonte: Adaptação - Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico do Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino, 2009.

Segundo o IBGE, 2010 o município de Novo Mundo possui uma área de 5.790,260 km², com um grande número de assentamentos rurais espalhados ao longo de todo o território, inclusive nos limites do Parque Cristalino. O município está localizado a 791 km da capital do Estado do Mato Grosso. A maior parte da área do Parque Cristalino (90%) está localizada no município de Novo Mundo e a menor parte (10%) está localizada no Município de Alta Floresta.

Esta região está localizada no Portal da Amazônia, compreendendo 16 municípios no Norte de Mato Grosso, sendo: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colider, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Paranaíta, Novo Mundo, Guarantã do Norte, Terra Nova do Norte, Nova Guarita, Peixoto de Azevedo, Matupá, Marcelândia, Nova Santa Helena, Nova Canaã do Norte. Trata-se de uma região composta por municípios com características de ocupação semelhantes e que compartilham de problemas sociais e ambientais semelhantes.

A população do Município de Novo Mundo, segundo informações do IBGE, 2010, é composta de 7.332 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 1,27.

Tabela 3 – População urbana e rural de Novo Mundo por gênero.

População	Urbano	Percentual	Rural	Percentual	Total
Masculino	1.455	20%	2,461	34%	3.916
Feminino	1.428	19%	1,988	27%	3.416
Total	2.883	39%	4,449	61%	7.332

Fonte: IBGE, 2010

Os dados do Censo Demográfico de 2010 revelam que a população do município de Novo Mundo concentra-se na área rural com 4.449 habitantes, representando 61% da sua totalidade e 2.883 habitantes na área urbana, representando 39% da sua totalidade.

Tabela 4 – Distribuição populacional por faixa etária.

Faixa Etária	Homem	Percentual	Mulher	Percentual	Total	Percentual
Menos de 01 ano	56	1%	61	1%	117	1,6%
01 a 04 anos	222	3%	242	3%	464	6,0%
05 a 09 anos	322	4%	342	5%	664	9,0%
10 a 14 anos	428	6%	413	6%	841	11,0%
15 a 19 anos	379	5%	367	5%	746	10,0%
20 a 24 anos	305	4%	277	4%	582	8,0%
25 a 29 anos	282	4%	264	4%	546	7,0%
30 a 34 anos	292	4%	270	4%	562	8,0%
35 a 39 anos	262	4%	249	3%	511	7,0%
40 a 44 anos	307	4%	249	3%	556	8,0%
45 a 49 anos	317	4%	212	3%	529	7,0%
50 a 54 anos	244	3%	155	2%	399	5,0%
55 a 59 anos	162	2%	122	2%	284	4,0%
60 a 64 anos	132	2%	84	1%	216	3,0%
65 a 69 anos	91	1%	47	1%	138	2,0%
70 a 74 anos	68	1%	33	0%	101	1,0%
75 a 79 anos	27	0%	18	0%	45	1,0%
80 a 84 anos	9	0%	3	0%	12	0,0%
85 a 89 anos	8	0%	6	0%	14	0,0%
90 a 94 anos	2	0%	1	0%	3	0,0%
95 a 99 anos	0	0%	1	0%	1	0,0%
100 ou + anos	1	0%	0	0%	1	0,0%
TOTAL	3.916	53%	3.416	47%	7.332	100%

Fonte: IBGE, 2010.

Percebe-se na tabela 6 que há um expressivo número de jovens nas faixas etárias entre 10 e 14 anos com 11% da população o entre 15 e 19 anos com 10%. Isso indica uma população de jovens também entre outras faixas etárias.

3.3. Aspectos Econômicos

A pecuária é a principal atividade produtiva de Novo Mundo. Mas é sabido que é uma atividade que ocupa grandes extensões de terra e um mínimo de mão de obra, contribuindo para o êxodo rural. Em Novo Mundo 70% da população que reside na zona rural são assentados que tornam suas terras em sítios, chácaras e fazendas, assumidas como base da economia local. Mesmo que a economia gire em torno da pecuária, as famílias trabalham com criação de pequenos animais (aves, suínos, ovinos, caprinos e bubalinos) e agricultura familiar.

Com relação à agricultura familiar em pequenas propriedades, o Programa de Desenvolvimento da Agricultura (PDA-CONAB) ensina as famílias a produzir sem utilizar agrotóxicos e fogo, buscando alternativas mais sustentáveis. Este programa tem a finalidade de auxiliar a comercialização do excedente e oferecer capacitação e assistência técnica aos produtores. Estes produtos são vendidos para o abastecimento das escolas locais e também distribuídos para a população carente.

Tabela 5 – Produção pecuária de Novo Mundo.

Produção	Quantidade	Medida
Bovinos - efetivo dos rebanhos	321.726	Cabeça
Eqüinos - efetivo dos rebanhos	4.236	Cabeça
Bubalinos - efetivo dos rebanhos	144	Cabeça
Asininos - efetivo dos rebanhos	39	Cabeça
Muare - efetivo dos rebanhos	511	Cabeça
Suínos - efetivo dos rebanhos	6.252	Cabeça
Caprinos - efetivo dos rebanhos	298	Cabeça
Ovinos - efetivo dos rebanhos	8.119	Cabeça
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	25.955	Cabeça
Galinhas - efetivo dos rebanhos	36.051	Cabeça
Codornas - efetivo dos rebanhos	-	Cabeça
Coelhos - efetivo dos rebanhos	-	Cabeça
Vacas ordenhadas - quantidade	18.755	Cabeça
Ovinos tosquiados - quantidade	-	Cabeça
Leite de vaca - produção - quantidade	23.594	Litro
Ovos de galinha - produção - quantidade	208.000	Mil Duzia
Ovos de codorna - produção - quantidade	-	Mil Duzia
Mel de abelha - produção - quantidade	5.100	Quilo

Fonte: IBGE, 2009.

Em toda a região do Mato Grosso, a evolução da agricultura tem sido semelhante: houve uma redução da produção agrícola à medida que pecuária vem crescendo, com as áreas de pastagem avançando sobre as áreas cultivadas. Nas

pequenas propriedades já houve cultivos diversificados como café, cacau, guaraná, pupunha, pimenta do reino, coco, tangerina, laranja, maracujá, arroz, milho, algodão, soja e feijão. No entanto, nenhuma prosperou, desestimulando a sua continuidade, seja pelo impacto causado pelo ciclo do ouro, que levou os colonos a abandonar suas propriedades, seja pela expansão da pecuária.

Tabela 6 – Produção agrícola permanente de Novo Mundo.

Tipo de Produção	Quantidade	Medida
Banana (cacho) - Quantidade produzida	850	toneladas
Banana (cacho) - Valor da produção	1.190	Reais
Banana (cacho) - Área plantada	118	hectares
Banana (cacho) - Área colhida	118	hectares
Banana (cacho) - Rendimento médio	7,203	quilogramas por hectare
Coco-da-baía - Área plantada	20	hectares
Guaraná (semente) - Área plantada	7	hectares
Palmito - Área plantada	36	hectares
Pimenta-do-reino - Área plantada	2	hectares

Fonte: IBGE, 2009

Entre as culturas permanentes ainda produzem-se café, banana, coco e palmito. O café, e cacau estão sendo cultivados atualmente por pequenos proprietários e a banana vem crescendo em Novo Mundo.

Tabela 7 – Produção agrícola temporária de Novo Mundo.

Tipo de Produção	Quantidade	Medida
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	18.000	toneladas
Arroz (em casca) - Valor da produção	10.800	mil reais
Arroz (em casca) - Área plantada	5.000	hectares
Arroz (em casca) - Área colhida	5.000	hectares
Arroz (em casca) - Rendimento médio	3.600	quilogramas por hectare
Mandioca - Quantidade produzida	1.980	toneladas
Mandioca - Valor da produção	1.188	mil reais
Mandioca - Área plantada	110	hectares
Mandioca - Área colhida	110	hectares
Mandioca - Rendimento médio	18.000	quilogramas por hectare
Milho (em grão) - Quantidade produzida	1.080	toneladas
Milho (em grão) - Valor da produção	248	mil reais
Milho (em grão) - Área plantada	300	hectares
Milho (em grão) - Área colhida	300	hectares
Milho (em grão) - Rendimento médio	3.600	quilogramas por hectare
Soja (em grão) - Quantidade produzida	6.000	toneladas
Soja (em grão) - Valor da produção	3.600	mil reais
Soja (em grão) - Área plantada	2.000	hectares
Soja (em grão) - Área colhida	2.000	hectares
Soja (em grão) - Rendimento médio	3.000	quilogramas por hectare

Fonte: IBGE, 2009.

3.4. Extração vegetal

O extrativismo é uma das atividades mais antigas da humanidade, sendo que pinturas rupestres indicam que o extrativismo vegetal já era praticado na Pré-História.

O extrativismo é um conjunto de atividades econômicas relacionadas à coleta ou extração de recursos naturais do meio ambiente. As duas formas mais comuns de extrativismo na atualidade são o vegetal e o mineral. No Brasil, por exemplo, o extrativismo vegetal ocorre com maior intensidade na região Norte, com a extração de borracha, castanhas e madeira. Este extrativismo é realizado de forma individual, coletiva ou por empresas. O extrativismo mineral, que demanda o investimento de altos recursos, é realizado geralmente por grandes empresas. No Brasil, as principais atividades extrativistas minerais são: minério de ferro, petróleo, ouro, bauxita, etc. Sabe-se que o extrativismo, tanto vegetal quanto mineral deve ser realizado de forma a respeitar a natureza. O corte de madeira ilegal, por exemplo, pode gerar a desertificação das regiões afetadas, alterando o clima e trazendo fortes impactos para o ecossistema.

Tabela 8 – Produção pela exploração florestal em Novo Mundo (dinâmica de desmatamento)

Produto	Ano	Extração
Carvão vegetal (tonelada)	2000 a 2007	-
	2000	11.310
Lenha (m ³)	2004	11.822
	2007	12.631
	2000	19.863
Madeira em tora (m ³)	2004	14.556
	2007	7.236
Dinâmica de Desmatamento (área 5801 Km ²)	2007	2.397,50
	2008	2.366,00

Fonte: Adaptação Diagnóstico Sócio Econômico do Parque Estadual Cristalino, 2009.

A extração vegetal é voltada praticamente para a exploração da madeira. Contudo, esta atividade está em declínio, devido à maior efetividade da fiscalização, dentro do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (Brasil, 2004). A prática de exploração pode ser observada tanto em relação à quantidade dos produtos, carvão, lenha e tora, como a dinâmica de desmatamento, como mostra a Tabela 9.

Tabela 9 – Dinâmica de desmatamento no PE Cristalino e entorno.

Áreas	Área total (km²)	Desmatamento em km²							
		Até 1997	1997- 2000	2001	2002	2003	2004	2005	Acumulado (%)
PE CRISTALINO	1.989	67	31	20	33	95	6	14	13,40%
Entorno 10 km	2.118	305	71	99	67	126	51	32	35,40%
Entorno 50 km	10.686	4.493	763	317	254	221	192	195	60,20%

Fontes: IBAMA, PRODES (desmatamento até 2004), SEMA- MT (desmatamento 2005).

É importante ressaltar que a exploração e o desmatamento também são realizados dentro do PEC num acumulado que alcança 267 km², ou seja, 13,4% de sua área total. Em 2003 ocorreu o maior desmatamento pegando 9.500 hectares.

Tabela 10 – Extração vegetal de produtos não madeireiros.

Produtos	Ano	Novo Mundo	Total
Castanha (toneladas)	2000	3	43
	2004	2	29
	2007	1	26
Outros produtos (toneladas)	2000	3	9
	2004	2	4
	2007	1	3

Fonte: IBGE, Pesquisa Agropecuária Municipal, 2007.

Além da madeira, a castanha é outro produto que vem sendo extraído da floresta. Mas sabe-se que vários produtos são extraídos como os frutos das palmeiras e de outras espécies, usados na alimentação, o óleo da copaíba e variadas ervas, utilizadas como medicinal, além da utilização de variados produtos para artesanato.

3.5. Aspectos Ambientais

O Parque Estadual do Cristalino foi criado pela Lei 7.518, de 28 de setembro de 2001, e pelos Decretos 1.471, de 9 de junho de 2000 e 2.628, de 30 de maio de 2001 com uma área total de 184.900 hectares, nos municípios de Alta Floresta e Novo Mundo, no extremo norte do Estado do Mato Grosso, região centro-oeste do Brasil. Apesar de seu tamanho ser relativamente pequeno em relação as demais unidades de conservação da Amazônia, possui grande importância para a proteção dos recursos naturais, dada a sua localização estratégica, a biodiversidade excepcional e o seu potencial ecoturístico.

Tabela 11 – Unidades de conservação na região do Cristalino.

Unidade	Instrumento(s) de criação/regulamentação	Hectares	Município
Lote Cristalino	Portaria 28/97-N	670,00	Alta Floresta e Novo Mundo
Parque Estadual do Cristalino	Port. nº 031 de 19/03/10 - PDF PM e Port. nº 142 de 05/11/07 - Dec. nº. 1.471 de 09/06/00 e Lei nº. 7.518 de 28/09/01	66.900,00	Alta Floresta e Novo Mundo
Parque Estadual do Cristalino II	Port. nº 031 de 19/03/10 - PDF PM e Port. nº 142 de 05/11/07 Dec. nº. 2.628 de 30/05/01	118.000,00	Novo Mundo

Fonte: <http://www.sema.mt.gov.br>, acesso em 26 de Agosto, 2011.

O município de Novo Mundo tem uma área significativa de unidades de conservação. Uma UC estadual de 184.000 hectares e uma RPPN de 670 hectares. Além desta, três outras unidades de conservação (RPPN) estão em processo de averbação. Esta condição oferta ao município o ICMS ecológico, contribuindo com as políticas públicas de Novo Mundo.

Quadro 3 – Ficha técnica do Parque Estadual do Cristalino.

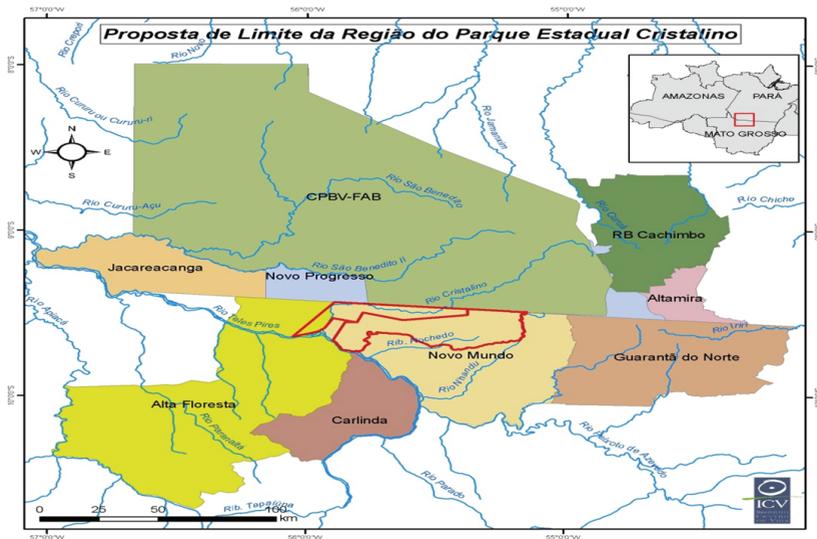
Unidade de Conservação	Parque Estadual Cristalino e Parque Estadual Cristalino II
Gerência Executiva, endereço e telefone	Coordenadoria de Unidades de Conservação - Superintendência de Biodiversidade/SEMA-MT - Rua D - s/nº - Centro Político Administrativo-Palácio Paiaguás – Cuiabá – MT - CEP: 78050-970 - Telefone: (65) 3613-7224 / (65) 3613-7253
Superfície da Unidade de Conservação (ha)	184.900,00 há
Perímetro da UC(km)	295.500 km
Município que abrange	Novo Mundo (90%) e Alta Floresta (10%) - Mato Grosso
Coordenadas (lat. e long.):	9°25' e 9°43' S – 55°09' e 56°02' W
Instrumentos de criação	Parque Estadual Cristalino – Decreto Estadual nº 1.471 de 09/06/2000 e Lei Estadual nº 7.518 de 28/09/2001 - Parque Estadual Cristalino II – Decreto Estadual nº 2.628 de 30/05/2001
Marcos geográficos referenciais dos limites	rio Nhandu (limite leste), serra do Rochedo e rio Teles Pires (limite sul), rio Cristalino (limite norte)
Bioma e ecossistemas	Amazônia. Ecossistemas: floresta ombrófila, floresta estacional, campinarana, campo rupreste da Amazônia, formações pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre.
Atividades ocorrentes	Pesquisa: Programa Flora Cristalino (FEC, Royal Botanic Gardens Kew, com apoio da Fauna & Flora International, UNEMAT, Rio Tinto e SEMA-MT; Projeto Pedopaisagens, florística e estrutura de floresta ciliar do Parque Estadual Cristalino (UNEMAT, com apoio financeiro da FAPEMAT); pesquisas temáticas para a elaboração do Plano de Manejo. Visitação: atividade de ecoturismo desenvolvida na RPPN Cristalino, localizada no entorno da unidade - Fiscalização/Monitoramento: controle de caça, pesca, desmatamento e outras atividades irregulares.
Atividades conflitantes	caça e pesca, desmatamento, ocupação irregular, fogo, visitação desordenada, pecuária, espécies exóticas, uso de agrotóxicos, pistas de pouso, PCH

Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino, 2009.

O Parque Cristalino está localizado na fronteira do Arco de Desmatamento da Amazônia. Os principais municípios vizinhos de Alta Floresta, Novo Mundo, Carlinda e Garantã do Norte, apresentam um elevado grau de desmatamento. Ao norte, o Parque faz divisa com o Campo de Provas Brigadeiro Velloso (Serra do Cachimbo), uma área de 2,2 milhões de hectares da Força Aérea Brasileira que se encontra em excelente estado de conservação, assim como a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, as áreas indígenas vizinhas Kayabi/Munduruku do lado oeste e Baú/Menkragnoti do lado leste e nordeste, compondo um grande corredor de conservação da biodiversidade.

O Parque Estadual do Cristalino possui significativa importância ambiental, especialmente por proteger as nascentes e o percurso dos rios Cristalino, Rochedo e Nhandu, suas corredeiras, cachoeiras e lagoas e as comunidades aquáticas que neles habitam, como também, pela heterogeneidade de sua vegetação e fauna associada e suas peculiaridades ambientais. As corredeiras e as cachoeiras definem a dinâmica dos rios e formam ambientes especiais, com influência sobre comunidades da fauna local, principalmente peixes e aves, influenciando também a paisagem e as fitofisionomias.

Figura 8 – Mapa da região do Cristalino.



Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino, 2009.

O Parque Cristalino é de fundamental importância para a proteção da riqueza e da composição das populações e comunidades que vivem nesses variados ambientes, como: (i) as populações ameaçadas de extinção, vulneráveis ou insuficientemente conhecidas, tais como as espécies vegetais, mastofauna, aves, anuros, quelônios, lagartos e serpentes; (ii) as espécies recentemente descritas e novas ocorrências geográficas, como as espécies vegetais, ave, quelônios e anuro; (iii) as populações de espécies endêmicas regionais ou macrorregionais, dentre elas as espécies de plantas; e (iv) as espécies de peixes sob forte pressão de pesca, entre outras (Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico do Parque Cristalino, 2009). Além de todos estes aspectos, por sua localização estratégica, o PEC contribui para a garantia do fluxo gênico das espécies nativas da região, através dos corredores ecológicos da Amazônia Meridional e da bacia hidrográfica Teles Pires – Tapajós, mantendo a conectividade com outras áreas protegidas da região e servindo como barreira ao avanço do arco de desmatamento no norte mato-grossense e sul do Pará.

Quadro 4 – Ficha técnica da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Lote Cristalino.

Unidade Gestora Responsável: ICMBio	
Propriedade	RPPN Lote Cristalino
Nome do proprietário	Floresta Amazônica Hotel
Nome do representante	Cristalino Jungle Lodge
Endereço da sede	Avenida Perimetral Oeste, 2001 – Setor C - Alta Floresta, MT – 78.580-000
Telefone/ e-mail/ página na internet	(66) 3521-8513 - vitoriariva@fundacaocristalino.org.br www.cristalinolodge.com.br e www.fundacaocristalino.org.br
Superfície (cartográfico)	670 hectares, Município de principal acesso
Município que abrange	Alta Floresta - Mato Grosso (MT)
Coordenadas (UTM)	621175 e 8946720
Acesso	Por estrada de terra pela Fazenda Cristalino, até ponto de acesso para os rios Teles Pires e Cristalino
Distâncias dos centros urbanos mais próximos	39 km de Alta Floresta; 42 km de Carlinda; 88 km de Novo Mundo
Número da portaria	Portaria do IBAMA, nº 28/97-N, de 11 de abril de 1997
Marcos importantes (limites)	Leste: rio Cristalino, Norte: Parque Estadual Cristalino, Oeste: Parque Estadual Cristalino e rio Teles Pires, Sul: rio Teles Pires
Bioma e ecossistemas	Floresta Amazônica, com os seguintes ecossistemas associados: Floresta Ombrófila Densa Submontana (Mata de Terra Firme); Floresta Ombrófila Densa Aluvial (Mata inundável); Floresta Estacional Semidecidual (Mata de transição), Campo Rupestre e Floresta Estacional Decidual (Afloramentos graníticos e Mata seca) e Vegetação ribeirinha (Formação pioneira).
Atividades ocorrentes	Pesquisa, visitação e educação ambiental
Características do imóvel	O imóvel está localizado em posição estratégica adjacente ao PE Cristalino, rio Cristalino, rio Teles Pires e RPPNs Cristalino situadas na margem esquerda do rio Cristalino.
Gestão	A área administrativa da RPPN localiza-se em propriedade contígua, através do <i>Cristalino Jungle Lodge</i> (hotel de selva). A gestão ocorre através de parceria com a Fundação Ecológica Cristalino (FEC), com sede em Alta Floresta.

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural, Lote Cristalino, 2010.

3.6. Hidrografia

A água é um agente fundamental para a manutenção da vida. Além de dar suporte à fauna e flora, também está associada a diversos tipos de usos, como a geração de energia, a agricultura, a aquicultura, a navegação, o lazer, entre outros.

Devido à dinâmica das bacias hidrográficas, os efeitos negativos de atividades poluidoras nos recursos hídricos, tais como: (i) o desmatamento, o assoreamento dos rios, e a irrigação, que altera a dinâmica hídrica e (ii) podem se manifestar a quilômetros de distância.

A bacia hidrográfica, formada por um conjunto de terras drenadas por um rio principal e todos os seus afluentes, é uma ótima unidade de estudo e planejamento. Dependendo do tamanho da região estudada podem ser utilizados os conceitos de microbacia e sub-bacia. Microbacia é a menor unidade da paisagem drenada por cursos d'água, convergidos para um leito principal e a sub-bacia é uma unidade que contém diversas microbacias. As sub-bacias por sua vez estão contidas numa unidade maior – a bacia – que contém um canal principal para onde convergem todas as águas de um sistema hídrico (Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico do Parque Cristalino, 2009).

O Parque Estadual do Cristalino possui 97% do seu território dividido entre as sub-bacias do rio Cristalino (42%), do rio Rochedo (40%), e do rio Nhandu (15%). O entorno do parque é ocupado pelo complexo de assentamentos da Gleba Divisa, composto de assentamentos: Rochedo, Chicão, Chapéu Preto, Japonês, Cinco Mil (São Pedro e São Paulo e Jaboti), Valmor Martins (Piruca), Pezão, Treze e Quarenta. Ao redor desses assentamentos existem cerca de 170 latifúndios, na sua maioria, sem títulos regularizados (Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico do Parque Cristalino, 2009).

Estes assentamentos são marcados pela violência e toda forma de manipulação de uma parcela da população que vive à margem da sociedade e por isso disposta a enfrentar qualquer situação para ter direito à terra como forma de sobrevivência. A terra é tida como a única saída para os agricultores e suas famílias. É reconhecida como meio para obter moradia, produzir o seu alimento, fazer renda e segurança.

3.7. Aspectos Sociais

3.7.1. Infraestrutura

Os serviços de energia elétrica estão a cargo da Empresa Rede Cemat, mas algumas áreas rurais, de pouco acesso, ainda não são atendidas. O Município conta com serviço de telefonia fixa, oferecida pela Brasil Telecom, mas ainda não tem acesso à banda larga e a telefonia móvel.

Nas áreas rurais do município, em geral, predomina o abastecimento de água a partir de poços ou nascentes. Dos 421 domicílios urbanos (IBGE, 2000), 41,60% tem rede de abastecimento de água, 55,8% advém de poço ou nascente e 2,6% de outras fontes.

O sistema de esgoto é feito principalmente por meio de fossas rudimentares instaladas próximas das casas, muitas vezes até mesmo do poço e, em algumas residências, não existem banheiros, nem sanitários. Há residências que fazem o despejo do esgoto a céu aberto ou em córregos. Em 2000 (IBGE) Novo Mundo não apresenta Rede geral de esgotamento sanitários, apenas 13,1% de fossa séptica, 58,4% de fossa rudimentar e 28,5% de outros tipos (valas e rios).

A coleta do lixo em Novo Mundo, não é feita da maneira adequada, predominando os lixões como a principal forma de disposição final, contudo, 71,5% do lixo domiciliar são coletados e 28,5% têm outros destinos (IBGE, 2000).

Novo Mundo apresentava em 2000 a adequação de suas moradias que apresenta um percentual de residências adequadas (2,8%), e comparadas às cidades próximas, mas também com o maior número de residências inadequadas (6,4%).

3.7.2. Saúde

Novo Mundo apresenta a situação mais precária com apenas 2 unidades públicas (IBGE, 2000), contando apenas com duas unidades do Programa de Saúde da Família, na área urbana, e três na zona rural. Nessas unidades atua uma equipe composta por

dentista, médico, enfermeiros, fisioterapeuta, psicólogo, entre outros profissionais. Os casos graves são enviados para os hospitais dos municípios vizinhos, com o transporte oferecido pela Prefeitura (três ambulâncias).

3.7.3. Educação

O número de alunos matriculados na rede de ensino em 2007 estão assim distribuídos: (I) Ensino fundamental, 1599 alunos; (II) Ensino médio, 273 alunos; e (III) ensino superior, zero aluno. Em 1991, Novo Mundo tinha 37,2% de pessoas, entre 25 ou mais anos, analfabetas e em 2000 reduziu para 16,2% (IBGE, 2000) e o índice de pessoas entre 18 e 22 anos de idade com curso superior foi de 1,33%.

Devido ao grande número de assentamentos, Novo Mundo conta com três escolas na zona urbana e 22 na zona rural. As escolas municipais oferecem apenas o ensino fundamental e as escolas estaduais oferecem ensino fundamental e médio (Diagnóstico do Plano de Manejo do PEC, 2009). Segundo a Prefeitura de Novo Mundo (2008), grande parte da população é alfabetizada, porém a maioria não concluiu o ensino fundamental. E são raros os habitantes com curso superior (1,33% em 2000).

O município também conta com outras atividades educacionais com programas especiais de educação (Educação Especial; Se liga Brasil; Acelera Brasil; Circuito Campeão; Agente Rural; e Educação a Distância - Pedagogia, Letras e Ciências Contábeis).

3.7.4. Trabalho e Renda

O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.732, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

A renda familiar, medida em salários mínimos, foi o componente que mais influenciou negativamente o valor final do IDH, enquanto a longevidade e a escolaridade foram responsáveis pelo crescimento do IDH no período.

Estes dados mostram que o modelo de desenvolvimento da região, com grandes empreendimentos agropecuários e madeireiros, apesar de gerar consideráveis recursos financeiros, estes permanecem concentrados entre poucos, deixando de proporcionar à grande parte da população o devido acesso às riquezas da região.

4. APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

4.1. Aspectos Econômicos da Gleba Divisa

O primeiro documento de efetivação da região denominada Gleba Divisa foi escrito e promulgado pelo Governador do Estado Dante Martins de Oliveira, em 02 de abril de 2002, no Palácio dos Paiaguás, em Cuiabá, frente ao presidente da casa e demais deputados. Este documento, efetiva a criação do assentamento dentro do projeto de lei que cria o projeto Gleba Divisa e dá outras Providencias, requerendo e oficializando o assentamento dentro de uma área de 336.987,6249 hectares. Em seguida a União entrou com um processo de reiteração de posse em dezembro de 2002, justificando que esta área era de título da mesma. Todas essas decisões judiciais aumentaram ainda mais os conflitos na região de ordem jurídica e social. Diário Oficial da União publicou em edição Ano CXLVIII N° 51, o Decreto 7.452, de 15 de março, assinado pela presidenta Dilma Rousseff, regulamentando a Lei 12.310, de 19 de agosto de 2010, que doa para o Estado do Mato Grosso as áreas de domínio federal nas Glebas Maiká e Cristalino/Divisa. O prefeito de Novo Mundo, José Hélio Ribeiro da Silva, destacou que a importância da Lei é mais do que uma luta antiga, pois *“Trata-se da realização de um sonho, tanto das pessoas que vivem na Gleba Divisa, quanto de todo o município”*, concluiu.

O entorno do parque é ocupado pelo complexo de assentamentos da Gleba Divisa, composto de assentamentos: Rochedo, Chicão, Chapéu Preto, Japonês, Cinco Mil (São Pedro e São Paulo e Jaboti), Valmor Martins e Nhandu 1 (Piruca), Pezão, Treze e Quarenta. Ao redor desses assentamentos existem cerca de 170 latifúndios, na sua maioria, sem títulos regularizados.

4.1.2. Ocupação da Terra

Tabela 12 – Tempo em que as famílias estão na Gleba Divisa.

Comunidades	Tempo que reside na propriedade (ano)						
	01 a 05	06 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	NR
Cinco Mil	27	25	5	0	0	0	65
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	14	21	1	0	0	0	3
São Pedro, São Paulo e Jaboti	7	24	5	0	0	0	1
Valmor Martins e Piruca	8	5	10	8	0	0	1
Chicão e Japonês	11	15	3	0	0	0	0
Pezão	6	14	4	0	0	0	0
Rochedo	1	19	0	0	0	0	0
Treze Quarenta	6	8	0	0	0	0	4
TOTAL	80	131	28	8	0	0	74
PERCENTUAL	25%	41%	9%	2%	0%	0%	23%

NR – Não respondeu.

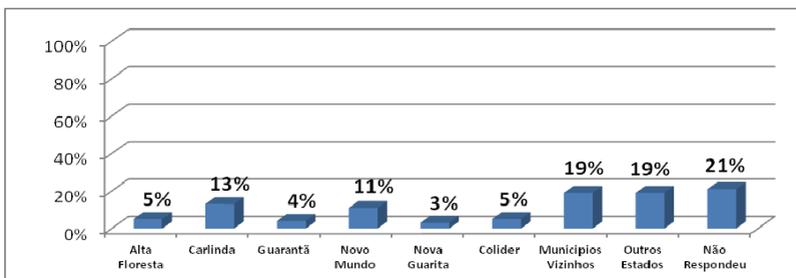
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A maioria, 41% dos entrevistados relataram residir na área a menos de 10 anos, outros 25% a menos de 5 anos. É relativamente nova a presença dessas famílias, tendo em vista que muitos dos assentados devido à pressão vivida na região se veem forçados a mudar do local, ainda que haja remanescentes de famílias mais antigas na região.

Saber a origem das pessoas que compõe a Gleba Divisa também revela sobre a cultura, as expectativas e experiências de vida que configuram a vida dessas pessoas. Observa-se que 13% dos entrevistados vieram da cidade de Carlinda, outros 19%, vieram de municípios vizinhos, com a mesma porcentagem vieram de outros estados.

4.1.3. Origem das Famílias

Gráfico 1 – Municípios de origem das famílias que vivem na Gleba Divisa.



Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O fator econômico parece ser o que exerce o maior peso na hora de tomar a decisão de abandonar o campo. A exclusão social do agricultor, principalmente do agricultor familiar, ocorre, em grande parte, devido às dificuldades que ele encontra para viabilizar economicamente sua pequena propriedade ou seu empreendimento rural, principalmente a partir da adoção crescente da agricultura comercial na qual a escala do empreendimento é fator preponderante.

4.1.4. População e Gênero

Tabela 13 – Identificação da população por faixa etária.

Faixa Etária	Número de pessoas	Percentual
0 a 4 anos	60	6%
05 a 09 anos	92	9%
10 a 19 anos	239	24%
20 a 29 anos	128	13%
30 a 39 anos	151	15%
40 a 49 anos	175	18%
50 a 59 anos	89	9%
Acima de 60	64	6%
Total	998	100%
Não Respondeu	27	3%

Fonte: Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Na tabela 13 observa-se que a Gleba Divisa é formada de uma população jovem, tendo 24% na faixa etária de 10 a 19 anos, mais 15% entre 20 a 29 anos e outros 15% entre 20 a 39 anos. Os monitores observaram este dado como possibilidade e necessidade de se ter estratégias em políticas públicas para jovens nas áreas de educação, profissionalização, cultura, lazer e saúde.

Tabela 14 – População em gênero.

Soma	Homem	Mulher	Total	Não respondeu
Total	588	458	1.046	20
Percentual	56%	44%	100%	6%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Quanto à questão de gênero tem-se 56% da população masculina e 44% feminina. Das 321 famílias entrevistadas, 6% delas não responderam a questão de gênero.

4.1.5. Status de Posse da Terra

Tabela 15 – Situação fundiária das famílias da Gleba Divisa.

Comunidade	Assentado			Título da Terra			Novo assentamento?		
	Sim	Não	NR	Sim	Não	NR	Sim	Não	NR
Cinco Mil	15	60	47	7	57	58	46	14	62
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	17	20	2	2	35	2	17	20	2
São Pedro, São Paulo e Jaboti	12	25	0	3	33	1	18	17	2
Valmor Martins e Piruca	4	28	0	17	15	0	32	0	0
Chicão e Japonês	11	18	0	3	26	0	18	10	1
Pezão	12	12	0	2	22	0	16	6	2
Rochedo	13	7	0	1	19	0	1	15	4
Treze Quarenta	10	5	3	1	14	3	6	8	4
TOTAL	94	175	52	36	221	64	154	90	77
PERCENTUAL	29%	55%	16%	11%	69%	20%	48%	28%	24%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A tabela 15 indica que 29% consideram-se assentados, afirmando (11%) que possuem título da terra. Segundo os monitores e organizações locais, nenhuma propriedade tem título regularizado. Assim, pode-se entender que as famílias que assumiram que não estão assentadas, somente se considerarão como tal quando a terra estiver totalmente regularizada. É importante ressaltar que na Gleba Divisa existe um acampamento de aproximadamente 110 famílias que esperam terras para trabalhar. Quando levantou-se a questão de interesse por terra, 48% das famílias mostraram interesse em novos assentamento. Esta tabela mostra que há pouca ou nenhuma informação ou conhecimento sobre o processo de regularização e sobre o reconhecimento da terra como própria.

Em síntese, a falta de título de terra na Gleba Divisa dificulta qualquer plano na área, tanto de acesso a crédito, quanto de qualquer outro tipo de negociação que requeira documentação da propriedade.

Tabela 16 - Forma de aquisição da terra.

Comunidades	Forma de aquisição da terra					
	Compra	Herança	INCRÁ	INTERMAT	Respostas	NR
Cinco Mil	25	0	3	17	45	77
Chapéu Preto	17	0	1	20	38	1
São Pedro, São Paulo e Jaboti	24	0	1	9	34	3
Valmor e Piruca	21	7	0	3	31	1
Chicão e Japonês	16	0	0	12	28	1
Pezão	10	1	0	13	24	0
Rochedo	6	0	0	12	18	2
Treze e Quarenta	5	0	1	9	15	3
Total	124	8	6	95	233	88
Percentual	53%	3%	3%	41%	100%	27%

CD – não responderam.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Na intenção de verificar o processo de aquisição das terras, vê-se que 53% dos entrevistados responderam ter sido através de compra direta, 3% receberam de herança dos pais, 3% receberam do INCRA e 41% por intermédio da INTERMAT. Esta tabela evidencia que as pessoas foram chegando, mas sem muito conhecimento do processo de aquisição de terras ou mesmo sem saber quem era o órgão administrador. **Estas terras até 2010 eram de posse da União, mas em 19 de agosto de 2010, Luiz Inácio Lula da Silva decretou a Gleba Divisa como terras do Estado de Mato Grosso, por meio de decreto de doação.**

Os 53% que responderam “compra direta” informaram que muitas famílias “entraram” e “saíram” da área, comprando e vendendo a terra, mesmo sem terem o título. Isso explica o alto índice de desmembramento de terras comumente verificado na Gleba Divisa. Vale lembrar que, segundo a legislação, o plano de reforma agrária não permite a venda da terra, mas observa-se, curiosamente, que para apenas 3% as terras vieram do INCRA, e para 41% vieram da INTERMAT.

Tabela 17 – Quantidade de alqueires dos proprietários.

Faixa de Alqueires	Número	Percentual	Alqueires
Entre 1 a 5	15	6,5%	50,37
Entre 6 a 10	39	16,9%	290,81
Entre 11 a 20	66	28,6%	1.017,66
Entre 21 a 30	55	23,8%	1.301,60
Entre 31 a 40	13	5,6%	452,00
Entre 41 a 50	12	5,2%	556,00
Entre 51 a 60	1	0,4%	51,00
Entre 61 a 70	1	0,4%	63,00
Entre 71 a 80	1	0,4%	71,00
Entre 81 a 90	3	1,3%	248,00
Entre 91 a 100	2	0,9%	185,00
Acima de 100	23	10,0%	7.163,00
TOTAL	231	100%	11.449,44
Não Respondeu	90	28%	-

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Dos 231 respondentes, vê-se que 6% da população têm entre 1 a 5 alqueires, somando ao total de 50,37 alqueires de terras. Entre 6 a 10 alqueires tem-se 17% dos entrevistados. Estes dados revelam que a maioria dos assentados possuem pouca terra e uma minoria com a maior área (acima de 100 alqueires tem-se 10% e entre 51 a 60 até 91 a 100). Observa-se ainda que apenas uma 3% das famílias possuem, na somatória,

618 alqueires de terras. É relevante lembrar que no Plano de Reforma Agrária do INCRA cada assentado receberia 50 alqueires. Porém, segundo os monitores, muitos proprietários, além de repassarem partes da terra para os filhos, venderam parte de suas terras para outros na região.

4.1.6. Composição da Renda Familiar

A renda da Gleba Divisa é formada, basicamente, pelo resultado de três atividades econômicas: Pecuária, que é a atividade principal; Agricultura de subsistência, que se configura como adicional à renda principal; e Prestação de serviços na comunidade, como serviços de diarista, empregados no comércio local, funcionalismo público e serviços informais.

Tabela 18 - Identificação da renda familiar.

Valor salário/mês (R\$)	Número de famílias	Percentual sobre 289 respostas
Até 300,00	87	30%
301,00 a 600,00	104	36%
601,00 a 900,00	41	14%
901,00 a 1.200,00	27	9%
1.200,00 a 1.500,00	7	2%
1.500,00 a 1.800,00	7	2%
1.800,00 a 2.100,00	5	2%
Acima de 2100,00	11	4%
Subtotal	289	100%
Não respondeu à questão	32	
Total	321	

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Do total de 321 famílias entrevistadas, a maioria de 289 famílias respondeu sobre o salário mensal; e uma minoria de 32 famílias não respondeu a questão sobre salário. Em termos de porcentagem sobre as respostas dadas, verifica-se que 30% das famílias geram renda de até R\$ 300,00 por mês, enquanto 36% geram renda entre R\$ 300,00 a R\$ 600,00 por mês. Pode-se concluir que 66% das famílias que responderam à questão têm uma medíocre renda familiar quando considerando que, em média, as famílias são formadas de 3,2 pessoas.

“Os assentados, quando chegaram aqui, se organizaram em pequenas propriedades. Hoje vivem da pequena produção de leite e agricultura

para o projeto CONAB. Não temos conhecimento técnico, não temos emprego e muitas vezes somos diaristas em outras fazendas”.

(Comentário de um dos monitores, em 18 de dezembro de 2010).

Tabela 19 - Número de pessoas da família que trabalha na propriedade.

Comunidade	Faixa etária (anos)						Total	NT	NR
	07 a 09	10 a 19	20 a 29	30 a 49	50 a 60	> 60			
Cinco Mil	1	20	6	42	12	4	85	67	0
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	6	19	14	28	8	5	80	0	4
São Pedro, São Paulo e Jaboti	1	14	10	35	11	5	76	1	2
Valmor Martins e Piruca	0	4	19	30	9	3	65	0	0
Chicão e Japonês	2	8	2	27	7	5	51	0	0
Pezão	3	22	3	23	9	5	65	0	1
Rochedo	1	11	5	20	5	5	47	0	1
Treze e Quarenta	0	13	3	6	4	1	27	0	7
Total	14	111	62	211	65	33	496	68	15
Percentual	3%	22%	13%	43%	13%	7%	100%		

NT – Não trabalha; NR – Não respondeu

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

É interessante observar que a grande maioria da força de trabalho nas propriedades está nas mãos de adultos entre 30 e 49 anos, com 43%, seguidos pelos adolescentes e jovens entre 10 a 19 anos, com 22%. O grupo de jovens entre 20 e 29 anos apresentou apenas 13% da força de trabalho; isso se deve ao fato que estes são estudantes e engrossam o grupo que não trabalham. Este indicador mostra que muitos jovens estão sem trabalho e renda e que merecem uma atenção especial no envolvimento dos mesmos em atividades comunitárias e desenvolvimento de negócios de interesse deles.

Tabela 20 - Identificação do número de famílias que complementam o orçamento com prestação de serviços fora da propriedade

Comunidades	Sim	Não	NR	Total
Cinco Mil	44	25	53	122
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	24	12	3	39
Chicão e Japonês	10	17	2	29
Pezão	12	11	1	24
Valmor Martins e Piruca	19	13	0	32
Rochedo	12	8	0	20
São Pedro, São Paulo e Jabuti	18	16	3	37
Treze Quarenta	6	9	3	18
Total	145	111	65	321
Percentual	45%	35%	20%	100%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A comunidade Treze Quarenta é a única que apresenta valor menor para família que não presta serviço fora da propriedade. Todas as demais apresentam valores maiores para prestação de serviço fora da propriedade, indicando ser uma regra esta forma de complemento de renda. Juntas, as comunidades apresentaram um total de 45% de pessoas que trabalham fora. Uma menor porcentagem, 35%, que soma 111 famílias que trabalham exclusivamente na propriedade.

Tabela 21 - Tipo de trabalho realizado fora da propriedade e número de trabalhadores

Áreas de Atuação	Número de Trabalhadores	Percentual
Diarista em outras terras	92	54%
Funcionário Público	31	18%
Doméstica	8	5%
Comércio Local	6	3%
Funcionário de outras organizações	3	2%
Pedreiro, servente, pintor	9	5%
Marceneiro, carpinteiro	5	3%
Mecânico	4	2%
Outros	13	8%
Total	171	100%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Das 145 famílias (destaque na tabela 20) com indivíduos que prestam serviços fora da propriedade, destaca-se que apenas duas atividades somam 72% do total, sendo que 54% prestam serviços como diaristas de campo em outras propriedades e 18% são funcionários públicos, como professores, agentes de saúde e outros. Apenas 8% prestam outros tipos de serviço variados fora das propriedades, como apreciados na tabela 21.

Tabela 22 - Contratação de Mão de obra

Comunidade	Sim	Não	NR	Total
Cinco Mil	18	38	66	122
Chapéu Preto	19	14	6	39
São Pedro, São Paulo e Jaboti	8	28	1	37
Valmor Martins e Piruca	20	12	0	32
Chicão e Japonês	15	11	3	29
Pezão	9	15	0	24
Rochedo	10	10	0	20
Treze e Quarenta	2	10	6	18
Total	101	138	82	321
Percentual	31%	43%	26%	100%

NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Na tabela 22 vemos que 31% das famílias contratam mão de obra de diarista, que foi o tipo de trabalho com maior valor para a prestação de serviço fora da propriedade. Isso significa que há oferta e demanda de serviços de diarista expressados para ambas as condições, tanto na oferta quanto a demanda. A mão de obra disponível é da própria Gleba Divisa.

Na análise dos dados junto às comunidades (18 de dezembro de 2010), verifica-se que existe uma disponibilidade de 54% das famílias que prestam serviços em outras propriedades e 31% de propriedades que contratam os serviços. Isso mostra que, em média, estas propriedades contratam mais de um indivíduo como diarista. Durante a coleta de dados, os monitores verificaram que há pouca comunicação sobre a oferta e demanda de serviços de diaristas na Gleba Divisa que pode se explicar pela distancia geográfica e dificuldade de transporte entre as comunidades.

Tabela 23 - Estabelecimento de parceria para trabalhar na propriedade

Comunidade	Sim	Não	NR	Total	Tipo de Parceria			
					AR	CO	AL	OU
Cinco Mil	11	39	72	122	6	1	9	0
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	13	19	7	39	2	0	13	0
São Pedro, São Paulo e Jaboti	4	26	7	37	1	0	3	0
Valmor Martins e Piruca	17	14	1	32	15	0	2	2
Chicão e Japonês	6	20	3	29	2	0	2	0
Pezão	5	17	2	24	5	0	1	0
Rochedo	4	16	0	20	1	0	2	1
Treze e Quarenta	4	9	5	18	2	0	2	0
Total	64	160	97	321	34	1	34	3
Percentual	20%	50%	30%	100%	53%	2%	53%	5%

NR – não respondeu; AR – arrendamento; CO – comodato; AL – aluguel; OU – outro.
Fonte: Diagnostico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Verifica-se que 20% dos entrevistados realizam parceria para o trabalho na propriedade, sendo que 53% realizam arrendamento da área, 2% fazem comodato, 53% alugam suas terras para pastagem e 5% fazem outros tipos de parceria. Segundo os monitores estas parcerias são estabelecidas para as atividades como preparação da terra para plantio, prevenção de queimadas, controle de incêndios e organização da produção do leite.

4.1.7. Atividade Econômica

Tabela 24 – Número de alqueires por família.

Faixa de Alqueires	Alqueires	Número de famílias	Média Alqueires por Família	Hectares (1 alq = 2,42 ha)
1 a 5	50,37	15	3,36	8,13
6 a 10	290,81	39	7,46	18,05
11 a 20	1.017,66	66	15,42	37,31
21 a 30	1.301,60	55	23,67	57,27
31 a 40	452,00	13	34,77	84,14
41 a 50	556,00	12	46,33	112,13
51 a 60	51,00	1	51,00	123,42
61 a 70	63,00	1	63,00	152,46
71 a 80	71,00	1	71,00	171,82
81 a 90	248,00	3	82,67	200,05
91 a 100	185,00	2	92,50	223,85
Acima de 100	7.163,00	23	311,43	753,67
Total de alqueires	11.449,44	231	49,56	119,95
Total de hectares	27.707,64			
Não Respondeu	90,00	0,28		

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A soma do tamanho das propriedades das 321 famílias entrevistadas é de 11.449,44 alqueires, equivalentes a 27.707,64 hectares na Gleba Divisa. É relevante considerar que 90 famílias não responderam a questão, o que equivale a 28%. O plano de assentamento das famílias nesta região contava com a distribuição de 21 alqueires por família, mas percebe-se que muitos não possuem 21 alqueires.

Se executado o plano original, as 321 famílias deveriam ter um total de 35,67 alqueires (86,32 hectares). Esta diferença pode estar oculta na ausência de resposta das 90 famílias que não responderam.

Como a Gleba Divisa ainda não tem a regularização das terras, muitas propriedades foram divididas e vendidas e por isso apresentam tamanho menores ou maiores ao planejado na proposta de assentamento. Ainda, é importante ressaltar que 104 famílias, que podem ser parte das 90 que não responderam, estão acampadas e não fazem parte da contagem de alqueires nesta tabela.

4.1.7.1. Pecuária

Tabela 25 – Produção anual oriunda da criação de animais da Gleba Divisa.

Comunidade	GL (litro)	GC (cabeça)	CA (cabeça)	SU (cabeça)	FR (cabeça)	OV (dúzia)	NR	NP
Cinco Mil	5.060,00	14.085	0	120	17	565,00	97	11
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	8.095,00	706	4	840	260	612,00	9	4
Chicão	30,00	470	60	5.000	100	50,00	18	3
Pezão	9.180,00	75.400	0	0	200	80,00	5	3
Rochedo	4.920,00	70	0	0	0	0	3	4
São Pedro/São Paulo Jaboti	6.050,00	70	0	1.001	518	164,00	11	11
Treze e Quarenta	539,00	0	0	0	0	0	1	1
Valmor Martins e Piruca	9.840,00	717,00	36	100	900	60,00	10	5
TOTAL	43.714,00	91.518	100	7.061	1.995	1.531,00	154	42

GL – gado de leite; GC – gado de corte; CA – caprino; SU – suíno; FR – frango; OV – ovos; NR – não responderam; NP – não pratica.

Fonte: Diagnostico Participativo da Gleba Divisa, 2010

Sabe-se que a principal atividade econômica da Gleba Divisa é a pecuária, com gado de corte e de leite, porém a quantidade de litros leite produzidos que foi informada não condiz com a real produção. Segundo os monitores e alguns proprietários informaram durante a análise deste indicador, 43.000 litros de leite é menos do que se produz em um único mês. Isso significa que a produção de leite é muito mais expressiva que o informado. Com isso, pode-se questionar também a quantidade de 91.518 de cabeças de gado informada, muito provavelmente este número é bem maior, em função da quantidade da produção de leite informada de maneira informal.

Segundo os monitores, de um modo geral, a grande maioria dos entrevistados não respondeu adequadamente a esta questão. Ou seja, a quantidade de produção muito provavelmente é superior à quantidade apresentada aqui. Durante o processo de análise dos dados os monitores apresentaram situações de dificuldade para se obter respostas sobre a quantidade de produção de cada unidade familiar, pois muitos entrevistados não forneceram a informação adequadamente por:

- i) Desconhecerem a real quantidade de produção animal (154 famílias);
- ii) Insegurança acerca da utilização da informação;
- iii) Falta de hábito ou cultura de registrar a quantidade de produção geral anual.
- iv) Durante a análise, junto aos monitores, os 43.714 litros de leite foram questionados, pois só em 1 refrigerador, produz-se cerca de 17.000 litros a cada dois dias por semana. Isso revela que o valor apresentado na tabela 25 é muito inferior ao real. Se avaliarmos que nos 08 núcleos são 08 resfriadores, tendo uma média de 17.000

litros por semana em cada um dos resfriadores, ter-se-ia uma quantidade de litros de leite muito superior. Os motivos possíveis que podem ser utilizados para entender a apresentação de um valor tão baixo, podem ser: a) se o informante não foi o que lida com a atividade; b) se, não se realiza um registro de entrega do leite frequente e cumulativo; (III) se não queria fornecer a informação; e c) se considerou entrega de leite semanal. Considerando que 97 não responderam e 11 não produzem leite tem-se apenas 213 respondentes.

Tabela 26 – Criação de animais.

Animais	Produção (unidades em 2009)
Gado	91.520,00
Caprino	96,00
Suíno	7.061,00
Frango	1.994,00
Ovo	1.531,00
Não Respondeu	172

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O rebanho bovino é predominantemente constituído de gado de corte e de leite (91.520,00 mil, cabeça), portanto há também criação de pequenos animais como suíno (7.061 mil cabeças) e aves. A criação é extensiva, com uso de pastagem nativa e de campos naturais. É importante ressaltar que 172 famílias não responderam a questão o que representa 54% da população estudada, ou seja, pode-se considerar que os números apresentados podem ser muito superiores aos apresentados, uma vez que esta região tem como foco a economia com base na pecuária de leite e corte.

4.1.7.2. Agricultura

Quanto à agricultura, é ainda para atender a família e o excedente para venda, na tabela abaixo temos que a cultura com produção mais abundante foi a banana, com 50.975 quilos, seguido do cacau, com 24.208 quilos produzidos no ano de 2009. Alguns entrevistados relataram que no ano de 2007 houve um incentivo para o plantio do cacau na região, mas novamente tiveram a dificuldade no escoamento da produção e compradores.

Tabela 27 – Identificação das famílias que praticam ou não agricultura.

Comunidade	PR	NP	NR	Total
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	17	0	22	39
Valmor Martins e Piruca	12	3	17	32
Chicao e Japonês	7	7	15	29
Pezão	11	0	13	24
Rochedo	13	4	3	20
São Pedro, São Paulo e Jaboti	21	8	8	37
Treze e Quarenta	4	0	14	18
Cinco Mil	13	6	103	122
Total	98	28	195	321
PERCENTUAL	30%	9%	61%	100%

PR- praticam; NP – não praticam; NR – não responderam.
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Observa-se que 30% das famílias trabalham com agricultura de subsistência, enquanto apenas 9% não têm atividade com agricultura. Do total, 61% não responderam a pergunta, sendo que a grande maioria destas reside no Assentamento Cinco Mil, o qual é reconhecido por ter famílias que não trabalham com agricultura.

Em síntese, pode-se concluir que de um modo geral a agricultura não é a principal atividade das propriedades, mas sim uma atividade secundária, tanto na complementação a renda, quanto no caráter de subsistência. A principal atividade econômica na Gleba é realmente a pecuária.

É relevante ressaltar que, quando há a agricultura, o excedente da produção é entregue a CONAB, que faz a distribuição para as escolas. Vale observar que houve um número relativamente significante de entrevistados que relatou trabalhar com agricultura, entretanto não souberam quantificá-las, ou seja, não registram a quantidade que entregam a CONAB por mês.

4.1.7.3. Armazenamento da Produção

Tabela 28 – Tipos de armazenamento de produção empregados pelas 321 famílias entrevistadas.

Comunidade	CO	IN	CA	TU	RE	NE	NR
Cinco Mil	6	13	5	15	9	4	83
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	11	6	2	13	14	1	21
São Pedro, São Paulo e Jabuti	16	41	7	38	19	1	0
Valmor Martins e Piruca	11	4	0	5	11	10	7
Chicão e Japonês	1	7	1	7	1	15	6
Pezão	11	0	0	0	10	0	13
Rochedo	5	1	0	3	5	10	4
Treze Quarenta	6	3	4	2	6	0	9
Total	67	75	19	83	75	41	143
Percentual	21%	23%	6%	26%	23%	13%	45%

CO – coletivo; IN – individual; CA – céu aberto; TU – tulhas; RE – resfriador; NE – nenhum; NR – não respondeu.

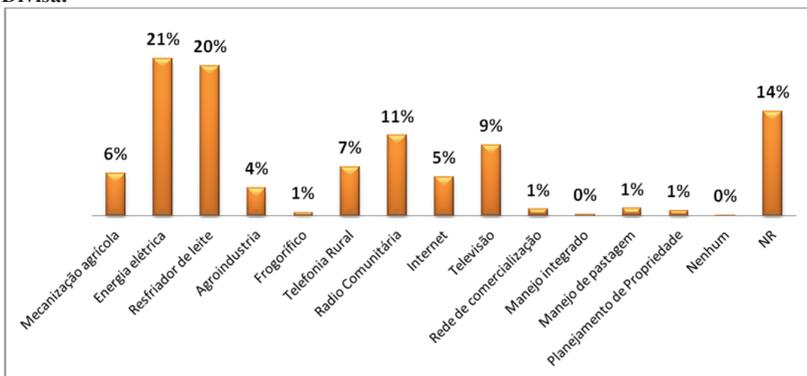
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

As famílias da Gleba Divisa utilizam várias formas de armazenamento da produção, muitos fazem coletivamente (21%), ou seja, compartilham com o proprietário, vizinhos locais para armazenar algum tipo de produção, porém ele também faz armazenamento individual (23%) quando possui condição para aquele tipo de produção, tipo deixar a céu aberto (6%) ou usar a própria tulha (26%). No caso do leite, algumas comunidades possuem resfriador que 13% das famílias utilizam para depositar o leite. Tire-se 13% que não usa nenhum tipo de armazenamento e 45% não responderam. Esta tabela não soma 100% porque as famílias usam um ou mais tipos de armazenamento da produção.

4.1.7.4. Processamento da Produção

A Gleba Divisa atualmente não conta com sistema para processamento da produção coletiva e alguns produtores processam café, doce em compota, queijo, manteiga, entre outros, nas suas residências. Com a finalidade de mapear o que existe de tecnologia que venha subsidiar o processamento de matéria prima, buscou-se identificar as áreas apresentadas no gráfico 2.

Gráfico 2 - Identificação dos tipos de tecnologia e infraestrutura existente na Gleba Divisa.



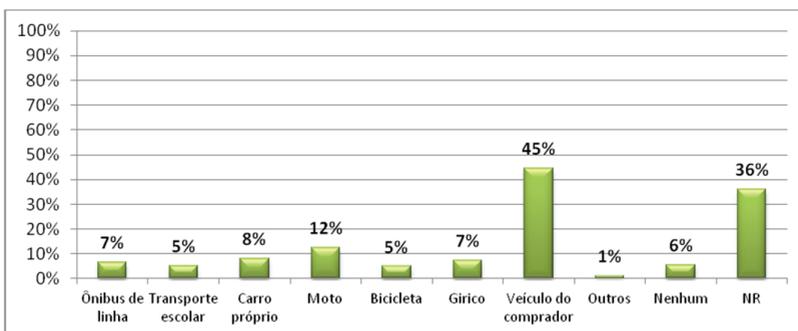
NR – não responderam.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Dos 321 entrevistados, 21% realizam mecanização agrícola para o plantio e renovação de pastos e para a produção do leite, 20% contam com resfriadores, 11% contam com rádio comunitária e os demais algumas tecnologias variadas nas propriedades que viabilizam a melhor organização da produção.

4.1.7.5. escoamento

Gráfico 3 – Meios de escoamento da produção.



NR – não responderam

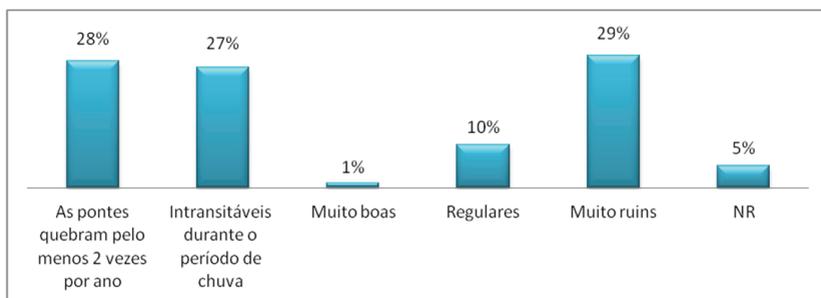
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A Gleba Divisa apresenta uma grande fragilidade no sistema de escoamento de sua produção, devido a uma série de fatores observados a baixo. A produção das famílias é transportada na maioria (45%) por meio do veículo do comprador – veículo que busca o leite ou o caminhão da prefeitura que recolhe os produtos agrícolas pelo Projeto CONAB. Um total de 12% dos entrevistados informaram que realizam o escoamento por motocicleta própria, 5% por bicicleta, 8% por carro próprio, 7% por girico e os demais por outras formas. Para se ter uma cadeia produtiva ou organização mais qualificada da produção, é fundamental que se estabeleça mecanismos mais eficientes para o escoamento da produção.

4.1.7.6. Estradas Vicinais

Basicamente conta-se com acesso terrestre para a Gleba Divisa, embora seja possível o acesso por via fluvial, porém não muito utilizada. A Gleba pode ser acessada via estrada Quarta Leste (estrada vicinal com calçamento de saibro/laterita), que liga esta área à sede de Alta Floresta. Ainda tem-se a estrada de Carlinda, passando pela balsa do Gaucho e chegando ao Assentamento Cinco Mil. A estrada de terra de Novo Mundo oferece razoáveis condições de trânsito. Existem ainda as estradas vicinais que acessam as 11 comunidades que integram a Gleba Divisa. Todas as estradas são de terra e em período de chuvas ficam intransitáveis para veículos que não são traçados. Outro contratempo enfrentado no escoamento da produção pelas estradas é a pouca manutenção de pontes, que devem ser permanentemente mantidas para que as famílias consigam escoar a produção para outras regiões.

Gráfico 4 – Opinião dos entrevistados acerca da qualidade das estradas vicinais.



NR: não responderam.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O gráfico 4 mostra que 28% dos entrevistados afirmam que as pontes quebram pelo menos duas vezes ao ano, 27% acham que as estradas são intransitáveis no período da chuva e 29% consideram que as estradas estão muito ruins e 10% acreditam que as estradas são regulares.

Tabela 29 - Perda da produção devido ao estado das estradas vicinais.

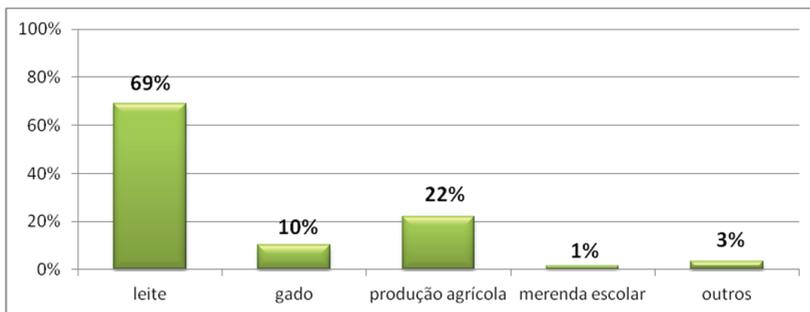
Respostas	Sim	Não	NR
Número de famílias	145	83	93
Porcentagem	45%	26%	29%

NR – não responderam

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Nota-se que 45% dos entrevistados informaram ter perda de produção devido às precárias condições das estradas, especialmente durante o inverno (época das chuvas). Tem-se ainda que 26% dos entrevistados informaram não ter perda, o que é justificado pelas famílias que não trabalham com atividades econômicas que dependem de escoamento ou que não trabalham na prestação de outros serviços.

Gráfico 5 - Identificação da perda de produção durante as chuvas.



Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Das 145 famílias que informaram ter perda de produção na época das chuvas, 69% respondeu ter perda do leite, 22% da produção agrícola, 10% da venda da carne de vaca, 1% da entrega da merenda escola e 3% de outras atividades econômicas.

Tabela 30 - Meio de comunicação utilizados

Comunidade	RA	CE	TF	RE	CO	OU	NR
Cinco Mil	54	11	48	18	0	0	30
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	8	22	3	24	2	0	2
São Pedro, São Paulo e Jabuti	11	3	15	13	4	0	2
Valmor Martins e Piruca	1	27	3	8	0	1	0
Chicão e Japonês	7	17	2	2	1	0	2
Pezão	20	7	0	2	0	0	2
Rochedo	2	14	0	1	0	2	1
Treze Quarenta	8	2	1	8	0	0	3
Total	111	103	72	76	7	3	42
Percentual	27%	25%	17%	18%	2%	1%	10%

RA – rádio; CE – celular; TF – telefone fixo; RE – recado dos filhos na escola; CO – correio; OU – outros; NR – não responderam.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

De modo geral, o sistema de comunicação da Gleba Divisa é altamente precário. Existe uma rádio comunitária que é ouvida por 27% dos entrevistados. O sistema de telefonia é também precário, pois as famílias só conseguem se comunicar via celular quando estão na sede do Município (25%) ou telefone fixo pode-se encontrar em 17% das residências e muitos dos recados e informes são enviados pelos alunos (18%).

4.1.7.7. Suficiência da Produção

Tabela 31 – Suficiência e planejamento de produção para as 321 famílias entrevistadas.

Comunidades	A produção é suficiente para suprir as suas necessidades?			Você planeja a sua produção?		
	Sim	Não	NR	Sim	Não	NR
Cinco Mil	16	27	79	24	20	78
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	13	18	8	23	8	8
São Pedro, São Paulo e Jaboti	20	8	9	26	6	5
Valmor Martins e Piruca	17	13	2	17	15	0
Chicão e Japonês	8	21	0	3	26	0
Pezão	11	8	5	8	11	5
Rochedo	9	8	3	9	9	2
Treze e Quarenta	6	7	5	7	4	7
Total	100	110	111	117	99	105
Percentual	31%	34%	35%	36%	31%	33%

NR – não responderam.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O sucesso da produção depende muito do planejamento e o mesmo depende da demanda. Por isso da importância de quantificar produção, custo e benefício, para que o produtor tenha suficiência na produção. Buscando avaliar este processo, o diagnóstico questionou sobre a suficiência da produção e 31% dos entrevistados relataram suprir as

necessidades da família com a produção, entretanto 34% disseram o oposto. Quanto ao planejamento da produção 36% dizem o fazer, enquanto 31% disseram não realizar planejamento da produção. Este é um indicador interessante para a realização de ações de capacitação para subsidiar as unidades familiares para melhor organização e administração da produção e de sua renda.

4.1.7.8. Comercialização

Quanto à comercialização, os monitores e proprietários afirmaram ter sérios problemas para comercializar seus produtos. Os principais motivos que levam a isso estão expostos a seguir:

Dependência dos compradores – O principal comprador da produção de leite atualmente é a empresa Primus, além de alguns outros frigoríficos da região. Porém, a empresa apenas circula em estradas com boas condições de trânsito. As comunidades mais distantes e com dificuldade de acesso não conseguem vender sua produção de leite. O gado de corte é vendido a alguns frigoríficos da região como Nova Carne, Primus, João Fassara, Cerealista de Alta Floresta, Agroverde e outros que, mais esporadicamente, circulam para comprar a produção local. Outros produtos da propriedade como café, cupuaçu, arroz, feijão, legumes, verduras, ovos, entre outros, também são comercializados no comércio local e vendidos direto ao consumidor (moradores da Gleba Divisa e vizinhança). Como já mencionado, o excedente da produção agrícola é comercializado na ADSGLEDI (associação resultante do projeto CONAB) que repassa as mercadorias às escolas para complementar a merenda escolar. Este projeto tem contribuído sobremaneira com a Gleba Divisa, tanto no adicional à renda quanto no cultivo da agricultura de subsistência, induzindo o plantio e o bom hábito alimentar na unidade familiar.

Estradas e Transporte – A Gleba divisa tem acesso por estradas de terra, que são cruzadas pelos rios Teles Pires, Rochedo e Uhandu, além de outros pequenos rios. Esta formação hidrográfica leva à necessidade de pontes para o melhor escoamento de produção e acessibilidade das comunidades, tendo em vista que o período de chuvas prejudica significativamente as estradas, conforme dito anteriormente.

4.1.7.9. Rotação de Cultura

Tabela 32 – Identificação de famílias que fazem rotação de culturas.

Comunidade	Sim	Não	NP	NR
Cinco Mil	8	27	4	83
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	2	20	17	0
São Pedro, São Paulo e Jaboti	10	21	1	5
Valmor Martins e Piruca	3	29	0	0
Chicão e Japonês	3	25	0	1
Pezão	0	23	0	1
Rochedo	1	18	0	1
Treze e Quarenta	0	7	0	11
Total	27	170	22	102
Percentual	8%	53%	7%	32%

NP – não plantam; NR – não responderam

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Apenas 8% das famílias realizam rotatividade de culturas. Este dado se confirma pelo fato de se ter a pecuária como atividade econômica principal, na qual não há rotatividade de pastagens. Vê-se ainda que 53% não fazem qualquer rotatividade de cultura, 32% não responderam e 22% não trabalham com cultivo.

Tabela 33 - Tipo de cultura utilizada na rotação.

Produto	Produção em 2009 (Quilo)
Melancia	7.800,00
Abacaxi	10.500,00
Manga	7.200,00
Maracujá	310,00
Banana	50.975,00
Beterraba	30,00
Pepino	382,00
Mandioca	23.180,00
Batata	3.430,00
Pimenta	40,00
Abobrinha	690,00
Cebola	118,00
Café	2.462,00
Feijão	13,00
Arroz	142,00
Cacau	24.808,00
Cupuaçu	3,00
Limão	4.200,00
Laranja	4.470,00
Não trabalha com agricultura	28,00
Não Respondeu	195,00

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A tabela 33 apresenta apenas a produção de 98 famílias da Gleba Divisa por que 195 não responderam e 28 não trabalham com agricultura. Sabe-se que o único mercado, utilizado pelos proprietários é o projeto da CONAB e o da Banana que atravessadores levam para Cuiabá.

4.1.7.10. Assistência Técnica

Tabela 34 – Identificação de assistência técnica recebida e órgão prestador de serviço, para as 321 famílias entrevistadas.

Recebe assistência técnica	Não recebe assistência técnica	Não Respondeu
4%	68%	28%
Órgão Prestador da Assistência	Total	Perceptual
SEMA	9	3%
INTERMAT	20	6%
CEPLAC	4	1%
EMPAER	27	8%
SENAR	17	5%
EMBRAPA	5	2%
Secretaria de Meio Ambiente	11	3%
Nenhuma	198	62%
Outros	1	1%
Não respondeu	29	9%
Total	321	100%

Fonte: Diagnostico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Como se observa na tabela 34, a Gleba Divisa tem recebido, nos últimos anos, uma medíocre assistência técnica. Apenas 4% das famílias informaram receber assistência e 68% informaram não receber qualquer tipo de assistência técnica. Isso revela que as famílias ficam isoladas e pouco assistidas pelos órgãos responsáveis, inviabilizando a organização da produção e inserção no mercado consumidor, reduzindo as possibilidades de acesso aos serviços de direitos humanos e públicos. Em geral conclui-se que a cobertura de assistência técnica prestada a Gleba Divisa é aquém das necessidades.

4.1.7.11. Crédito

Tabela 35 – Acesso a financiamento.

Comunidades	Sim	Não	NR	Tipo de Crédito				
				PRONAF	SICRED	CC	CA	Outro
Cinco Mil	9	23	90	6	0	0	0	2
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	8	25	6	7	1	0	0	0
São Pedro, São Paulo e Jabuti	10	22	5	3	0	1	2	3
Valmor Martins e Piruca	8	24	0	9	0	0	0	0
Chicão e Japonês	5	21	3	5	0	0	0	0
Pezão	6	16	2	6	0	0	0	0
Rochedo	12	7	1	12	0	0	0	1
Treze Quarenta	2	4	12	2	0	0	0	0
Total	60	142	119	50	1	1	2	6
Percentual	19%	44%	37%	83%	2%	2%	3%	10%

CC – Crédito consignado; CA – Crédito para aposentado.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O acesso ao financiamento é inviabilizado pela falta de regularização fundiária das propriedades. A população da Gleba Divisa só consegue acessar recursos pequenos do PRONAF e outros do MDA. Do total que informou ter tido acesso a financiamento, 83% disseram que este vem do PRONAF/B.

Tabela 36 – Interesse em crédito para a compra de terras.

Comunidades	Sim	Não	NR
Cinco Mil	36	26	60
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	21	16	2
São Pedro, São Paulo e Jaboti	15	17	5
Valmor Martins e Piruca	13	19	0
Chicão e Japonês	13	16	0
Pezão	19	5	0
Rochedo	10	10	0
Treze e Quarenta	3	11	4
Total	130	120	71
Percentual	41%	37%	22%

NR – não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Quanto ao crédito para organizar a atividade econômica, a maioria representada por 41% dos entrevistados apresentam interesse em aquisição de crédito, enquanto uma minoria, porém significativa, respondeu que não tem interesse. Do total, 22% não responderam à questão. Esta tabela indica que não há um número significativo de famílias interessadas em crédito. Segundo os monitores, durante o processo de análise dos dados, a assistência técnica para a melhoria das atividades econômicas mostrou-se

mais importante que aquisição de crédito. O endividamento não é algo atrativo para os moradores da Gleba Divisa.

4.1.7.12. Cursos de interesse dos proprietários

Tabela 37 – Identificação de interesse em cursos nas áreas de planejamento e manejo da propriedade.

Comunidades	MP	MI	PP	MQ
Cinco Mil	26	8	16	20
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	20	1	5	9
São Pedro, São Paulo e Jaboti	17	4	3	14
Valmor Martins e Piruca	28	6	11	18
Chicão e Japonês	27	1	7	18
Pezão	29	29	17	32
Rochedo	7	2	3	4
Treze e Quarenta	6	1	1	2
Total	160	52	63	117
Percentual	41%	13%	16%	30%

MP – manejo da paisagem; MI – manejo integrado; PP – planejamento da paisagem; MQ – manejo e controle de queimadas.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Como já mencionado, a Gleba Divisa tem a sua economia gerada por pequenas propriedades leiteiras e de gado de corte, ou seja, sustentada por pastagens. Observou-se ainda que as propriedades recebem pouca ou nenhuma assistência técnica de órgãos competentes. Assim, o interesse em cursos de capacitação na área de planejamento e manejo de pastagem é expressivo na região. A tabela 37 revela uma oportunidade para se trabalhar questões de adequação ambiental junto às propriedades da Gleba, tanto para ordenar o uso dos recursos naturais, quanto para a adequação das propriedades no que se refere à Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. Estes resultados revelam que há predisposição para um trabalho intensivo para o manejo adequado da paisagem, o que está de acordo com o plano de manejo do Parque Estadual Cristalino que descreve o uso dos recursos naturais na sua Zona de Amortecimento.

Tabela 38 – Interesse em capacitação na área de recuperação ambiental.

Comunidade	Recomposição e Melhoramento Ambiental			
	RF	MG	EF	CS
Cinco Mil	26	19	15	11
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	7	14	5	5
São Pedro, São Paulo e Jaboti	4	13	4	7
Valmor Martins e Piruca	12	27	9	8
Chicão e Japonês	13	17	6	9
Pezão	9	22	9	5
Rochedo	0	7	2	0
Treze e Quarenta	3	2	2	1
Total	74	121	52	46
Percentual	25%	41%	18%	16%

RF – restauração florestal; MG – melhoramento genético; EF – enriquecimento de floresta; CS – coleta de sementes.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Em complementação à tabela anterior, verifica-se que há também uma predisposição dos entrevistados em atuar na recomposição florestal, o que é verificado pelo interesse em capacitação nas áreas de Restauração Florestal (23%), Enriquecimento de Floresta (15%) e coleta de semente (14%). O interesse em capacitação em melhoramento genético (38%) tem principalmente a finalidade de melhorar a qualidade da produção de leite, consequentemente aumentando o valor do produto e maior competitividade no mercado.

Tabela 39 – Interesse em capacitação na área de artesanato e culinária.

Comunidades	Corte Costura	Culinária	Artesanato
Cinco Mil	21	23	20
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	11	11	10
São Pedro, São Paulo e Jaboti	16	13	13
Valmor Martins e Piruca	13	14	15
Chicão e Japonês	20	23	17
Pezão	22	28	20
Rochedo	1	4	2
Treze e Quarenta	0	2	1
Total	104	118	98
Percentual	32%	37%	31%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O SEBRAE e SENAR têm investido em ações de capacitação para interessados em artes culinárias na região. Na tabela 39, pode-se observar que há interesse nas comunidades em intensificar estas ações para que jovens e mulheres possam ter uma atividade econômica. Há igual interesse por parte dos entrevistados para os três temas.

Tabela 40 - Outras áreas de interesse em capacitação.

Comunidades	Produção orgânica	Certificação da produção	Processamento de poupa de fruta	Cooperativismo	Serviços ambientais
Cinco Mil	11	11	17	11	14
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	10	2	8	4	9
São Pedro, São Paulo e Jaboti	12	5	17	14	12
Valmor Martins e Piruca	5	4	10	13	17
Chicão e Japonês	7	0	17	8	12
Pezão	24	6	24	28	18
Rochedo	1	0	4	1	0
Treze e Quarenta	1	0	0	0	0
Total	71	28	97	79	82
Percentual	20%	8%	27%	22%	23%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Mesmo que o levantamento de informação acerca da produção agrícola não tenha demonstrado a real quantidade de produção de frutas, legumes, verduras e culturas perenes, a tabela 40 mostra que 27% da população pesquisada interessada no processamento de polpa de frutas, 8% na certificação da produção, 20% na produção orgânica. Esta tabela revela que há uma consciência clara sobre a necessidade de se investir numa produção mais qualificada e que possa gerar emprego para mulheres, homens, jovens e idosos e maior circulação de recursos financeiros na região. Além disso, existe a expectativa de melhorar a organização da produção, por meio da institucionalização de cooperativa (22%). Outro elemento que se integra ao objetivo do Plano de Manejo do PEC é o interesse no aprendizado sobre pagamento por serviços ambientais (23%) para que os produtores familiares possam melhor aproveitar os recursos naturais existentes nas propriedades.

4.1.7.13. Tratamento do Solo

Tabela 41 – Tratamento do solo.

Comunidade	Tipo de adubação do solo			Controle de Pragas		Nenhum	NR
	Calcário	Química	Herbicida	Natural	Química		
Cinco Mil	6	4	8	7	7	5	95
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	6	6	6	7	8	2	14
São Pedro, São Paulo e Jaboti	9	7	11	12	10	2	9
Valmor Martins e Piruca	1	6	15	3	15	6	1
Chicão e Japonês	1	1	4	3	7	10	8
Pezão	0	3	6	2	3	0	14
Rochedo	0	0	10	2	10	1	5
Treze Quarenta	0	0	2	0	2	5	10
Total	23	27	62	36	62	31	156
Percentual	7%	8%	19%	11%	19%	10%	49%

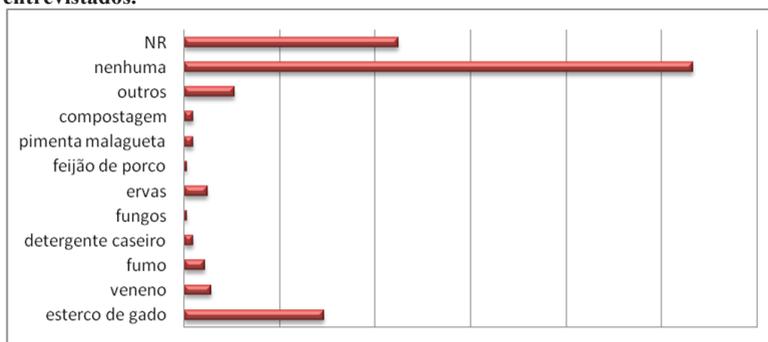
NR – não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O uso de agrotóxico no solo não se apresenta como prática expressiva nesta tabela 41, entretanto há que se considerar que 49% dos entrevistados não responderam a questão. Por se tratar de Zona de Amortecimento do Parque Estadual Cristalino e as pessoas saberem que nesta área há restrições para no uso de agrotóxicos, pode ter havido omissão do real uso de agrotóxico na propriedade para as atividades agropecuárias no momento da entrevista.

4.1.7.14. Práticas Orgânica

Gráfico 6 - Práticas orgânicas empregadas nas propriedades das famílias dos entrevistados.

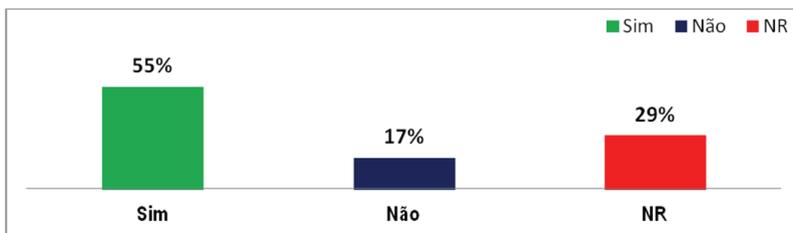


NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Os dados apresentados neste gráfico estão relacionados com os dados apresentados na tabela 41. Verifica-se um baixo índice no uso de agrotóxico nas propriedades, mesmo com 53% dos entrevistados informando que não trabalham com práticas orgânicas. Estes 53% tem destaque na comunidade Cinco Mil, que não é forte na agricultura.

Gráfico 7 - Identificação de interesse em práticas orgânicas



NR – não responderam.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O percentual de 55% de interesse em capacitação para o trabalho com produtos orgânicos é muito relevante para a Zona de Amortecimento do Parque Estadual Cristalino, pois favorece o objetivo de minimizar impactos por meio de controle do uso de agrotóxicos e demais práticas amigáveis ao ambiente. É possível que boa parte dos 29% não conhecem ou não têm uma opinião formada sobre a importância da produção orgânica. O plano de manejo do Parque Estadual Cristalino apresenta algumas restrições acerca do uso de agrotóxicos:

“Na Zona de Amortecimento será permitido somente o uso de agrotóxicos¹ da Classe; IV (pouco ou muito pouco tóxicos) faixa Verde; nas propriedades, o agrotóxico e seus componentes e afins deverão ser armazenados em local adequado, evitando que eventuais acidentes, derrames ou vazamentos possam comprometer o solo e os cursos d’água superficiais e subterrâneos; e não será permitida aplicação de agrotóxico por aeronave” (Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino, 2009).

¹ Por agrotóxicos entende-se como “os produtos e os componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também em ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento”. O conceito de agrotóxico utilizado neste documento é o definido pela Lei Federal nº 7.802 de 11/07/89, regulamentada através do Decreto 98.816, no seu Artigo 2º, Inciso I.

4.1.7.15. Preparo da Terra para o Cultivo da Agricultura de Subsistência

Tabela 42 – Identificação das propriedades que fazem plantio.

Comunidade	Faz plantio		
	Sim	Não	NR
Cinco Mil	20	12	90
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	30	1	8
São Pedro, São Paulo e Jaboti	32	2	3
Valmor e Piruca	17	12	3
Chicão e Japonês	15	12	2
Pezão	11	12	1
Rochedo	12	6	2
Treze Quarenta	6	5	7
Total	143	62	116
Percentual	45%	19%	36%

NR – não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Verifica-se que são 45% dos entrevistados que realizam plantios em suas propriedades e 19% não trabalham com plantios. Um total de 36% não respondeu a questão. Pode-se entender que os 19% que não fazem plantio, tem o gado como exclusiva atividade de campo em suas propriedades.

Tabela 43 - Identificação do tipo de prática de gradeagem para a limpeza para o plantio e a renovação de pastagem

Comunidade	Tipo de Gradeagem Utilizada			
	Manual	Tração animal	Mecanizada	Outros
Cinco Mil	16	1	12	22
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	16	2	7	0
São Pedro, São Paulo e Jaboti	24	3	10	0
Valmor e Piruca	11	1	5	0
Chicão e Japonês	13	0	3	0
Pezão	2	0	7	0
Rochedo	5	0	4	2
Treze Quarenta	5	3	1	0
Total	92	10	49	24
Percentual	53%	6%	28%	13%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Dos 143 que fazem algum tipo de plantio na propriedade, verificado na tabela anterior, observa-se que 53% realizam a atividade de forma manual, ou seja, capinam a área e realizam o plantio braçal. Apenas 6% dos entrevistados utilizam tração animal e 28% trabalham com mecanização.

Tabela 44 - Identificação do tipo de prática de controle de incêndio na limpeza para o plantio e a renovação de pastagem

Comunidade	Aceiro	Bomba Costal	Roupa adequada	Ajuda dos vizinhos	Abafador
Cinco Mil	17	15	1	14	3
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	23	17	0	18	0
São Pedro, São Paulo e Jaboti	17	17	0	7	6
Valmor e Piruca	5	4	0	4	0
Chicão e Japonês	11	9	0	11	0
Pezão	6	5	0	3	0
Rochedo	9	2	0	3	0
Treze Quarenta	5	4	0	2	0
Total	93	73	1	62	9
Percentual	65%	51%	1%	43%	6%

Fonte: Diagnostico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Vale salientar que alguns entrevistados responderam positivamente para mais de um tipo de adequação para o controle de incêndio. Dos 143 entrevistados, 65% disseram que fazer aceiro para preparar a terra ou para o cultivo agrícola ou renovação da pastagem, 51% usam bomba costal, apenas 1% tem roupa adequada para o controle de queimadas, 43% contam com a ajuda dos vizinhos para controlar incêndio durante a limpeza da área e 6% usam abafador. Os incêndios no período seco (julho a setembro) vêm acompanhados de ventos que espalham fagulhas e atingem áreas distantes. Isso significa que os cuidados com o controle de incêndio devem ser redobrados para que esta seja eficaz e para que não haja grandes queimadas de florestas e perda nas propriedades.

Tabela 45 - Propriedades que já foram vítimas do incêndio florestal

Comunidade	Sim	Não	NR	TOTAL
Cinco Mil	32	14	76	122
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	13	23	3	39
São Pedro, São Paulo e Jaboti	28	7	2	37
Valmor e Piruca	16	16	0	32
Chicão e Japonês	12	14	3	29
Pezão	17	7	0	24
Rochedo	17	3	0	20
Treze Quarenta	7	3	8	18
Total	142	87	92	321
Percentual	44%	27%	29%	100%

NR – não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Com base nos 321 entrevistados, a maioria, formada por 44% reconhecem-se como vítima do fogo nas suas propriedades, 27% afirmaram não sentirem-se vitima e 29% não responderam a questão.

Tabela 46 – Identificação do tipo de prejuízo advindo dos incêndios.

Tipo de Prejuízo	Numero de Famílias Atingidas	Percentual de Famílias Atingidas
Arames, cercas e lascas	56	39%
Pastagem	68	47%
Animais (gado, porco, galinha, etc.)	6	4%
Recursos naturais (nascentes, mata ciliar, floresta)	20	14%
Domicílio familiar	3	2%
Agricultura (milho, café, frutas e outros produtos)	11	8%
Não Perdeu nada	13	9%

Fonte: Diagnostico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Na tabela 46 vê-se os tipos de prejuízos que a famílias sofrem durante os incêndios nos meses de julho, agosto e setembro, os mais secos na região. As cercas, arames e lascas são destruídos devido a incêndios em 39% das propriedades dos entrevistados. Para 47% os pastos das propriedades são danificados e para 14% são destruídas as mata ciliares, florestas e espécies com as queimadas.

Os incêndios causam prejuízos para as famílias tanto na economia da propriedade quanto na saúde das pessoas (problemas respiratórios, febres, dor de garganta etc.), na área de saúde pública (serviços hospitalares e medicamentos) e na perda da biodiversidade, além da perda da beleza cênica.

Tabela 47 – Identificação do período que são realizados os incêndios.

Comunidade	Não queima	Após as chuvas	Ago	Set	Out	Nov	Outro	NR
Cinco Mil	11	2	7	7	7	1	3	84
Chapéu Preto Schimit e Barra Norte	6	10	1	1	6	0	0	15
São Pedro, São Paulo e Jaboti	16	0	0	1	3	0	0	17
Valmor Martins e Piruca	22	0	0	1	6	0	1	2
Chicão e Japonês	6	0	0	2	13	0	0	8
Pezão	11	0	0	1	1	0	2	9
Rochedo	13	0	0	2	0	1	3	1
Treze Quarenta	0	0	0	3	1	1	2	11
Total	85	12	8	18	37	3	11	147
Percentual	26%	4%	2%	6%	12%	1%	3%	46%

NR – não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Do total dos entrevistados que responderam que realizam as limpezas com fogo das áreas para o plantio e renovação de pastagens, 46% não responderam a questão, 26% informam que não realizam queimadas e 4% falaram que realizam a queimada depois das chuvas. Dentre os meses com mais queimadas, destaca-se outubro com 12% de respostas do uso de queimadas entre os entrevistados.

4.2. Aspectos Sociais

A investigação sobre a dimensão social no diagnóstico teve como principal objetivo identificar a universalização do acesso a serviços públicos essenciais, como educação, saúde e serviços sociais. Outro importante objetivo desta investigação foi a priorização dos setores mais vulneráveis da população, a fim de se identificar possíveis soluções para os problemas verificados.

4.2.1. Saúde

A saúde como premissa básica no exercício da cidadania do ser humano, se constitui de extrema relevância para a sociedade, pois a saúde diz respeito direto à qualidade de vida e o direito sanitário se externa como forma indispensável no âmbito dos direitos fundamentais sociais. Tendo como pressuposto um distanciamento entre a população e a assistência governamental, buscou-se quantificar a condição das questões de saúde das 321 famílias assentadas na região da Gleba Divisa.

Tabela 48 – Atendimento médico e acessibilidade a medicamentos dos moradores da Gleba Divisa.

Localidade que procura	Atendimento Médico		Compra de Medicamentos	
	Número	Percentual*	Número	Percentual**
Posto de Saúde de Cinco Mil	240	75%	16	5%
Novo Mundo	76	24%	231	72%
Peixoto	42	13%	5	2%
Guarantã	19	6%	29	9%
Sinop	5	2%	3	1%
Alta Floresta	42	13%	52	16%
Carlinda	22	7%	31	10%
Outros	10	3%	7	2%
Não Respondeu	11	3%	9	3%

* e ** A soma ultrapassa 100%.pois entrevistados responderam mais de uma alternativa.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A assistência a saúde na Gleba Divisa é altamente precária. Em toda a Gleba existe apenas um único posto de saúde, localizado no assentamento Cinco Mil com restritos serviços de saúde à comunidade, como verificado abaixo. Verifica-se que 75% dos moradores da Gleba são assistidos no Assentamento Cinco Mil, 24% vão a Novo Mundo, e os demais são assistidos em outros municípios. As famílias se direcionam aos locais que podem prestar os serviços de saúde com conduções de atendimento mínimo de suas necessidades. Quanto à compra de medicamento é importante salientar que não existe farmácia ou drogaria na Gleba Divisa, sendo que alguns medicamentos básicos para doenças comuns e alívio de sintomas são vendidos em mercados e padarias. Observa-se que 5% dos entrevistados conseguem comprar medicamento no assentamento Cinco Mil, mas 72% vão a Novo mundo para comprar medicamentos e os demais entrevistados vão a outros municípios.

Tabela 49 – Serviços de saúde prestados pelo posto de saúde no assentamento Cinco Mil.

Tipo de Serviço	Número	Percentual *
Atendimento médico	293	91%
Atendimento odontológico	131	41%
Curativo de pequenos ferimentos	270	84%
Vacinação	283	88%
Pequenas Cirurgias	24	7%
Aplicação de injeção	271	84%
Nenhum Serviço	7	2%
Outros Serviços	1	0%
Não Respondeu	2	1%
Não Sabe	2	1%

* A soma ultrapassa 100%, porque muitos entrevistados responderam mais de uma alternativa.
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O posto de saúde do assentamento Cinco mil oferece assistência médica em pouquíssimas áreas. Os atendimentos se restringem, basicamente em 91% de atendimento clínico, 41% odontológico, 84% para curativos de pequenos ferimentos e 84% de aplicação de injeção, que se configura em um serviço básico de atendimento. Quando as famílias necessitam de serviços mais especializados, com exames, curativos de ferimentos mais graves e operações precisam se deslocar para outros municípios.

Tabela 50 - Identificação de famílias que fazem uso de erva medicinal.

Comunidades	Sim	Não	NR	Total
Cinco Mil	62	45	15	122
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	24	13	2	39
São Pedro, São Paulo e Jaboti	28	8	1	37
Valmor Martins e Piruca	18	14	0	32
Chicão e Japonês	9	19	1	29
Peirão	10	14	0	24
Rochedo	15	5	0	20
Treze Quarenta	0	0	18	18
Total	166	118	37	321
Percentual	52%	37%	12%	100%

NR – Não Respondeu

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Muitas famílias fazem uso de ervas medicinal para o tratamento de doenças comuns, tanto para suprir a falta de acesso a medicamento no local, quanto pelo conhecimento tradicional sobre o valor da medicina natural no tratamento de enfermidades. Observa-se que 52% das famílias da Gleba Divisa utilizam erva medicinal para prevenção e tratamento de doenças. Portanto é relevante notar que 37% não fazem uso de ervas medicinal e 12% não responderam.

Tabela 51 – Espécies de ervas medicinais indicadas pelos entrevistados.

Espécies de Ervas Medicinal Utilizadas pelas Famílias							
Boldo	87%	Terramicina	9%	Pata de vaca	4%	Pé-de-galinha	3%
Cidreira	78%	Arruda	7%	Buta	4%	Sete ervas	3%
Hortelã	68%	Espinheira santa	7%	Rubim	4%	Sete sangria	3%
Laranjeira	29%	Amora	7%	Cipó miloma	4%	Colorau	1%
Santa maria	23%	Camomila	7%	Abacate	4%	Goiaba	1%
Poejo	22%	Eucalipto	6%	Alfavaca	3%	Pitanga	1%
Carqueja	16%	Figatil	6%	Anador	3%	Mangava brava	1%
Gengibre	16%	Limão	6%	Assapeixe	3%	Amazônia	1%
Mestrus	13%	Quebra pedra	6%	Algodão	3%	Sucupira	1%
Chapéu de couro	13%	Cana do brejo	4%	Babosa	3%	Mangerona	1%
Não Respondeu	12%	Canela	4%	Acerola	3%	Melissa	1%
Erva doce	10%	Losna	4%	Casca de jatobá	3%	Ginsenge	1%
Tansagem	9%	Alecrim	4%	Barbatimão	3%	Graviola	1%

NR – Não Respondeu

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

As 52% das famílias que responderam fazer uso de erva medicinal, empregam 69 tipos de plantas. A forma mais comum de uso é a infusão de folhas destas plantas para chá para o tratamento e prevenções de doenças. Verifica-se que as ervas mais utilizadas são: 87% de boldo, 78% de cidreira, 68% de hortelã, 29% de folha de laranjeira, 23% de santa maria, 22% de poejo, 16% carqueja 16% gengibre e 13%

De modo geral, o transporte utilizado em caso de doença é bastante precário, tendo em vista que a maioria das famílias buscam atendimento médico em outros municípios. Este fato é agravado pela falta de uma ambulância disponível para a localidade; as existentes vêm de outras localidades. Observa-se que 44% dos entrevistados se deslocam com motocicleta própria em busca de atendimento médico e muitos outros utilizam meios que não são destinados à saúde.

Tabela 53 – Relação de visitas dos agentes de saúde aos moradores.

Escala de Visitas	Número de famílias	Percentual das famílias
Todas as semanas	8	2%
De 15 em 15 dias	54	17%
Uma vez por mês	241	75%
Nenhuma vez	12	4%
Não Respondeu	6	2%
Total	321	100%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A visita dos agentes de saúde às residências dos assentados é um serviço que contribui com a prevenção à saúde no local. Porém, o número de agentes de saúde e a frequência de visitas, por conseguinte, não é suficiente para atender todas as famílias da Gleba Divisa com eficiência, o que é minimizado ainda mais pela grande distância média entre as habitações. Vale ressaltar que informações extras mostram que, muitas vezes, os agentes de saúde usam seus próprios veículos para visitas de assistência às famílias.

Tabela 54 - Orientação oferecida pelos agentes de saúde.

Tipo de Orientação	Número	Percentual
Vacinação	257	80%
Alimentação	132	41%
Horta caseira	85	26%
Doenças comuns	183	57%
Qualidade da água	209	65%
Controle de natalidade	57	18%
Peso e medida das crianças	112	35%
Uso de drogas	63	20%
Doenças sexualmente transmissíveis (DST)	102	32%
Nenhuma	21	7%
Outros	8	2%
NR	17	5%

* A soma ultrapassa 100%, porque muitos entrevistados responderam mais de uma alternativa.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Observa-se na tabela 5 que as orientações são bastante abrangentes, contribuindo com a redução de enfermidades. Apesar de restrita, a visita dos agentes é uma forma de aproximar o sistema público de saúde das famílias da Gleba, por meio da disseminação dos conhecimentos básicos de prevenção de doenças na família.

Tabela 55 – Participação das comunidades em campanhas de vacinação.

Comunidades	Sim	Não	NR	Quantas vezes ao ano?				
				1 a 3/ano	4 a 5/ano	+ 6/ano	Não sabe	NR
Cinco Mil	71	5	46	42	9	2	1	68
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	31	1	7	26	1	0	0	12
São Pedro, São Paulo e Jaboti	32	1	4	25	0	0	0	12
Valmor e Piruca	28	3	1	1	0	0	29	2
Chicão e Japonês	26	0	3	24	2	0	0	3
Pezão	21	0	3	8	12	0	0	4
Rochedo	19	0	1	6	2	0	10	2
Treze Quarenta	15	0	3	14	0	0	0	4
Total	243	10	68	146	26	2	40	107
Percentual	76%	3%	21%	60%	11%	1%	16%	44%

NR = Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Na tabela acima, calcula-se a participação das famílias com base nos 243 que participam de campanhas de vacinação. O percentual de 76% indica que a maioria das famílias está coberta pela campanha de vacinação. Segundo os monitores, os 21% que não participam são aqueles que não têm filhos em idade de vacinação.

Tabela 56 – Serviços de parteira e benzedeira.

Serviços de Saúde Informal	Sim	Não	NR
Parteira	2%	61%	37%
Benzedeira	15%	47%	38%

NR = Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O serviço de parteiras e benzedeiras não é uma prática comum na Gleba Divisa. Em toda a Gleba identificou-se que 2% das famílias entrevistadas disseram que há parteiras e 15% que há benzedeira. Não é um serviço muito utilizado pelos moradores.

Tabela 57 – Identificação das doenças comuns.

Tipo de doença	Número	Percentual
Doenças respiratórias	151	47%
Diarréia	35	11%
Pressão Alta	90	28%
Verminose	41	13%
Doença de pele	20	6%
Desnutrição	4	1%
Malária	6	2%
Dengue	4	1%
Outras	49	15%
Nenhuma	27	8%
NR	24	7%

* A soma ultrapassa 100%. porque muitos entrevistados responderam mais de uma alternativa.
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Parte desta tabela 47 pode ser analisada comparativamente com a tabela de queimadas e incêndios, que aumentam as doenças respiratórias em 47% das famílias da Gleba Divisa. Os problemas de pressão alta ocorrem em 28% da população, muito provavelmente em pessoas de idade adulta, ocasionados pelo histórico de dieta não balanceada, associado ao sedentarismo. Verminose e diarreia ocorrem em 13% e 11% respectivamente, muito provavelmente atingindo as crianças e devido a alimentos, falta de saneamento e água contaminada. Os demais índices de doenças não são tão agravantes. Tem-se apenas 1% de relato de desnutrição, revelando que a alimentação é frequente e nutritiva (Tabela 58). Os monitores locais informaram que há uma diversificação relevante na alimentação diária das famílias. Outras doenças como malária e outras não são trazem índice alto.

Tabela 58 – Tipo de alimentação mais comum das 321 famílias entrevistadas.

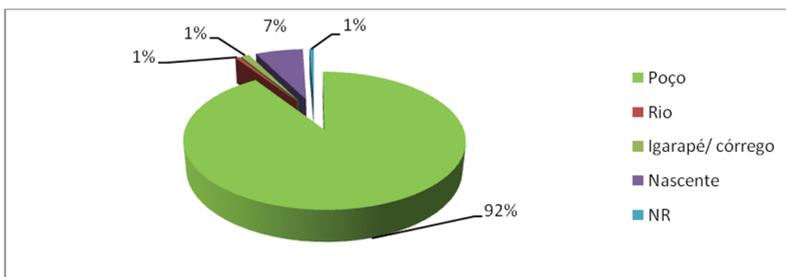
Frutas			Carboidrato e Grãos			Legumes e Verduras			Carnes e Outros		
Item	No.	%	Item	No.	%	Item	No.	%	Item	No.	%
Melancia	16	5%	Macarrão	92	29%	Abóbora	37	12%	Boi	271	84%
Caju	43	13%	Pão	134	42%	Cenoura	23	7%	Frango	187	58%
Manga	60	19%	Bolo	45	14%	Beterraba	23	7%	Ovo	90	28%
Abacaxi	31	10%	Cuca	9	3%	Mandioca	89	28%	Peixe	49	15%
Laranja	44	14%	Biscoito	31	10%	Batata	38	12%	Queijo	33	10%
Mamão	33	10%	Farinha	92	29%	Alface	123	38%	Manteiga	50	16%
Tomate	82	26%	Arroz	305	95%	Couve	56	17%	Leite	134	42%
Banana	63	20%	Feijão	298	93%	Cheiro verde	105	33%	Doces	74	23%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Observa-se que a variedade de produtos consumidos pelas famílias tende a proporcionar uma dieta equilibrada e nutritiva. Contudo, alguns produtos foram citados

por poucos entrevistados, como melancia, cenoura e beterraba, cuca, etc. Mas a grande maioria dos itens foi citada uniformemente pelos entrevistados. Os mais citados são arroz (95%), feijão (93%), boi (84%) e frango (58%), tradicionais na cozinha brasileira. A maioria destes produtos são produzidos/adquiridos na própria propriedade. As famílias que não trabalham com agricultura de subsistência adquirem estes produtos na própria comunidade, no mercado local.

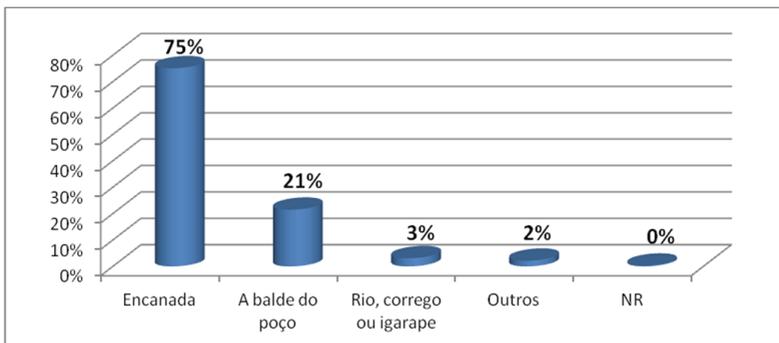
Gráfico 9 – Fonte da água consumida.



Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A água que abastece as famílias da Gleba Divisa vem de poço, sendo verificado que a grande maioria (92%) das famílias têm poços instalados em suas propriedades. A segunda resposta mais recorrente foi nascente (7%).

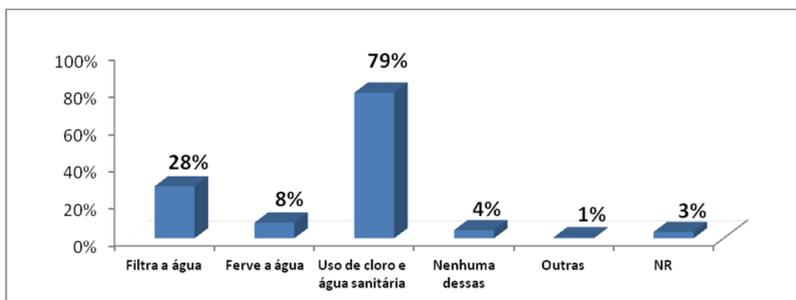
Gráfico 10 – Abastecimento de água nas habitações.



Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A água encanada (75%) não é aquela do sistema público de distribuição de água e sim instalada pelos próprios moradores. Os 92% de famílias que possuem poços usam encanamento e bomba para a condução da água para a habitação, enquanto 21% tiram a água do poço com balde e outros 3% buscam água do rio ou igarapé.

Gráfico 11 – Tipos de tratamentos para consumo da água.



* A soma das porcentagens ultrapassam 100% porque muitos entrevistados responderam mais de uma alternativa.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Tendo em vista que a água consumida nas comunidades não é tratada por qualquer sistema público, verifica-se que 79% dos moradores fazem a desinfecção da água com uso de cloro e água sanitária, qualificando a água para consumo. Ainda, 28% filtram a água, sendo que destes, boa parte usam os dois métodos.

Tabela 59 – Avaliação do entrevistado sobre a qualidade da água que consome.

Assentamento	Você considera que a sua água é limpa?			
	Sim	Não	NR	Total
Cinco Mil	89	7	26	122
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	37	1	1	39
São Pedro, São Paulo e Jaboti	35	0	2	37
Valmor Martins e Piruca	31	0	1	32
Chicão e Japonês	23	2	4	29
Pezão	21	0	3	24
Rochedo	19	1	0	20
Treze Quarenta	16	1	1	18
Total	271	12	38	321
Percentual	84%	4%	12%	100%

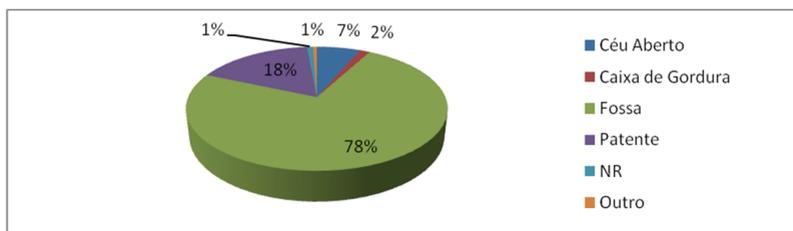
NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Os 84% das famílias afirmaram que a água que consome é limpa, contra apenas 4% que consideram que a sua água não é limpa. É importante ressaltar que esta região tem com principal atividade econômica a pecuária (gado de leite e de corte) e que os animais circulam nas nascentes, córregos e igarapés e represas – fontes de água também utilizadas para o consumo familiar.

Além disso, é uma região de garimpo em atividade, que é realizada nos cursos d'água, e que pode trazer doenças por contaminação (mercúrio e outros) pelo uso e ingestão da água e alimentação de pescado, bem como no banho. Nenhuma análise de água foi realizada nesta região para verificar suas propriedades e pureza, tampouco sobre os cuidados necessários para seu consumo.

Gráfico 12 - Tratamento de esgoto.

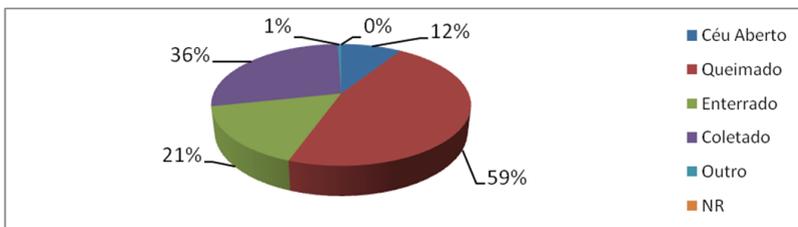


NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Não existe qualquer tipo de serviço oficial de tratamento do esgotamento sanitário na Gleba Divisa. As próprias famílias realizam, por conta própria, ações de tratamento do esgotamento de suas residências. Observa-se que 78% usam fossa artesanal e 18% sistema patenteado de fossa, um sistema que passa por algum tratamento do esgotamento sanitário e distribui o efluente no solo ou nos córregos e igarapés dentro da propriedade.

Gráfico 13 – Destinação do lixo.



NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O lixo é queimado em 59% das propriedades e em 36% delas é coletado pelo sistema público (no Assentamento Cinco Mil). Os demais resíduos sólidos são jogados a céu aberto ou enterrado.

Tabela 60 - Tipo de habitação.

Comunidades	Taipa	Pau a Pique	Madeira	Alvenaria	Mista*	Outros	NR
Cinco Mil	2	2	54	38	22	1	6
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	0	0	6	31	2	0	0
São Pedro, São Paulo e Jaboti	0	0	9	17	12	0	0
Valmor Martins e Piruca	0	0	15	13	3	0	1
Chicão e Japonês	1	0	14	13	1	0	0
Pezão	0	0	6	15	3	0	0
Rochedo	0	0	2	14	4	0	0
Treze Quarenta	0	0	8	10	0	0	0
Total	3	2	114	151	47	1	7
Percentual	1%	1%	36%	47%	15%	0%	2%

NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

*Mista: Parte de alvenaria e parte de madeira

Ainda na região, temos a grande maioria das casas em madeira, tendo em vista que, outrora, este material foi muito viável financeiramente e tratou-se de um recurso bastante disponível aos moradores. Isso ainda é possível perceber quando relacionamos essa informação à tabela 60, na qual 36% das casas são de madeira e as casas de alvenaria abrangem 47%, sendo as construções mais recentes, acompanhando o barateamento do custo de construção deste tipo de residência.

4.2.2. Educação

Tabela 61 – Número de alunos atendidos pelas três escolas da Gleba Divisa.

NÍVEL	EMEFSJ	EEBTRV	EEDMO	TOTAL
Pré-escola	35	0	17	52
Ensino Fundamental (1a. A 8a. Série)	155	130	75	360
Ensino Médio (1o. ao 3o. Ano)	0	150	22	172
Ensino Fundamental	0	52	13	65
Ensino Médio	0	0	0	0
Ensino Superior	9	0	0	9
Pós Graduação	6	0	0	6
Total	205	332	127	664

EMEFSJ – Escola Municipal de Ensino Fundamental São João; EEBTRV – Estadual de Ensino Básico Tarley Rossi Vilela; e EEDMO – Escola Estadual Dante Martins de Oliveira.

Fonte: Coordenação das Três Escolas da Gleba Divisa, 2011.

A tabela 61 revela que não há um índice exorbitante de pessoas (crianças, adolescentes e adultos) que não estuda.

Tabela 62 – Pessoas da família que não estudam.

Comunidade	Sim	Não	NR	Quem Não Estuda?				
				Pai	Mãe	Filhos	Avós	NR
Cinco Mil	63	1	58	31	30	6	0	80
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	17	6	16	15	7	2	0	23
São Pedro, São Paulo e Jaboti	19	9	9	10	4	3	0	23
Valmor e Piruca	26	3	3	22	12	3	0	6
Chicão e Japonês	12	5	12	5	10	1	0	17
Pezão	17	1	6	16	12	3	1	6
Rochedo	16	2	2	15	13	6	0	5
Treze Quarenta	6	4	8	4	4	0	1	13
Total	176	31	114	118	92	24	2	173
Percentual	55%	10%	36%	67%	52%	14%	1%	98%

NR – Não respondeu.

* A soma das porcentagens ultrapassam 100% porque muitos entrevistados responderam mais de uma alternativa.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Das 176 famílias que responderam que tem pessoas na família que não estudam, 67% são pais de família, seguido de 52% das mães. Mesmo que haja ensino para adultos durante a noite e fins de semana, muitas famílias residem distante da escola, que se unicamente no assentamento Cinco Mil, o que dificulta a inclusão escolar.

Tabela 63 – Formação dos professores que lecionam nas três escolas da Gleba Divisa.

CURSOS DE FORMAÇÃO	EMEFSJ	EEBTRV	EEDMO	TOTAL
Ensino Médio	2	8	5	15
Licenciatura Completo	9	9	2	20
Licenciatura Incompleto	0	0	0	0
Bacharelado Completo	0	0	0	0
Bacharelado Incompleto	0	0	0	0
Licenciatura em Curso	4	0	0	4
Pós Graduação	7	4	1	12

EMEFSJ – Escola Municipal de Ensino Fundamental São João; EEBTRV – Estadual de Ensino Básico Tarley Rossi Vilela; e EEDMO – Escola Estadual Dante Martins de Oliveira.
 Fonte: Coordenação das Três Escolas da Gleba Divisa, 2011.

Dos 54 professores identificados nas três escolas, vê-se que 15 têm apenas o ensino médio, 20 com licenciatura, 04 em curso de licenciatura e 12 com pós-graduação. Este quadro revela a necessidade de uma universidade no município para a formação superior de professores. Muitos dos professores realizam estudos a distância ou vão as faculdades em Garantã no Norte.

Tabela 64 – Avaliação do abastecimento de merenda escolar nas três escolas da Gleba Divisa.

Escolas	Muita Merenda	Pouca Merenda	Suficiente	Não Tem Merenda
Escola Municipal de Ensino Fundamental São João	0	0	1	0
Estadual de Ensino Básico Tarley Rossi Vilela	0	0	1	0
Escola Estadual Dante Martins de Oliveira	0	0	1	0

Fonte: Coordenação das Três Escolas da Gleba Divisa, 2011.

As três escolas consideram que têm merenda escolar é suficiente para o número de alunos nas escolas. Além da merenda fornecida pelo governo do estado e do município elas recebem produtos do projeto CONAB que abastece as escolas com legumes, frutas e verduras.

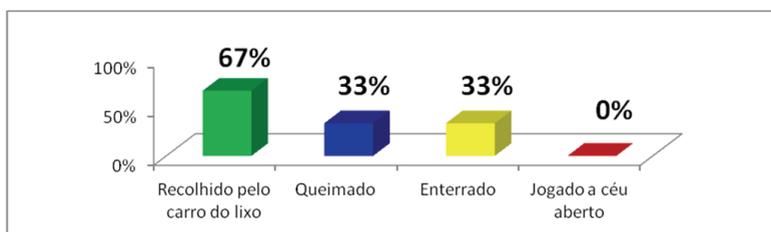
Tabela 65 – Identificação da suspeita de uso de droga na escola.

Escolas	Cigarro	Maconha	Álcool	Craque	Cocaina	Heroína	Cola
Escola Municipal de Ensino Fundamental São João	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Estadual de Ensino Básico Tarley Rossi Vilela	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Escola Estadual Dante Martins de Oliveira	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Coordenação das Três Escolas da Gleba Divisa, 2011.

Percebe-se que a suspeita de uso de drogas no ambiente escola apenas é evidenciada na Escola Estadual de Ensino Básico Tarley Rossi Vilela, escola localizada na zona mais movimentada da Gleba Divisa, assentamento Cinco Mil. Isso significa que a circulação de externos é maior. Mesmo assim a suspeita sobrecarrega em uso de cigarro, maconha e Álcool. Comparado a outras localidades no Brasil, pode-se considerar um baixo uso de drogas. Portanto não significa que não merece atenção quanto a sua prevenção.

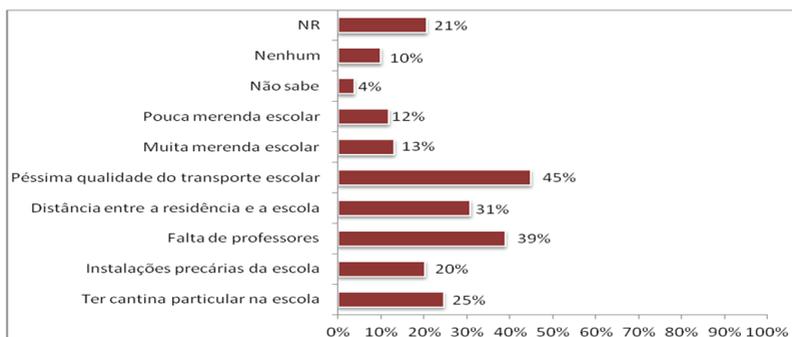
Gráfico 14 – Tratamento dado ao lixo escolar.



Fonte: Coordenação das Três Escolas da Gleba Divisa, 2011.

O gráfico 14 revela que 67% das escolas entrevistadas tem serviço público de coleta de lixo, 33% delas queimam e enterram o lixo. Nenhuma das escolas joga o lixo a céu aberto. A queima e o enterramento do lixo não são indicados, especialmente para uma área considerada Zona de Amortecimento do Parque Estadual Cristalino.

Gráfico 15 – Problemas evidenciados no ambiente escolar.



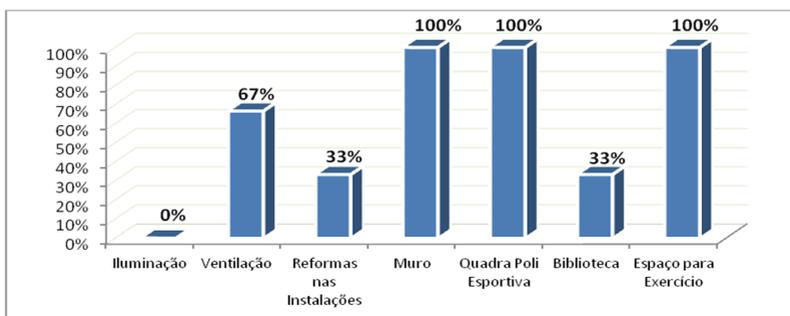
NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Associada à questão da péssima qualidade do transporte escolar, respondida por 45% dos entrevistados, está a distância entre a residência e a escola, respondida por 31% dos entrevistados. Para 39% das famílias a falta de professores na escola tem sido um problema, pois os alunos ficam sem cobertura de algumas disciplinas. Outra questão importante apresentada, que são as instalações da escola precárias por 20% das famílias.

No tangente a problemas no ambiente escolar, tem-se a revelação de algumas considerações interessantes, como o fato de 13% dos entrevistados reclamaram do excesso da merenda escolar, levando ao desperdício de alimentos. Vale ressaltar que a alimentação da escola é complementada com a produção dos assentamentos (Projeto CONAB) que doa frutas, legumes, verduras e outros produtos para a nutrição escolar. Muitas vezes a escola recebe muitos produtos e não tem condição de inseri-los na merenda em tempo hábil.

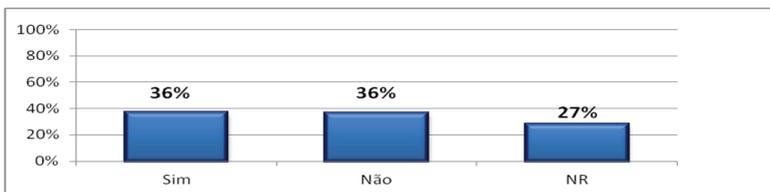
Gráfico 16 – Identificação das principais necessidades das escolas.



Fonte: Coordenação das Três Escolas da Gleba Divisa, 2011.

Observa-se que há necessidade de murar as escolas, adquirir quadra poli esportiva e espaço para exercício (futebol, vôlei e ginástica) em 100% das escolas entrevistadas. Ainda, vê-se que 67% necessitam de sistemas de ventilação porque ser ma região muito quente, especialmente no verão. E 33% das escolas precisam de reformas de instalações e montagem de biblioteca. Apenas a Escola Estadual de Ensino Básico Tarley Rossi Vilela possui uma biblioteca completa e muito utilizada pelos professores e alunos.

Gráfico 17 – Satisfação quanto à educação escolar.



NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A satisfação quanto ao ensino ainda divide opiniões a mesma porcentagem para a satisfação e a insatisfação 36%, sendo que 27% não responderam. Entendendo que o item satisfação considera que a educação também leva em consideração o transporte escolar e as instalações, o que certamente influenciaram a opinião dos entrevistados.

4.3. Aspectos Ambientais

4.3.1. Recursos Hídricos na Gleba Divisa

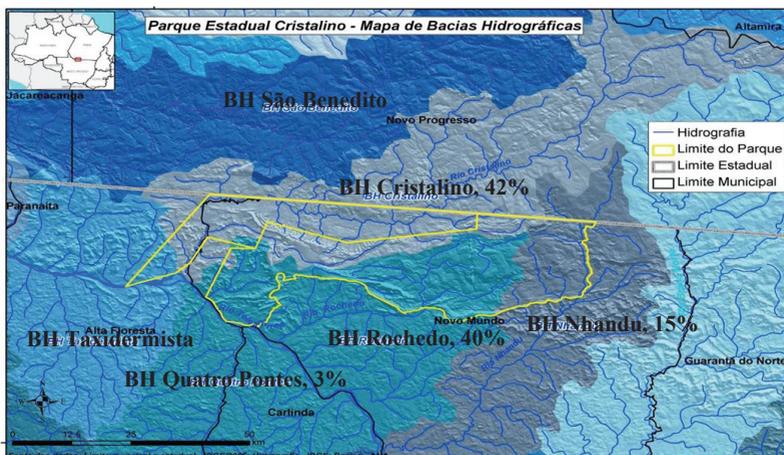
A água é essencial à vida, sendo fundamental para os ciclos naturais de todas os grupos de seres vivos, incluindo nossa espécie., Além do consumo direto, a água proporciona diversos outros usos, como a geração de energia, a agricultura, a aquicultura, a navegação, o lazer, dentre muitos outros.

A distribuição da água limita a ocupação dos territórios pelas mais variadas formas de vida. Isso não é diferente para a espécie humana: uma das condições para se colonizar uma nova área é a facilidade do acesso à água. Podemos afirmar ainda que a escassez de água compromete o desenvolvimento de qualquer espécie. A degradação dos recursos hídricos por desmatamento, assoreamento, poluição, contaminação, alterações de percurso e vazão, dentre outros, pode gerar impactos desde os locais das alterações até há quilômetros de distância dali.

O mapa abaixo apresenta as principais bacias hidrográficas (BHs) da região do Cristalino que banham a Gleba Divisa, sendo elas: a BH Cristalino (42%); a BH Rochedo (40%); BH Nhandu (15%); e a BH Quatro Pontes (3%). Além destes rios de

maiores grandezas, que atravessam a Gleba Divisa, córregos e igarapés também cruzam as propriedades das famílias de agricultores desta localidade.

Figura 9 – Mapa das bacias hidrográficas da região do Cristalino.



Fonte: Diagnóstico Socioeconômico do Parque Estadual Cristalino, 2009.

Tabela 66 – Identificação dos corpos d'água existentes nas propriedades da Gleba Divisa.

Corpos d' água presentes na propriedade	Permanentes		Intermitentes	
	Número	Percentual*	Número	Percentual**
Nascentes	184	57%	47	15%
Rios e igarapés	137	43%	7	2%
Sem corpo d'água na propriedade	9	3%	0	0%
Não respondeu	134	42%	0	0%

* e ** – Os percentuais se baseiam no número de 321 famílias entrevistadas.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Os dados na tabela 66 contribuem para uma compreensão mais apurada acerca da disponibilização de água na região. Percebe-se que o número de nascentes permanentes é bastante significativo (57%), contra as nascentes intermitentes (15%). E ainda, as propriedades contam com outras fontes de água, como os pequenos rios e igarapés permanentes (43%) e intermitentes (2%). Há uma relação direta entre a

quantidade de nascentes permanentes e os cursos d'água permanentes, pois são estas nascentes que formam estes cursos d'água.

Os corpos d'água intermitentes, ou não permanentes são aqueles que diminuem ou se esgotam durante o período da seca na região, na época do verão. As famílias que não contam com corpos d'água em suas propriedades (3%) captam água das propriedades vizinhas. **Os moradores da Gleba Divisa não sofrem de escassez de água, atualmente.**

Além dos corpos d'água naturais existentes nas propriedades, as famílias de agricultores fazem uso de poços para o abastecimento de suas residências. A tabela 86 identifica a profundidade dos poços existentes nas propriedades da Gleba.

Tabela 67 – Escalas de profundidade dos poços na Gleba Divisa.

Indicador	Profundidade dos poços (metros)								Total de Poços
	1 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	> 70	
Número	128	75	15	13	2	1	1	1	236
Percentual	54%	32%	6%	6%	1%	0,33%	0,33%	0,34%	100%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Dos 236 poços existentes nas propriedades pesquisadas, a maioria, representada por 54%, possui entre 1 a 10 metros de profundidade, Outros 32% ainda possuem poços entre 11 a 20 metros de profundidade. Apenas 12% dos poços encontrados atingem de 20 a 40 metros de profundidade. Muitos dos poços são construídos no quintal e outros dentro das próprias casas. Ainda, algumas propriedades têm mais de um poço na propriedade para assegurar o abastecimento permanente de água para as atividades domiciliares.

Apesar da maioria dos poços serem relativamente rasos, de acordo com a redução do volume da água nos poços, os proprietários vão aprofundados poços ao longo dos anos, como apresentado na Tabela 68.

Tabela 68 – Escala de tempo em que os poços são aprofundados na Gleba Divisa.

Escala	Número de Poços	Percentual
A cada 6 meses	7	5,6%
A cada ano	50	40%
A cada 2 anos	8	6,4%
A cada 3 anos	6	4,8%
A cada 4 anos	2	1,6%
A cada 5 anos	6	4,8%
Não aprofunda	47	36,8%
TOTAL	125	100%
Não tem poço	14	4%
Não respondeu	181	56%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A tabela 68 mostra que 56% das famílias entrevistadas não responderam a pergunta e a maioria disse que o fez por não se lembrar ou não saber responder exatamente a escala de aprofundamento dos poços. Portanto, considerando os 126 poços registrados nesta questão, 40% são aprofundados todos os anos (uma vez por ano) e 37% dos poços não são aprofundados. Ressalta-se que muitas das respostas dos poços que não são aprofundados, são de famílias que já os aprofundaram anteriormente, conforme mostra a tabela 68.

Tabela 69 – Disponibilidade e uso da água na Gleba Divisa.

Comunidade	Há nascente que já secou?			Há diminuição da água na nascente nos últimos 3 anos?			A água é suficiente para uso e produção o ano todo?		
	Sim	Não	NR	Sim	Não	NR	Sim	Não	NR
Cinco Mil	5	61	56	12	4	106	52	17	53
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	1	25	13	6	0	33	30	7	2
São Pedro, São Paulo e Jaboti	1	29	7	11	2	24	33	2	2
Valmor Martins e Piruca	11	19	2	19	6	7	29	3	0
Chicão e Japonês	9	17	3	17	0	12	22	6	1
Pezão	1	21	2	9	1	14	19	5	0
Rochedo	3	16	1	13	0	7	17	3	0
Treze Quarenta	2	4	12	2	0	16	13	3	2
Total	33	192	96	89	13	219	215	46	60
Percentual	10%	60%	30%	28%	4%	68%	67%	14%	19%

NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A tabela 69 mostra o uso da água na propriedade e a diminuição do recurso hídrico nos últimos anos. Observa-se que mesmo frente ao esgotamento de nascentes em 10% das propriedades e à diminuição do volume de águas nas nascentes em 28% propriedades, 67% das famílias entrevistadas consideram que a água é suficiente para

abastecer a família o ano todo. Durante o período da seca, grandes áreas de florestas são afetadas por incêndios, cuja grande maioria são ocasionados por queimadas irresponsáveis e sem critérios. Estes incêndios são intensificados pelos ventos que aumentam a potencia das chamas e trazem mais fagulhas às áreas de florestas, incluindo o Parque Estadual Cristalino. Os incêndios degradam as florestas e comprometem nascentes, APPs e Reservas Legais, afetando os cursos d'água na região e reduzindo o volume de água de um modo geral.

Tabela 70 – Tipo de usos da água nas propriedades das 321 famílias entrevistadas.

Tipos de Uso da água	Sim	%	Não	%	NR	%
Irrigação da agricultura	20	6%	52	16%	249	78%
Pecuária	150	47%	171	53%	0	0%
Represa	145	45%	176	55%	0	0%
Total que faz uso da água na atividade econômica	150	47%	168	52%	3	1%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A grande maioria das famílias deixou de responder se usa a água para irrigação da agricultura, muito provavelmente por desconhecerem questões legais sobre esta prática e temerem punições. Poucas famílias responderam que fazem uso da irrigação para a agricultura e uma porcentagem.

A maioria usa a água na pecuária e criação de pequenos animais. Além de disso, muitos represam a água para garantir a criação de gado durante a seca. Assim, verifica-se na tabela 70 que 47% usam a água na atividade econômica e 52% não usam nestas atividades. Como a principal atividade econômica é a pecuária, a maioria das represas são utilizadas para abastecer o gado e irrigar o pasto e poucos usam a água para irrigação da agricultura.

As águas residuais da agricultura, efluentes domésticos e industriais da Gleba Divisa, que acabam sendo drenadas para o Parque Estadual do Cristalino, devem receber tratamento antes do despejo nos cursos d'água, garantindo que estes mantenham condições próprias de balneabilidade, conforme legislação em vigor. Fica proibida a deposição de resíduos químicos, de qualquer natureza, dentro da Zona de Amortecimento do Parque.

Tabela 71 – Uso de cisterna para o armazenamento da água na Gleba Divisa.

Comunidade	Sim	Não	NR
Cinco Mil	8	56	58
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	4	30	5
São Pedro, São Paulo e Jaboti	0	33	4
Valmor Martins e Piruca	3	28	1
Chicão e Japonês	0	25	4
Pezão	0	24	0
Rochedo	0	20	0
Treze Quarenta	0	9	9
Total	15	225	81
Percentual	5%	70%	25%

NR – Não respondeu

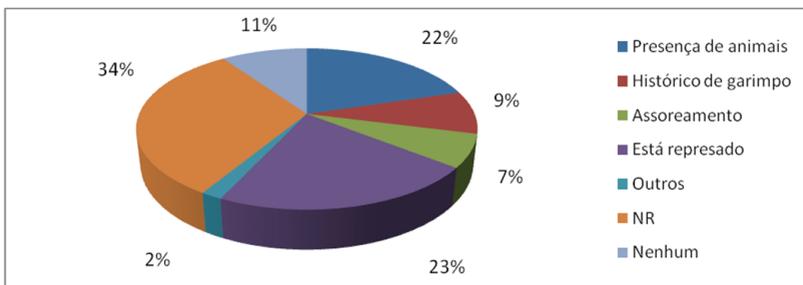
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O armazenamento da água da chuva é um grande potencial hídrico para abastecimento humano. Considerando o índice pluviométrico de médias superiores a 2.500 mm/ano em Novo Mundo (MT), calcula-se que o volume de água que caem e escoam no telhado de uma casa média nesta localidade, chegue a 300 mil litros por ano, os quais poderiam ser armazenados, na sua maioria.

Contudo, as tecnologias disponíveis para a captação da água da chuva e o reconhecimento da população sobre os mesmos ainda limita a abrangência desse recurso, reforçada pelo descaso dos agentes de atendimento às comunidades locais. Diferentemente da região Nordeste, o uso de cisternas para armazenamento de água não é uma prática comum na Amazônia, o que pode ser explicado pelo clima chuvoso que garante o abastecimento dos aquíferos e a permanência dos cursos d'água na região.

Como pode-se observar na tabela 71, das 321 famílias entrevistadas, somente 15 (5% do total) disseram utilizar cisternas para armazenar a água das chuvas. 70% não possuem cisternas e 25% não respondeu à questão.

Gráfico 18 – Qualidade da água utilizada para consumo familiar.

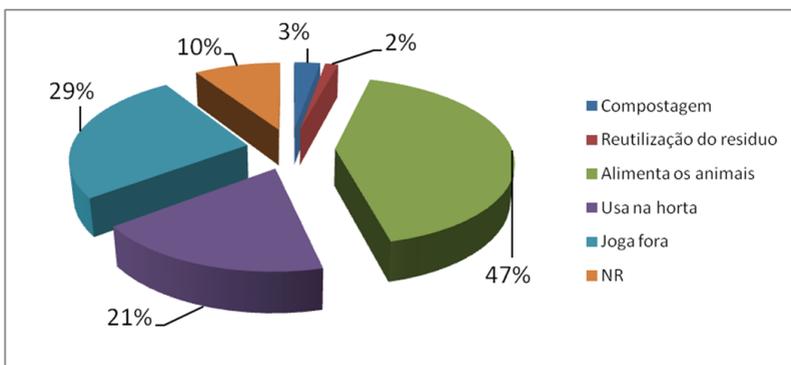


* O percentual total ultrapassa 100%, pois há famílias que usam mais de uma fonte.
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Sobre a procedência da água utilizada para consumo familiar, verifica-se que mais de um terço dos entrevistados preferiu não responder à questão. Os dados sobre a procedência água para o consumo da família revelam que há a presença de animais próximo das fontes de água em 11% dos casos; apesar do garimpo não ser mais uma atividade comum atualmente, quase 10% das comunidades ainda ingerem água provida de áreas remanescentes de garimpo; e ainda, 23% usam água represada.

Estes indicadores são importantes por identificar necessidades de saúde pública e de ações educativas para a orientação das famílias sobre a qualidade da água que elas estão utilizando para o consumo e as respectivas implicações na saúde familiar.

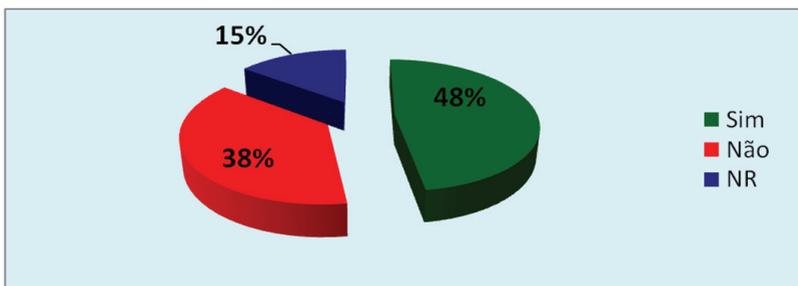
Gráfico 19 – Utilidade dada ao lixo orgânico.



* O percentual total ultrapassa 100%, pois há famílias que usam mais de uma fonte.
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Quase metade das famílias (47%) disseram usar sobras de alimentos na dieta dos animais de criação, sendo estes galinhas, patos, porcos e outros criados para subsistência. O segundo maior destino do lixo orgânico produzido por estas comunidades é o descarte na natureza, sendo este o caso para 29% das famílias. O uso do lixo para adubação direta de hortas é praticado por 21% das famílias. E ainda, 5% fazem compostagem com o lixo ou o reutilizam de alguma outra maneira.

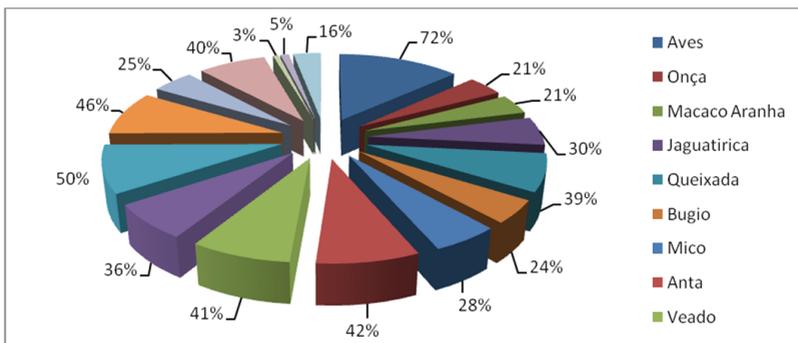
Gráfico 20 – Interesse em apoio para trabalhar o lixo orgânico nas propriedades da Gleba Divisa.



Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Quando indagados do interesse de receber apoio para tratar o lixo orgânico e utilizar seus produtos, 48% das famílias mostraram-se interessadas e 38% não demonstraram interesse em trabalhar, ainda 15% não responderam.

Gráfico 21 – Animais silvestres avistados nas propriedades da Gleba Divisa.



* A legenda traz apenas os animais indicados duas vezes ou mais no questionário.

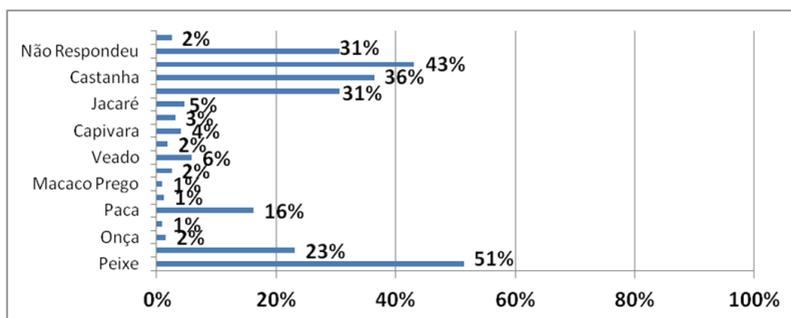
Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A Floresta Amazônica possui um dos maiores índices de biodiversidade de todo o mundo e é reconhecida como a região de maior diversidade de aves do mundo, possuindo ainda um dos mais elevados números de mamíferos. Diversas espécies de animais vertebrados são vistos comumente nas propriedades, tais como capivaras, anta, veado, queixada, jaguatirica, bugio e mico; narrados assim em ordem decrescente de avistamentos.

O gráfico 21 reforça a lógica que, pela proximidade com os remanescentes florestais, as famílias têm uma estreita relação com a natureza, que, somada ao fato da transmissão de conhecimentos tradicionais, as qualifica como conhecedoras sobre biodiversidade na região. Os proprietários apreciam em suas propriedades, principalmente, aves de diversas espécies (72%), queixada (50%) e anta (42%). A presença desses animais na Zona de Amortecimento do Parque Cristalino indica a qualidade de hábitat dos remanescentes florestais e a manutenção da biodiversidade na região. Outro elemento relevante revelado durante o processo participativo de análise pelos monitores, é que os proprietários sentem um grande orgulho em ainda ter estes animais utilizando suas propriedades como área de vida.

A presença de animais silvestres observados nas propriedades contribui sobremaneira para o trabalho de sensibilização e conscientização sobre os temas conservação na natureza, áreas protegidas e uso sustentável dos recursos naturais. No Gráfico 22, verifica-se uma lista de animais silvestre avistados nas propriedades. Este sentimento de relação com a natureza é, ainda, uma excelente oportunidade para se trabalhar a organização econômica ligada a conservação dos recursos naturais.

Gráfico 22 – Animais silvestres existentes nas comunidades.



* O percentual total ultrapassa 100%, pois há famílias que usam mais de uma fonte.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Embora a Gleba Divisa tenha sofrido uma intensiva exploração desordenada dos recursos naturais, atribuída principalmente à pecuária leiteira e agricultura de subsistência, ainda pode se identificar sua potencialidade em termos de abundância de recursos naturais e de biodiversidade, de modo geral. Pode-se observar que há uma variedade de recursos naturais que são utilizados pelos moradores como o pescado (51%), a lenha (43%), a castanha (36%) e a madeira (31%). Além disso, há uma infinidade de animais silvestres, com presença expressiva nas comunidades da Gleba Divisa, que também é verificado no gráfico 22.

Tabela 72 – Uso dos recursos naturais na Gleba Divisa.

Tipo de recurso	Extração de recurso				Finalidade da extração					
	Sim		Não		Consumo		Venda		Proteção	
	Nº	%	N	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Madeira	98	31%	2	1%	95	97%	1	1%	5	5%
Castanha	117	36%	2	1%	108	92%	2	2%	5	4%
Lenha	138	43%	1	0%	136	99%	0	0%	2	1%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

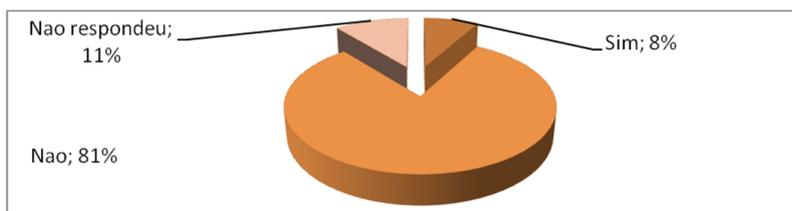
Dos 92% que extraem lenha, quase todos (99%) disseram ser exclusivamente para consumo próprio, salienta-se aqui que os monitores verificaram, durante as entrevistas, que a grande maioria das famílias tem fogão à lenha. Dos 31% das famílias que fazem extração da madeira, 97% utilizam no consumo da casa e da propriedade de um modo geral. Com este mesmo objetivo, informaram as famílias que extraem castanha, quando 92% delas garantiram que a exploração é para consumo próprio. Os percentuais de venda de excedentes dos

recursos extraídos são insignificantes, lembrando ainda das grandes dificuldades de escoamento de produtos verificadas no diagnóstico. Os dados revelam que os moradores extraem recursos naturais para o consumo familiar.

4.3.2. Extração no Parque Cristalino

Uma das grandes ameaças que o Parque Estadual Cristalino sofre é a existência de elementos naturais potenciais para a exploração. Ressalta-se aqui o quadro de destruição dos ecossistemas brasileiros como um todo, principalmente a Região Centro Oeste, atualmente, que vive um histórico de destruição dos recursos naturais, sem precedentes, pela falta de sustentabilidade na exploração.

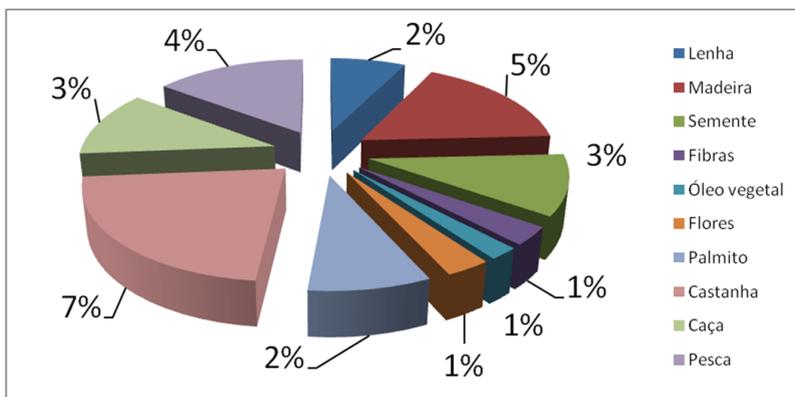
Gráfico 23 – Extração de recursos naturais no Parque.



Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Quando perguntado ao entrevistado se ele tem conhecimento acerca da extração de recursos naturais no Parque Estadual Cristalino, a maioria destes respondeu que não (81%). Apenas 08% disseram que sim, sabem que existe extração de recursos naturais no PEC. Sobre as áreas de coletas dos dados, os monitores informaram que todos os moradores sabem sobre a proibição da extração florestal no Parque, e, por receio, responderam desconhecer a questão.

Gráfico 24 – Tipos de recursos naturais extraídos do Parque Estadual Cristalino.



Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

O gráfico 24 apresenta os tipos de recursos que são extraídos do PEC, de acordo com os 8% que informaram ter conhecimento da extração de recursos naturais no PEC. É importante ressaltar que a Gleba Divisa é muito próxima ao PEC, especialmente o assentamento de Rochedo, que se estende, em parte, para dentro do Parque. Ou seja, a incidência de exploração dos recursos naturais dentro do Parque deve ser muito superior ao apresentado. E o mais agravante é o fato que há ainda um grande problema fundiário na área do Parque, onde ainda existem grandes propriedades privadas com suas atividades econômicas que exploram os recursos naturais sem qualquer critério (água, floresta, solo, madeira etc.).

4.3.3. Áreas de Preservação Permanente

As Áreas de Proteção Permanente (APPs) previstas pelo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65, alterado posteriormente pela Lei Federal nº 7.803/89) também conhecida, pelos moradores da Gleba Divisa, como Reservas de Grotas. Nas considerações preliminares da Resolução, o próprio CONAMA assevera que as APPs, como indica sua denominação, são caracterizadas, com regra geral, pela intocabilidade e vedação de uso econômico direto. Entretanto, em nome do desenvolvimento

sustentável, criam-se inúmeras exceções à regra, prevenindo a intervenção ou supressão de vegetação nas Áreas de Preservação Permanente.

A APP é ainda de interesse social por assegurar a proteção da integridade da vegetação nativa e de seus inúmeros benefícios, como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas e a manutenção dos serviços ecossistêmicos que beneficiam diretamente a população.

Tabela 73 – Identificação da APP nas propriedades.

Comunidade	Tamanho da propriedade (alqueires)	Total de APP na propriedade (alqueire)	Tem APP	Não tem APP	NR
Valmor e Piruca	3.510,50	91,00	23	5	4
Treze e Quarenta	180,50	30,00	7	1	10
São Pedro São Paulo Jaboti	594,00	52,20	32	3	2
Rochedo	560,00	72,85	18	1	1
Pezão	427,00	16,50	13	3	8
Chicão	3.592,00	399,00	19	5	5
Chapéu Preto	1.174,00	76,76	23	2	14
Cinco Mil	1.194,60	104,00	29	3	90
Total	11.232,60	842,31	164	23	134
Percentual			51%	7%	42%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Na análise dos corpos d'água (tabela 73) viu-se que existem 184 nascentes e 137 rios nas propriedades, confirmando a existência de APPs na grande maioria das propriedades. A área total informada como de APP nas propriedades pode ser muito inferior à realidade, da localidade, de acordo com a Lei. Vale ressaltar que, durante a colonização da região, os proprietários foram amplamente incentivados a desmatar e a abrir novas fronteiras agropecuárias, não sendo orientados em qualquer momento sobre os locais permitidos ou mais propícios para o desflorestamento, deixando, em alguns casos, toda a propriedade desprovida de cobertura vegetal, mesmo que em APPs ou áreas potenciais para a Reserva Legal.

Tabela 74 – Identificação das Áreas de Proteção Permanente.

Comunidade	NR	APPs de beira de rio com cobertura florestal na propriedade			TOTAL
		Sim	Não	NR	
Valmor e Piruca	4	23	7	2	32
Treze e Quarenta	10	11	2	5	18
São Pedro São Paulo Jaboti	2	17	17	3	37
Rochedo	1	17	2	1	20
Pezão	8	14	4	6	24
Chicao	5	18	4	7	29
Chapéu Preto	14	24	7	8	39
Cinco Mil	90	27	24	71	122
Total	134	151	67	103	321
Percentual	42%	47%	21%	32%	100%

NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

4.3.4. Reserva Legal

O Plano de Manejo do PEC descreve que a reserva legal das propriedades confrontantes ao Parque deverão ser localizadas preferencialmente junto ao limite desta unidade de conservação, favorecendo a conectividade florestal entre as áreas. Contudo, um dos conflitos nessa região é a exoneração de responsabilidade política para os assentados e considerando-se que o PEC abrange os municípios de Alta Floresta, Mundo Novo e Carlinda, as políticas públicas e a própria legalização dos assentados ficam sem continuidade em toda a região. Arelado a isso, está o fato que ser legalmente previsto que a desoneração das propriedades localizadas na Zona de Amortecimento deva ser feita exclusivamente em áreas localizadas fora do Parque Estadual do Cristalino, não sendo ainda claro qual o órgão e a forma como isto será feito.

A servidão florestal de áreas localizadas na Zona de Amortecimento deverá ser efetuada apenas em propriedades localizadas na mesma microbacia hidrográfica do Parque, tendo em vista a necessidade de limitação de áreas e conservação dos recursos hídricos.

Tabela 75 – Situação da Reserva Legal das propriedades da Gleba Divisa.

Comunidade	Reserva Legal potencial			Área da Reserva Legal	
	Sim	Não	NR	Alqueire	Hectare
Cinco Mil	35	3	84	205,11	496,37
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	24	2	13	319,65	773,55
São Pedro, São Paulo e Jaboti	30	4	3	101,81	246,38
Valmor Martins e Piruca	30	1	1	2197	5316,7
Chicão e Japonês	25	1	3	742,13	1796
Pezão	16	6	2	57,19	138,4
Rochedo	16	2	2	106,1	256,76
Treze Quarenta	8	2	8	20,18	48,84
Total	184	21	116	3.749,17	9.073
Percentual	57%	7%	36%		

NR – Não respondeu

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Um fato relevante é que os proprietários da Gleba Divisa não possuem título da terra ainda, portanto, a área indicada de Reserva Legal foi feita com base em estimativas e conhecimentos dos proprietários. Não existe qualquer Reserva Legal averbada nesta região. Mas a finalidade da coleta de dados, neste indicador, foi verificar o interesse do proprietário e o potencial de Reserva Legal nas propriedades. Observa-se que 184 proprietários contam com área potencial de Reserva Legal na propriedade, representando um total de 9.071,98 hectares. O Índice utilizado para o cálculo em hectares foi o índice de São Paulo (2,42).

4.3.5. Presença de Erosão

A erosão pode ser definida com a destruição do solo e das rochas e seu transporte, em geral feito pela água da chuva, pelo vento ou, ainda, pela ação do gelo, quando este atua expandindo o material no qual se infiltra a água congelada. A erosão destrói as estruturas (areias, argilas, óxidos e húmus) que compõem o solo. Estas são transportadas para as partes mais baixas dos relevos e em geral vão assorear cursos d'água.

A erosão é um problema muito sério, devem ser adaptadas práticas de conservação de solo para minimizar o problema. A existência de erosão ocorre quando o homem destrói as vegetações, para uso agrícola e deixa o solo exposto, tornando-se severa e levando a desertificação.

A superfície do solo, não castigado, é naturalmente coberta por uma camada de terra rica em nutrientes inorgânicos e materiais orgânicos que permitem o crescimento das vegetações. Se essa camada é retirada, esses materiais desaparecem e o solo perde a propriedade de fazer crescer vegetações tornando o terreno árido ou existência de uma desertificação. As águas da chuva quando arrastam o solo, quer ele seja rico de nutrientes e materiais orgânicos, quer ele seja árido, provocam o enchimento dos leitos dos rios e lagos com esses materiais e esse fenômeno de enchimento se chama assoreamento.

Principais ações do processo de formação de Erosão:

- Desmatamento que desprotege o solo à chuva.
- Construção de favelas em encostas que, além de desmatar, tem a erosão acelerada devido à declividade do terreno.
- Técnicas agrícolas inadequadas, quando se promovem desmatamentos extensivos para dar lugar a áreas plantadas.
- Impermeabilização do solo, impedindo grandes áreas de terrenos de cumprirem com seu papel de absorvedor de águas e aumentando, com isso, a potencialidade do transporte de materiais, devido ao escoamento superficial.

Tabela 76 – Identificação de erosão nas propriedades

Comunidades	Sim	Não	NR	Famílias	Enorme	Grande	Pequena
Cinco Mil	8	41	73	122	1	1	6
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	3	30	6	39	2	0	1
São Pedro, São Paulo e Jaboti	10	26	1	37	1	1	8
Valmor Martins e Piruca	3	28	1	32	0	0	3
Chicão e Japonês	6	20	3	29	2	0	4
Pezão	7	14	3	24	0	0	7
Rochedo	2	16	2	20	1	0	1
Treze Quarenta	3	9	6	18	0	1	2
Total	42	184	95	321	7	3	32
Percentual	13%	57%	30%	100%	17%	7%	76%

NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A tabela 76 revela que das 42 famílias que informaram ter erosão nas suas propriedades, 76% disseram que são erosões pequenas, 7% disseram que são grandes e 17% que são enormes. Vale informar que a Gleba Divisa é uma região com alta incidência de queimadas no período da seca e ainda possui grandes áreas com pastagens e falta de cobertura florestal em Reservas Legais e APP, portanto a incidência e as

dimensões das erosões na região pode não serem pequenas, como informado pelos entrevistados. Estudos sobre o uso e ocupação da terra na região podem expor melhor as condições da ameaça de erosões.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino, é indicado que em sua Zona de Amortecimento o cultivo da terra deve adotar as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão rural. Num raio de 500 m no entorno dos limites do PEC é vedada a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados para variedades sem ancestral direto ou parente silvestre na região, e num raio de 5000 m dos limites do PEC, para variedades que possuam ancestral direto ou parente silvestre na região. Além disso, deverão ser adotadas, preferencialmente, técnicas de agricultura ecológica, tais como sistemas agroflorestais ou similares.

Tabela 77 – Interesse em promover a recuperação florestal.

Comunidade	Interesse				
	Sim	Não	NR	Não Sabe	Total
Cinco Mil	25	22	73	2	122
Chapéu	22	12	3	2	39
São Pedro São Paulo Jaboti	23	6	8	0	37
Valmor Martins e Piruca	19	11	2	0	32
Chicao	17	8	4	0	29
Pezão	17	2	5		24
Rochedo	14	5	1	0	20
Treze e Quarenta	6	7	5	0	18
Total	143	73	101	4	321
Percentual	45%	23%	31%	1%	100%

NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Há uma considerável manifestação de interesse e disposição em trabalhar com recuperação florestal nas propriedades das famílias entrevistadas. Tem-se 45% de proprietários interessados em trabalhar com a recomposição florestal. Segundo os monitores, durante o processo de análise, os proprietários compreendem que há vantagens neste processo, como adequação ambiental da propriedade (regularização da Reserva Legal e recomposição da cobertura das APPs), a proteção de nascentes para assegurar volume de água e a possibilidade de aumentar a renda com a biodiversidade, seja para comercialização de produtos (cacau, cupuaçu, madeira etc.), seja para proteção de floresta e ou para o consumo próprio.

A informação que há proprietários interessados na recuperação florestal é bastante importante considerando-se que em áreas rurais como as de Alta Floresta, vem sendo feitos trabalhos de regularização para fins deste fim. Mas há, contudo, uma série de desentendimentos legais dos processos e um desinteresse nesse trabalho frente a uma série de benefícios instaurados para a efetivação da recuperação.

Visto que a região da Gleba Divisa é uma área de conflitos políticos, ter dados sobre o interesse dos proprietários na recomposição florestal é fundamental para se trabalhar atitudes e práticas sobre a economia para a conservação. Mesmo que o interesse dos proprietários ainda seja considerado tímido, é bastante encorajador o fato de os proprietários estarem reavaliando seus valores sobre a conservação da biodiversidade. Trata-se de uma oportunidade díspar de colaboração para se criar processos consistentes e equitativos para a conservação ambiental e qualidade de vida da população que habita a Gleba Divisa.

Tabela 78 – Finalidade do interesse pela recomposição florestal.

Item	Venda	%	Proteção	%	Uso	%	Alqueire	Hectare
Sistema agroflorestal	34	24%	35	24%	26	18%	201	486,42
APP	17	12%	30	21%	10	7%	70	169,4
Nascente	9	6%	18	13%	7	5%	34,5	83,49
Restauração Florestal	11	8%	13	9%	4	3%	18	43,56
Reflorestamento	16	11%	19	13%	7	5%	51	123,42
Coleta de Sementes	7	5%	6	4%	5	3%	13	31,46
Total							387,5	937,75

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Das 321 unidades familiares pesquisadas, 143 afirmaram ter interesse em realizar recuperação florestal em suas propriedades. 24% dos 143 interessados gostariam de trabalhar com sistema florestal para venda, 24% para proteção e 18% para consumo. Em 143 propriedades pode-se contar com 201 alqueires (486,42) hectares de áreas disponíveis para sistemas agroflorestais (SAFs). Para as Áreas de Preservação Permanente (APPs), tem-se 12% de interesse para venda – proprietários que acreditam poder trabalhar com espécies frutíferas para comercialização –, 21% para proteger a área e 7% para uso próprio. Nas 143 propriedades pode-se contar com 70 hectares para a restauração de APPs. Vale ressaltar que 41% (151 propriedades) dos entrevistados

afirmaram ter suas APPs com cobertura florestal, sendo este um número razoável, mas ainda longe das metas necessárias.

Tabela 79 - Efeitos das queimadas.

Comunidade	Sim	Não	NR	Tipo de Efeito				
				Doença	Perda Econômica	Poliuição	Danos à natureza	NR
Cinco Mil	84	13	25	38	7	25	0	54
Chapéu Preto, Schimit e B. Norte	27	8	4	11	0	7	0	27
São Pedro, São Paulo e Jaboti	35	1	1	4	5	20	0	
Valmor Martins e Piruca	31	0	1	5	1	2	1	6
Chicão e Japonês	28	1	0	11	1	28	0	1
Pezão	23	0	1	15	0	12	0	2
Rochedo	19	1	0	4	8	20	1	9
Treze Quarenta	15	2	1	2	0	9	0	5
Total	262	26	33	90	22	123	2	104
Percentual	82%	8%	10%	34%	8%	47%	1%	40%

NR – Não respondeu.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

De acordo com a tabela 79, dos 82% entrevistados que informaram sentir efeitos das queimadas, 34% disseram estes efeitos se manifestam em doenças, 8% em perda econômica, 47% em poluição do ar e 1% percebem em demais danos ambientais.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino, alternativas para deixar de se usar o fogo em atividades rurais devem ser incentivadas; e ainda, nas propriedades confrontantes aos limites do Parque a queima controlada deve ser acompanhada por servidores da UC; não são permitidas queimadas na ZA fora do período estipulado no Calendário de Queima, estabelecido pela administração do Parque, em períodos não menos proibitivos que o calendário oficial aprovado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso.

As queimadas e incêndios florestais decorrentes ainda são verificados em extensas áreas do Parque, que continuam sendo utilizadas para fins agrícolas que têm sido expandidas de maneira marcante desde o estabelecimento desta unidade. Embora algumas áreas previamente ocupadas tenham sido abandonadas e estejam atualmente em estágios secundários de recuperação espontânea florestal, muitas outras continuam ativamente ocupadas por fazendas. Além da destruição da vegetação natural resultando em perda de biodiversidade, a presença de tais fazendas dentro da área cria uma série de

problemas e ameaças adicionais, como acesso não controlado, fogo, plantas invasoras, distúrbios à fauna como pragas e doenças, erosão do substrato e poluição (especialmente dos cursos d'água).

4.3.6. Uso de Agrotóxicos

Quanto ao uso de agrotóxico, o Plano de Manejo do PEC, revela que na sua zona de amortecimento é permitido somente o uso de agrotóxicos² da Classe IV (pouco ou muito pouco tóxicos) faixa Verde. Para as propriedades, o agrotóxico e seus componentes e afins devem ser armazenados em local adequado, evitando que eventuais acidentes, derramamento ou vazamentos possam comprometer o solo e os cursos d'água superficiais e subterrâneos. Além disso, não é permitida aplicação de agrotóxico por aeronave. É ainda necessário, que, independente do tamanho das propriedades, seja estimulado a produção orgânica, um selo de qualidade que vem abrindo mercados.

4.3.7. Mineração no Entorno do Parque do Cristalino

Quanto à mineração não é permitidas atividades de mineração de qualquer natureza, inclusive garimpo.

4.3.8. Pesca em período de Piracema

A região conta com quatro grandes rios – Nhandu, Teles Pires, Cristalino e Rochedo – e outros menores (igarapés). Ainda que seja de conhecimento de todos sobre a importância do Período de Defeso, pesca é praticada durante o Período da Piracema. Esta realidade deve ser mudada com urgência, tendo em vista a evidente importância do

² Por agrotóxicos entende-se como "os produtos e os componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também em ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento". O conceito de agrotóxico utilizado neste documento é o definido pela Lei Federal nº 7.802 de 11/07/89, regulamentada através do Decreto 98.816, no seu Artigo 2º, Inciso I.

recurso pesqueiro para a dieta da comunidade, a conservação deste recurso é fator limitante para a manutenção do mesmo.

Tabela 80 – Pesca em período de piracema na Gleba Divisa.

Comunidade	Pesca no Período da Piracema				TOTAL
	Sim	Não	Não Sabe	NR	
Cinco Mil	23	34	23	42	122
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	3	28	6	2	39
São Pedro, São Paulo e Jaboti	5	21	10	1	37
Valmor Martins e Piruca	5	15	11	1	32
Chicão e Japonês	1	26	2	0	29
Pezão	1	8	13	2	24
Rochedo	4	10	5	1	20
Treze Quarenta	1	8	7	2	18
Total	43	150	77	51	321
Percentual	13%	47%	24%	16%	100%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Do total de entrevistados, 43 pessoas relataram praticar a pesca nesta época. Isso representa 13% dos comunitários que afirmam praticar a pesca na Piracema. A pesca não é uma atividade comum para a população da Gleba Divisa. Segundo o Plano de Manejo do Parque Cristalino, no Período da Piracema não é permitido o trânsito de embarcações com apetrechos de pescarias nos trechos dos rios localizados dentro da Zona de Amortecimento.

4.4. Aspecto político Institucional

Entende-se que política pública é tudo aquilo que o governo (municipal, estadual ou federal) faz no que diz respeito às leis, medidas reguladoras, decisões e ações, que afetam toda a coletividade. As políticas públicas devem contar com a participação da sociedade civil nas etapas de proposição e, na medida do possível, de formulação, uma vez que os maiores beneficiários destas políticas devem os cidadãos contribuintes, que pagam para que os serviços públicos e seus servidores atendam a coletividade da melhor maneira. A formulação de políticas públicas se dá em estágios em que os governos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que devem gerar resultados e mudanças no mundo real.

O Diagnóstico e o Plano de Desenvolvimento Socioambiental da Gleba Divisa contaram com a participação de órgãos governamentais em seus processos de construção. A participação destes órgãos também contribuirão para aperfeiçoar as estratégias de implementação das políticas públicas que atendam a Gleba. A seguir, encontram-se descritas as organizações de governo que participaram destes processos construtivos:

- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) – órgão governamental com longa história e conhecimentos no cultivo de cacau, especialmente no Bioma Mata Atlântica e, mais recentemente, na Amazônia; na Gleba Divisa, a CEPLAC trabalha com os produtores no processo de capacitação e assistência técnica para a cultura de cacau como ação de recomposição florestal para áreas degradadas e geração de renda para as famílias.
- Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso Mato Grosso (EMPAER) – órgão do governo que trabalha com assistência técnica na área de agricultura familiar; a EMPAER atua intensivamente com os produtores na Gleba Divisa com assistência técnica na produção de café, cupuaçu, cacau e outras culturas, e também com análise de solo, capacitação em processos de inseminação artificial e viabilização de pequenos créditos junto ao PRONAF.
- Prefeitura Municipal de Novo Mundo, representada pelas secretarias municipais – participou inclusive da definição das principais metas na Gleba Divisa; a fragilidade atual da prefeitura é a necessidade de captação de recursos para a execução de políticas públicas no município, visto que, nos últimos mandatos, a administração pública foi passada para os sucessores inadimplente, sobretudo por não cumprir com os acordos e as regras no uso do recurso público.
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA) – órgão gestor do Parque Estadual Cristalino, que recebe apoio da prefeitura de Novo Mundo na gestão e fiscalização do PEC; as principais atividades de integração da SEMA com a Gleba Divisa se dá especialmente no trabalho de redução de

queimadas e na disseminação do Plano de Manejo do Parque; ainda, ressalta-se o trabalho deste órgão junto a outros parceiros na formação de brigadistas, o que tem reduzido o índice de incêndios florestais na região.

A tabela a seguir traz o número de famílias que usufruem das políticas sociais de governo:

Tabela 81 – Identificação de famílias que recebem benefícios de políticas públicas.

Item	Número	Percentual
Nenhum	139	43%
Não Respondeu	26	8%
Recebem algum tipo de benefício	156	49%
Total	321	100%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Das famílias entrevistadas, 49% disseram receber algum tipo de benefício de políticas públicas, enquanto 43% indicam não receber qualquer tipo benefício e 8% não responderam a questão. Se forem consideradas apenas as famílias que responderam, a maioria disse ter recebido algum tipo de benefício das políticas públicas, contudo, é sabido que a Gleba Divisa é muito pouco assistida por estas políticas. É importante ressaltar que esta é uma área de assentamentos em que as famílias que residem aí ainda não possuem o título de propriedade das terras onde vivem e produzem; e que 104 famílias ainda estão acampadas, aguardando serem assentadas.

Tabela 82 – Tipo de benefício recebido pelas famílias.

Benefícios	Número de famílias	Percentual
Bolsa Família	97	62%
Programas para jovens	14	9%
Assistência ao portador de deficiência	14	9%
Programa de apoio ao idoso	12	8%
Outros	8	5%
Cesta Básica	5	3%
Transporte para idoso	3	2%
Creches	3	2%
Total	156	100%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Na tabela 82, observa-se o programa Bolsa Família com 62% de usuários, portanto este valor é calculado com base apenas nas 156 famílias que responderam receber algum tipo de benefício. Os demais benefícios poucas vezes são alcançados as famílias na Gleba Divisa e, quando os são, beneficiam apenas uma minoria dos moradores.

Tabela 83 - Assistência técnica prestada à Gleba Divisa.

Comunidades	Recebe assistência na área produtiva		
	Sim	Não	Não Respondeu
Cinco Mil	4	47	71
Chapéu Preto	2	33	4
São Pedro, São Paulo e Jaboti	4	25	8
Valmor Martins e Piruca	2	29	1
Chicão e Japonês	1	27	1
Pezão	0	24	0
Rochedo	0	20	0
Treze e Quarenta	0	14	4
Total	13	219	89
Percentual	4%	68%	28%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Entendendo a necessidade de um acompanhamento para a motivação e desenvolvimento desses atores, fica claro que a motivação vem de um problema vivido e não de um processo de mobilização, uma vez que 68% dos entrevistados relataram que não recebem qualquer tipo de assistência técnica para melhorar a produção.

Tabela 84 - Grau de participação das famílias em discussões públicas.

Espaços de Participação	Número	Percentual
Reuniões da Câmara de Vereadores	28	9%
Audiências públicas	22	7%
Reuniões comunitárias	164	51%
Reuniões na escola	171	53%
Eventos da Colônia de Pescadores	6	2%
Reuniões da Cooperativa	57	18%
Atividades de ONGs	32	10%
Reuniões com empresas	32	10%
Outras	1	0%
Nenhum	28	9%

NR	47	15%
----	----	-----

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Os índices mais altos de participação são 53%, em reuniões da escola, e 51%, em reuniões comunitárias. Somando as outras formas de participação como reuniões de cooperativas, ONGs e demais, pode-se afirmar que o grau de participação nos eventos coletivos na Gleba Divisa é significativo, com a participação dos comunitários no processo de democracia para a cidadania.

4.4.1. Contribuição da Sociedade Civil

No universo da sociedade civil, os interesses, propósitos e valores constituem a arena de ações coletivas voluntárias. Neste setor, as formas institucionais são distintas daquelas do Estado, família e mercado. A sociedade civil comumente abraça uma diversidade de espaços, atores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. Sociedades civis são povoadas por organizações como instituições de caridade, organizações não governamentais de desenvolvimento, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de autoajuda, movimentos sociais, associações comerciais, entre outras. A seguir estão as organizações da sociedade civil que participaram do Diagnóstico e do Plano da Gleba Divisa:

- Associação de Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa (ADSGLEDI) – ONG de caráter representativo (produtores e seus sócios); ela é composta por um quadro de sócio de 68 produtores rurais; suas ações abrangem os 11 assentamentos (universo do Diagnóstico) especialmente com a organização da produção pelo projeto CONAB; trata-se de uma organização muito importante para a Gleba Divisa e tem mobilizado e articulado intervenções relevantes para os produtores; A organização necessita investir no processo de fortalecimento institucional para representar e reivindicar a execução plena de políticas públicas na Gleba Divisa.
- Fundação Ecológica Cristalino (FEC) – instituída a partir da criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Lote Cristalino, com 670 hectares

preservados para fins de pesquisa, educação ambiental e ecoturismo; a RPPN Lote Cristalino é a primeira da categoria instituída na região do extremo Norte do estado do Mato Grosso; a criação da FEC foi a resposta clara dos proprietários do Lote Cristalino para conhecer melhor a biodiversidade local e abrigar pesquisadores interessados na região, que por sua vez, preenchem as lacunas de conhecimentos desta porção da Região Sul Amazônica, que até então nunca havia recebido atenção das instituições de pesquisa.

- Fauna e Flora Internacional (FFI) – ONG internacional que apóia ações de conservação no Parque Estadual Cristalino e em seu entorno, notadamente nas RPPNs e no Assentamento da Gleba Divisa, inseridos na Zona de Amortecimento do Parque. A FFI, em parceria com a FEC, conduziu e apoiou todo o processo de mobilização comunitária e a conseguinte construção do diagnóstico e plano da Gleba Divisa.
- Instituto de Assessoria em Agroecologia e Meio Ambiente (IAMA) - ONG fundada em 2007, com o objetivo de prestação de assessoria na área de sustentabilidade; o IAMA conduziu, junto com a Prefeitura de Novo Mundo, o processo DLIS para a construção da agenda 21.
- Associação União Cristalino (AUC) – organização dos acampados que busca a inclusão social de seus sócios e, especialmente, o assentamento dos mesmos para viabilizar a produtividade e qualidade de vida dos mesmos.

4.4.2. Interesse em outro tipo de organização na Gleba Divisa

A organização da comunidade para seu próprio desenvolvimento se mostra uma das mais eficientes ferramentas para a sustentabilidade das propriedades na Gleba Divisa. Atualmente a Gleba Divisa não conta com um arranjo institucional que viabilize a organização da produção, a inserção no mercado consumidor, a reivindicação de políticas públicas e o estabelecimento de estrutura de sistema produtivo para melhorar as condições das famílias que habitam a Gleba Divisa e dela tiram seus sustentos.

Tabela 85 – Identificação de interesses dos proprietários na constituição de cooperativa.

Comunidade	Sim	Não	NR	TOTAL
Cinco Mil	27	32	63	122
Chapéu Preto, Schimit e Barra Norte	29	7	3	39
São Pedro, São Paulo e Jabuti	28	9	0	37
Valmor Martins e Piruca	24	4	4	32
Chicão e Japonês	24	4	1	29
Pezão	18	5	1	24
Rochedo	6	12	2	20
Treze Quarenta	7	4	7	18
Total	163	77	81	321
Percentual	51%	24%	25%	100%

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

A tabela 85 mostra que 51% dos entrevistados são interessados na formação de uma cooperativa que contribua com a organização e comercialização da produção dos produtos da pecuária de leite e corte e nas atividades agrícolas (agricultura branca, e culturas perenes como cacau, café, cupuaçu, cítricos, etc.).

5. APRESENTAÇÃO DO PLANO SOCIOAMBIENTAL DA GLEBA DIVISA

5.1. Introdução

O Plano de Desenvolvimento Socioambiental da Gleba Divisa (PDSA) é o principal resultado do esforço empreendido pelo Projeto Integrado de Conservação e Sustentabilidade Econômica da Gleba Divisa – PIPAES, que durante os anos de 2010 e 2011 programou um conjunto de ações de mobilização, organização comunitária e planejamento, visando criar condições para a transformação da realidade local.

O processo de construção do Diagnóstico Participativo incorporou conhecimentos da comunidade, com informações levantadas por ela própria, e trabalhadas participativamente por meio de análise dos dados e das matrizes de PPCS (Problemas, Potencialidade, Causas e Soluções). Todo o Diagnóstico foi construído e analisado pelos moradores da Gleba Divisa, incluindo informações oficiais sobre o município, durante várias semanas. Seu conteúdo, portanto, é a expressão de um processo educativo e construtivo, validado pela própria comunidade, estimulado pela mobilização, capacitação e orientação dada pela equipe técnica para a participação ativa em todo o processo.

A análise dos dados contida no Diagnóstico Participativo, tanto os secundários, quanto os primários (levantados por meio do trabalho dos monitores), revela um município com características predominantemente rurais – isso é verificado na distribuição da população, na utilização de recursos e no sistema produtivo adotado. Pode-se perceber claramente que o município vivencia, há muitas décadas, talvez desde sua origem, uma situação de dificuldade, com baixíssimos indicadores de desenvolvimento econômico e social.

Pode-se concluir que as poucas ou nulas políticas públicas básicas realmente efetivas e a estrutura produtiva agrícola de subsistência são responsáveis pela condição de forte exclusão social de grande parte da população local. A Gleba Divisa é formada por vários assentamentos, porém os produtores familiares não possuem o título da própria terra, o que coíbe qualquer possibilidade de aquisição de crédito para investimento nesta atividade econômica.

A principal renda da população advém da produção de leite, porém não há qualquer organização que cuide de ordenar a produção e/ou a comercialização deste e de outros produtos das propriedades. Em época de chuva, o escoamento da produção fica impossibilitado, ocasionando perdas para os produtores. A ADSGLEDI, associação de produtores local, tem contribuído muito com a manutenção da renda por meio da compra dos produtos agrícolas, realizado pelo projeto CONAB. Outro importante potencial subaproveitado é o turismo, que sequer foi estudado como uma alternativa para o crescimento econômico e a melhoria das condições locais.

Fica claro, diante do cenário revelado pelo Diagnóstico Participativo, que os agentes produtivos da área rural ficaram à margem dos investimentos públicos: acesso à água, habitação, saneamento, saúde, educação, transporte, eletrificação, lazer, inversões nas atividades agrícolas e não agrícolas, capacitação, organização social e definição da estrutura fundiária – o que explica o estágio primário em que se encontram a agricultura e as demais atividades econômicas na Gleba.

O estilo da prática produtiva realizada pelas famílias da Gleba Divisa tem levado à exploração desordenada dos recursos naturais na localidade, principalmente os de natureza vegetal, usados para manter o ciclo insustentável das suas atividades econômicas. O resultado final não garante um rendimento familiar satisfatório, impedindo a melhoria das condições de vida e comprometendo a biodiversidade regional.

Estas circunstâncias reforçam a urgência que o município de Novo Mundo têm em definir políticas públicas de desenvolvimento socioambiental com a construção de eixos integradores que garantam, a um só tempo, o desenvolvimento das atividades sociais, econômicas e ambientais, voltadas para o crescimento e a transformação da realidade da Gleba Divisa.

A fragilidade da organização comunitária reflete o grau de desenvolvimento da sociedade da Gleba Divisa hoje, que tem participado de forma incipiente nas decisões políticas do município e sem força para cobrar dos poderes públicos que estes cumpram com seus deveres. Como consequência, a própria comunidade sofre com o descaso que lhe é despendido pelos poderes públicos, que são os primeiros que deveriam cuidar da organização e do desenvolvimento do município. Esta constatação é fundamentada no atual quadro de desagregação social e na perspectiva limitada de mudanças, atrelada a baixa autoestima das famílias, descaracterização de valores e inexperiência em organização social e política da comunidade.

A ausência de investimento e de políticas de apoio à infraestrutura básica coloca a Gleba Divisa em situação de isolamento socioeconômico, impondo a necessidade de uma ação mais direta e urgente de políticas sociais e de identificação de alternativas de trabalho e renda, com a proteção da biodiversidade local e uso responsável das oportunidades oferecidas pelos recursos naturais na região.

O Diagnóstico, porém, oferece um indicador relevante por ter sido produzido, em sua maior parte, pelos monitores da Gleba Divisa. Isso revela um fator de potencialidade fundamental que é o envolvimento da população na discussão dos seus problemas e oportunidades, traduzido pelo reconhecimento inédito de sua realidade e gerando uma possibilidade de grupos locais desejarem, cada vez mais, influenciar seus próprios processos de desenvolvimento. Pode-se identificar uma forte disposição das comunidades locais de participarem das discussões, independentemente de distâncias e tempo despendido para isso. Esta automobilização local constitui outro indicador positivo, que revela o potencial para a busca de soluções e transformação da realidade pela vontade própria da comunidade local.

5.2. Objetivo Geral

O objetivo geral do Plano de Desenvolvimento Socioambiental da Gleba Divisa é promover um processo de desenvolvimento integrado e sustentável junto aos moradores da Gleba Divisa, nas áreas de equidade social, eficiência econômica e conservação dos recursos naturais da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Cristalino.

Objetivos Específicos

- Promover o fortalecimento das organizações sociais locais, com vistas à preparação do capital social para conduzir o processo de desenvolvimento socioambiental no município;
- Promover a melhoria da qualidade de vida da população da Gleba Divisa e gerações futuras, por meio da valorização dos recursos e ciclos naturais e da integração homem/natureza; e
- Modernizar e ampliar a estrutura produtiva de modo a gerar oportunidades de trabalho; aumento da renda das famílias e da população; aperfeiçoamento e expansão da economia, bem como a inserção desta economia nos mercados regional e estadual.

5.3. Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração do PDSA foi o Planejamento Participativo, que contou com o envolvimento de diversos segmentos da comunidade local representado, por exemplo, pelos monitores, gestores públicos e lideranças comunitárias. Inicialmente, a metodologia foi utilizada no planejamento de instituições públicas e sua aplicação foi feita por facilitadores. Posteriormente, a metodologia foi aplicada no planejamento social participativo e envolveu representantes de órgãos públicos e de lideranças comunitárias. O trabalho foi conduzido pelos monitores e representantes das forças locais dispostos a participar ativamente de todas as atividades, definidas a partir de critérios de representatividade estabelecidos pela coordenação do processo.

O planejamento contemplou as seguintes etapas: (i) Análise de Mudanças e Ameaças; (ii) Nivelamento sobre a Missão do Movimento da Gleba Divisa; (iii) Identificação de Principais Áreas de Interesse; (iv) Definição das Linhas de Ação para as Metas; (v) Análise das Matrizes de Potencialidade, Problema, Causa e Solução – PPCS; e (vi) Definição e Descrição dos Programas.

5.4. Resultado do Plano

5.4.1. Análise de Mudanças e Ameaças

O grupo de 20 monitores selecionados para o diagnóstico na Gleba Divisa, também participou de um processo de resgate e reflexão sobre os acontecimentos da Gleba durante o período de 2001 a 2011. Este trabalho teve como objetivo auxiliar os monitores nos processos de avaliação e valorização de esforços despendidos por eles ao longo dos anos analisados. O trabalho foi realizado em subgrupos dentre os monitores, com um roteiro de questões para nortear esta tarefa. Os subgrupos realizaram apresentações dos resultados e em plenária foi realizada uma reflexão acerca dos resultados e impactos, bem como os benefícios advindos das mudanças na vida dos moradores da Gleba Divisa.

Quadro 5 – Reflexão acerca das mudanças ocorridas nos últimos dez anos.

VARIÁVEL	MUDANÇA	ANO	INFLUÊNCIA	COMO A MUDANÇA AFETOU?
RENDA FAMILIAR	Melhoria da produção leiteira	2006	FEC/IOV/ADSGLEDI	Circulação de recursos na região/ aumento de bens
	Desenvolvimento	2002	Pronaf – Intermat/Empaer - Pref. Municipal.	Acesso ao gado leiteiro
	Grupo de Leite, Plantio e Venda de produtos para Conab	2006 2008	FEC/IOV/Cooperagrega/ADSGLEDI	Financiamente, mudança de hábitos alimentares.
	Organização para Melhoria de renda	2003	COOPERAGREPA PADIC	Surgimento da possibilidade da melhoria de vida
GOVERNANÇA	Plano de Manejo do PEC	2009	SEMA/FEC/IBAMA/ICV/ União Cristalino ADSGLEDI Associação do Rochedo, Instituto Floresta	Diminuição de queimadas, afetando diretamente na saúde.
	Energia	2005	Governo Federal Projeto Luz para todos. Prefeitura Municipal, Organizações locais.	Benefícios sociais, econômicos, comunicação, saúde. Diminuição na poluição (lamparina), alteração no hábito alimentar.
	Participação conjunto/ Aquisição da terra	2000 2001	Prefeitura/INTERMAT/Grupo Sem Terra/ Secretaria de Agricultura/EMPAER	Possibilidade ser proprietário de terra
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	Abertura de estradas, posto de saúde, energia elétrica.	2004 2005	Comunidade organizada em pequenos grupos junto ao Governo Federal,	Melhoria de acesso, escoamento da produção, consequentemente melhoria na qualidade de vida.

			Estadual e Municipal.	
	Começo das reuniões comunitárias Várias organizações	2000 2006	Órgãos públicos e prefeitura, ADSGLEDI FEC, UNIÃO CRISTALINO	Conhecimento que possam melhorar na vida
	Diminuiu a participação popular	2007	COOPERAGREPA com projetos de Biojóias, castanha.	Desmotivação e baixo-auto (muitos projetos diferentes que geraram expectativas)
	Maior organização produtiva	2004 2006	ADSGLEDI/COOPERAG REPA	Melhorou a autoestima, aumentou a segurança no local, formação de renda.
AUMENTO DO CONHECIMENTO	Inauguração da Escola Tarley Rossi Vilela	2008 2009	Governo Estadual Secretaria Estadual de Educação	Aprendizagem, socialização e incentivo a capacitação profissional, perspectiva de futuro.
	Aprender a defender os direitos e os deveres – Lei Maria da Penha	2007	Posto de Saúde, Televisão, Conselho tutelar.	Descoberta de valores que nos beneficiam e também em prol da comunidade
	Aprendizagem rural	2003	SENAI/INTERMAT/SEB RAE/Sec. de Agricultura	Aumento de conhecimento, melhoria nas técnicas de produção.
LEGISLAÇÃO	Lei que sede as terras da Gleba Divisa para a INTERMAT	2010	Governo do Estado Programa Amazônia Legal/ Mato Grosso Terra Legal	Aumento na possibilidade da propriedade do título da terra (terra legal)
	Gleba Divisa ganhou um tutor (INTERMAT)	2009	Governo Estadual	Possibilidade de regularização fundiária
MEIO AMBIENTE	Impressão de diminuição do desmatamento	2008	Operação Arco Verde/Desmatamento SEMA/IBAMA/Polícia Federal	Melhoria na saúde e manutenção da qualidade/disponibilidade dos recursos naturais (água/ar) e também a tranquilidade.
	Desmatamento acelerado	2000	Programa do Governo Federal/INTERMAT	Diminuição da quantidade/disponibilidade de água e o aumento de queimadas
	Loteamento de terras gerou a devastação e degradação do ecossistema em geral	2000	Órgãos públicos: INCRA, INTERMAT.	Aumento de queimadas para limpar o pasto, secas prolongadas o gado passa fome.
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Seca prolongada, intensa, e chuvas escassas.	2010	Nós	Prejuízos financeiros (leite diminui, gado morre, não tem produção de comida) e aumento de queimadas (saúde).
	Secas prolongadas, destruição de matas.	2010	Nós	Destruindo a natureza e humanidade em geral (doenças)
	Diminuição das chuvas	2002	Nós	Saúde

O quadro acima não revela um investimento significativo na Gleba Divisa, mas observa-se que muitas organizações tiveram iniciativas relevantes. O Município de Novo Mundo teve ao longo de sua existência uma política oligarquista e excludente, na qual a política partidária sempre foi o principal interesse e as políticas públicas foram relegadas a um segundo plano pelos gestores públicos eleitos. Esta condição impôs rigorosos entraves para que outras organizações promovessem ações que realmente favorecem aos cidadãos da Gleba Divisa.

Quadro 6 - Reflexão das ameaças à biodiversidade.

Premissas	Ameaças
Apoiar pequenos proprietários do entorno de áreas protegidas para manejar suas terras de maneira ecológica e economicamente sustentável.	Desmatamento; uso de agrotóxico; fenômenos naturais (seca); queimadas que trazem danos à economia e a saúde da população; falta de assistência técnica; não acesso a crédito; sem título da terra; a seca gera queimadas; e escassez de água.
Ampliar conhecimentos para aperfeiçoar a consciência sobre a riqueza da biodiversidade da floresta e serviços de ecossistemas que eles promovem.	Pouca aceitação e resistência a novos conhecimentos e tecnologias.
Revitalização da relação pessoas-biodiversidade com qualidade do ecossistema e vida feliz das pessoas.	Pessimismo e descrença da população acerca das oportunidades e vantagens da relação homem natureza.
Viabilizar o processo de tomada de decisão pelas comunidades do entorno no que diz respeito aos assuntos de áreas protegidas, plano de manejo e desenvolvimento e implementação de ações econômicas sustentáveis.	Desunião, desmotivação, demora em ver resultados, pouco apoio de parceiros.

Fonte: Diagnóstico Participativo da Gleba Divisa, 2010.

Na Gleba Divisa percebe claramente que há ameaças à biodiversidade no entorno do Parque Cristalino e que isso os afeta diretamente. Além disso, percebem como uma grande ameaça, a organização político institucional altamente fraca e desmobilizada que torna a comunidade passiva ao processo de desenvolvimento local e à proteção de seus recursos naturais.

5.4.2. Nivelamento sobre a Missão do Movimento da Gleba Divisa

A missão da é Gleba Divisa é **“Promover a Harmonia entre seres humanos e natureza, assegurando a qualidade de vida dos habitantes da Gleba Divisa”**. E isso foi amplamente discutido dentre os participantes do Plano.

Em termos de planejamento estratégico esta é uma etapa fundamental, pois a partir desta, serão definidos os objetivos e caminhos a serem seguidos. A discussão da missão envolveu três questões fundamentais: A) O que é o movimento de desenvolvimento da Gleba Divisa? B) Quais as características que a diferencia de outras localidades? C) Qual deve ser a finalidade maior deste movimento? Estas questões foram discutidas e se estabeleceu a missão das pessoas comprometidas com o processo de conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico da Gleba Divisa.

Neste contexto, o movimento promovido pelo grupo de monitores compreende a Gleba Divisa como um organismo inserido nos contextos econômico, social e político e que interage com outros fatores internos e externos à Gleba, sendo afetado, sobretudo pelos fatores gerados neste ambiente. Além disso, o grupo entende que há que se conhecer a própria identidade, buscando conhecer também as potencialidades e limitações.

5.4.3. Identificação de Principais Áreas de Interesse

Foram reunidas 54 pessoas das 11 comunidades, dentre monitores, lideranças e moradores para participarem da discussão sobre as expectativas de futuro para a Gleba Divisa. Aqui foi utilizada uma técnica simples, na qual todos os participantes escreveram numa tarjeta suas expectativas (metas) para o futuro. Depois, estas tarjetas foram lidas, discutidas e agrupadas por afinidade e intenção, resultando na identificação de temas prioritários para os representantes presentes.

5.4.4. Definição das Linhas de Ação para as Metas

Com a lista de expectativas gerada pelo grupo maior, 20 monitores trabalharam na tradução e refinamento das metas almeçadas para os próximos 10 anos (2011 a 2021). O trabalho maior, neste momento, foi o de rever os dados do diagnóstico, discutir viabilidade de implementação, identificar interesses dos moradores acerca das metas e estruturar as metas temporal, quantitativa, qualitativa e produtivamente.

Matriz 1 — Metas para os próximos 10 anos para os produtores da Gleba Divisa.

Formação de Capacidade Técnica	Melhoria da Renda Familiar	Recuperação de Áreas Degradadas	Aparelhamento da Prefeitura de Novo Mundo	Construção de Capacidade Organizativa Local	Melhoria no Atendimento em Saúde	Regularização Fundiária	Aumento das Condições de Ensino nas Escolas
Cadeia Produtiva	3 salários mínimos para as famílias	Redução das queimadas	Aquisição de veículo com sistema de manutenção	Criação de uma cooperativa de produção	Praça de lazer	Georeferenciamento para todas as propriedades do Município de Novo Mundo	Implantação da escola técnica do campo
Turismo Rural e Ecoturismo	50 Tanques de peixe instalados	Estabelecimento de um viveiro nas comunidades	Ampliação do quadro de pessoal	Montagem de infraestrutura de	Infraestrutura ambulatorial	100% das terras regularizadas	18 ônibus novos para atender as escolas

		para restauração		funcionamento			
Montagem de Viveiro	Diversificação das atividades produtivas	Organização de 02 grandes viveiros para o município	Aquisição de moveis e equipamentos	Criação de grupos de monitores locais para prestar assistência técnica	Hospital municipal instalado		
Restauração de Nascentes e APPs	Estabelecimento de Cadeias produtivas para Leite, Hortifrutigranjeiro e Peixe.	Estudo de solo e de espécies para a restauração de áreas degradadas	Construção da secretaria de meio ambiente	Criação de associações locais			
Gerenciamento de Propriedades	Estabelecimento de sistema de processamento de polpa de frutas	80 nascentes recuperadas por ano					
Coleta seletiva de Sementes	Turismo rural e ecoturismo de base comunitária	20 hectares de APP recuperadas					
Formação de Monitores Comunitários	Estabelecer formas de industrialização da produção						
Produção Orgânica para 4 Propriedades	Estudo de cadeias produtivas realizado						
Assistência Técnica	Estudo de viabilidade do turismo rural e ecoturismo de base comunitária						

5.4.5. Análise das Matrizes PPCS

Durante o processo de construção do Diagnóstico Participativo, foram realizadas oficinas para analisar a estratégia de execução por meio da matriz de PPCS (Problemas, Potencialidade, Causas e Soluções). A Matriz foi sistematizada como parte do processo de construção do Diagnóstico participativo da Gleba Divisa. Esta análise possibilitou a interação da população local para discutir os diversos temas entre os diferentes problemas locais e como se coloca preparada para atuar como protagonista do seu desenvolvimento.

Matriz 2 - Análise das Matrizes PPCS.

Área Temática	Potencialidade	Problema	Causa	Solução
Ambiental – Conservar para viver	Presença de nascentes nas propriedades 57%	Fogo	Descuidado do proprietário para preparar a terra	Promover conscientização junto aos proprietários para aprender fazer controle de queimadas e incentivo à utilização de outras técnicas

	Floresta em pé 9072,98 ha entrevistados	Erosão	Desinformação sobre queimadas	
	Diversidade de fauna e flora	Assoreamento dos rios e nascentes	Descontrole de incêndios	
	Reconhecido Nacional e Internacional		Desmatamento para pasto e lavoura (erosão)	Planejamento de propriedade – isolamento de nascentes, recuperação.
	Existência de atrativos turísticos (Gogó da coruja, PEC, Valmor Martins, etc.)		Informação errada sobre APP	Promover capacitação em assuntos ambientais
	Abundância de recursos para Uso		Ignorância	
	Entorno de área de proteção ambiental	APP desmatada		
Econômico – Renda Família	Terra fértil	Acesso a crédito	Falta Título	Buscar Regularização fundiária
	Produção de leite	Insegurança para investir na atividade econômica	Pouco investimento da população em buscar os seus direitos	Formação da comissão
	Produção de Frutas e legumes	Não existência de uma entidade local para organização da produção	Desconfiança em cooperativas	Programa de capacitação de proprietários sobre cooperativismo
	Abundância de água	Estradas precárias	Espera as coisas acontecerem	Formação de um Grupo Permanente - Comitê de Integração da Gleba Divisa
		Desconhecimento do mercado	Falta de conhecimento área econômica	Programa de capacitação de proprietários sobre a área econômica
		Falta de organização da produção e comercialização		
Saúde, Educação e Serviços	3 Escola que atende +-500 alunos	Precárias instalações do Posto de saúde		
	Posto de saúde	Nenhum exame no local		
	12 agentes de saúde	Não tem linha de ônibus	Anonimato	
	Igreja	Não acesso a medicamento	Isolamento	Formação de um Grupo Permanente - Comitê de Integração da Gleba Divisa – para influenciar políticas públicas
	Radio comunitária	Poucos funcionários		
	Posto de saúde – médico enfermeira	Veículos de transporte escolar precário	Espera que outros resolvam o problema	
	Energia – maioria			

5.5. Definição e Descrição dos Programas

Numa perspectiva de construção de um estilo de desenvolvimento de médio e longo prazo, nos quais ações propostas estejam voltadas para solucionar os problemas relevantes, e aproveitando as potencialidades da Gleba Divisa, foram definidos Programas voltados para desenvolver as vocações identificadas como eixos estratégicos. Estes programas estão agrupados em quatro temas: Economia Sustentável, Conservar

para Viver, Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional e Programa de Políticas Públicas Sociais.

5.5.1. Programa Economia Sustentável

Objetiva criar condições para a geração de nova economia e postos de trabalho para aumentar a renda dos habitantes da Gleba Divisa. A ideia é melhorar os sistemas produtivos locais e estimular novas atividades econômicas, beneficiando pequenos e médios agricultores e microempresários locais, de forma individual ou associativa. Serão articulados serviços de apoio às atividades produtivas, especialmente em aspectos produtivos, mercadológicos e empresariais.

Para viabilizar esta ação se fizeram necessárias a validação e difusão de tecnologias e ações complementares como rodada de negócios e roteiros de agronegócios, dentre outros. Este programa busca tratar do maior conflito da Gleba Divisa que é a regularização Fundiária, para que se possa criar pólos de produção para o extrativismo, agricultura familiar e a pecuária. É também fundamental investimento na infraestrutura, especialmente para o armazenamento da produção nas comunidades e escoamento da produção por meio da melhoria das estradas e transporte.

Para consolidar os processos produtivos que alavanquem uma economia sustentável local, é extremamente necessário promover capacitações técnicas e oferecer aos jovens agricultores uma formação integral adequada à realidade produtiva e ambiental da Gleba Divisa. Para a obtenção deste objetivo são propostos os temas seguintes a serem trabalhados e suas respectivas metas, que deverão ser implementadas na Gleba Divisa no período de 2011 a 2021.

Organização de Negócios

- Abastecimento de frutas com pelo menos 20 tipos de frutas na Gleba Divisa;
- Pelo menos 70 mulheres trabalhando com processamento de frutas;
- 1 unidade de comercialização local na Cinco Mil para atender 60 produtores;
- Indústria de processamento de legumes e frutas para oferecer oportunidades aos jovens;

- Indústria de queijo para 20% de produtores;
- Granja de galinha caipira para 30 famílias das 11 comunidades;
- Projeto de escoamento diagnosticado e elaborado até 2011;
- Formulação e implementação de planos de negócios, desenvolvidos pelos produtores com a assessoria técnica de entidades públicas e privadas de assistência técnica e empreendedorismo; no desenvolvimento dos planos de negócios deverão ser abordados temas estratégicos para a região, tais como diversificação produtiva e manejo sustentável dos recursos naturais;
- Incentivar plantio de frutas da bacia amazônica;
- Verificação da atual situação da despoldadeira; e
- Casa de doces com o selo Sabor do Cristalino.

Regularização Fundiária e Assentamento de Produtores Familiares

- Estabelecimento de uma política de assistência técnica aos pequenos e médios produtores para assegurar a produtividade;
- Facilitar o acesso ao crédito e a serviços e valorização da propriedade e segurança; para atingir este objetivo se faz necessário regularizar, pelo menos, 80% da questão fundiária até 2013; este trabalho inclui o assentamento de 114 famílias até 2013; e
- Aceleração para a regularização fundiária da Gleba Divisa.

Financiamento para Atividades Produtivas

- Financiamento para comprar um caminhão com câmara fria;
- Incentivo para o plantio de frutas para o projeto CONAB, financeiro e técnico
- Incentivo financeiro para o plantio de cacau, caju, banana, piscicultura e Programa Balde Cheio;
- Irrigação e financiamento de custeio para produção ininterrupta;
- Financiamento para cacau irrigado, com contratação de assistência técnica;
- Financiamento para perfuração de poços semiartesiano;
- Aquisição de patrulha agrícola para entender as propriedades dos sócios; e
- Financiamento para despoldadeira de frutas e construção de uma granja de frangos e abatedouro.

Viabilidade de Assistência Técnica e Capacitação

- Visita permanente de técnicos para vistoriar o plantio;
- Pelo menos 2 técnicos disponíveis e 11 produtores/monitores técnicos para Gleba Divisa; a ideia é promover a formação e capacitação de monitores técnicos locais para prestar assistência técnica agropecuária que apoie a execução das políticas públicas no campo;
- Desenvolvimento e implementação de técnicas de manejo, aquisição de matrizes, com introdução de novas técnicas para melhorias na bacia leiteira; e
- Oficina de primeiro emprego para jovens até o final de 2011.

Melhoria da Agricultura Familiar

- Sistema de irrigação de 30% das hortaliças, 20% da agricultura e 20% do cacau.
- 40 propriedades com 80 hectares de plantio de cacau, cada, até 2012; e 10 hectares de SAFs, cada;
- Sistema hortifrutigranjeiro para 20% das propriedades para abastecer as escolas, mercado local e FNDE; e
- Aumento da produção de acerola, caju, cupuaçu, açaí e maracujá, a serem destinados à despoldadeira

5.5.2. Programa Conservar para Viver

Objetiva recuperar, preservar, conservar e utilizar de forma racional e sustentável os recursos naturais da Zona de Amortecimento do Parque do Cristalino, garantindo o bem estar das gerações presentes e futuras.

Nessa perspectiva e diante do quadro de degradação em que se encontram os recursos naturais da Zona de Amortecimento, são propostos os temas descritos abaixo, a serem implementados na Gleba Divisa, no período de 2011 a 2021. Com este programa pretende-se planejar e gerenciar, de forma participativa, os recursos naturais e ecossistemas do município com o propósito de preservá-los, conservá-los e utilizá-los de forma responsável na busca de seu desenvolvimento sustentável. Para isso são definidas as seguintes metas:

Restauração Florestal de Áreas Degradadas

- Plantio cacau consorciado com árvores nativas frutíferas, favorecendo a fauna local, em especial a avefauna; com recomendações para seringa, amescla, aroeira, jatobá, cajá, tamburi, pinha, ingá, taturuba, champanhe, ari, aticum e amacira
- Formação de SAFs, com, pelo menos, cacau, cupuaçu, castanha e banana;
- Plantio de castanha e cacau em áreas florestais pouco alteradas;
- Recuperação de nascentes com agrofrutífera e pupunha;
- Recuperação ambiental de 30% (de 321 propriedades) com sistema agroflorestal com espécies nativas, em aproximadamente 100 hectares, até 2021;
- Recuperação de 20% das nascentes com espécies nativas; e
- Criação de uma área extrativista no entorno do Parque Cristalino, de acordo com o Plano de Manejo da UC e consulta aos gestores.

Proteção Ambiental

- Recuperação de APPs nas propriedades, com árvores frutíferas como cupuaçu, cacau, castanha, manga, goiaba, laranja, seringas, pupunha, mamão e banana;
- Recuperação do entorno de nascentes com plantios de espécies nativas, retirada gado e isolamento da área;
- Remuneração para os proprietários que mantenham áreas de mata nativa em suas propriedades (pagamento por serviços ambientais); e
- Implantar o Programa Gleba Divisa Cristalino Limpa e Saudável, com tratamento do lixo urbano, educação ambiental sobre plásticos nos rios, planejamento de paisagem e sistema de recebimento de embalagens de agrotóxicos no comércio que os vendem;

Assistência Técnica e Capacitação

- Formação de professores com foco na temática ambiental;
- Assistência técnica específica para a exequibilidade de todo o Programa.
- Nivelamento de conhecimento sobre as normas da prática de queimadas e assistência técnica focada em manejo do fogo; e
- Implantação de alternativas aos insumos químicos (agrotóxicos) na agricultura.

Coleta de Sementes

- Viveiros estabelecidos em 11 comunidades e atendendo pelo menos 40% das propriedades de cada comunidade;
- Capacitação de produtores de sementes e mudas para a coleta, beneficiamento e armazenamento de sementes, e produção e comercialização de excedentes de mudas;
- Grupo de coletores de sementes aumentando suas rendas familiares com pelo menos 20% de adicional; e
- Casa da Semente estabelecida e equipada.

Redução de Incêndios

- Redução de 70% das queimadas por meio do sistema de manejo do fogo e da redução da prática de queimadas.
- Brigada local restabelecida, com pelo menos 12 brigadistas, para evitar e controlar incêndios florestais na Gleba Divisa; e
- Incentivo e capacitação sobre alternativas ao uso do fogo para a manutenção da lavoura, como uso de maquinário para a limpeza.

5.5.3. Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional Local

Objetiva fortalecer a organização político institucional local com vistas à preparação do capital social para conduzir o processo de desenvolvimento do município.

Este programa visa aprimorar o planejamento e a gestão pública, estruturando e reestruturando os órgãos administrativos, buscando-se incrementos nos resultados com a redução de custos e a participação da sociedade nos processos de tomada de decisões. Para isso, serão implantadas as seguintes ações:

- Estruturação e qualificação das secretarias municipais de Saúde, Educação, Turismo, Meio Ambiente, Cultura, Agricultura, Assistência Social, Administração e Planejamento, contemplando a ampliação do quadro de servidores;
- Ordenamento do sistema de comunicação em todo o município para dinamizar a administração de projetos e programas;

- Reestruturação e fortalecimento das organizações sociais existentes, capacitando-as para a gestão participativa; e ainda em administração, planejamento, associativismo, cooperativismo, articulação de parcerias, comunicação, marketing e plano de negócio; propiciando às organizações uma atuação mais efetiva na operação e manutenção de bens e serviços; e
- Estimulo à criação de outras organizações sociais para fortalecer a participação coletiva e promover o exercício da cidadania.

5.5.4. Programa Políticas Públicas Sociais

Objetiva aperfeiçoar e criar programas e projetos sociais para promover a melhoria da qualidade de vida da população da Gleba Divisa. Para atingir este objetivo foram definidos os seguintes temas nas áreas de educação, saúde, e serviços sociais.

5.5.4.1. Educação de Qualidade na Gleba Divisa

Expansão e Desenvolvimento do Ensino

Visa expandir o ensino e elevar a sua qualidade na Gleba Divisa com articulação de órgãos competentes para acelerar o processo de execução das políticas públicas em educação para atingir as seguintes metas:

- Ter alunos presentes nas escolas todos os dias, com melhorias no transporte e nas estradas, com aquisição de pelo menos 8 ônibus para atender todos os núcleos comunitários;
- Qualificar os docentes em licenciatura e pós-graduação, primando pela formação nas áreas de Agronomia, Veterinária, Biologia, Serviços Sociais e Nutrição.;
- Capacitar 100 profissionais em meio ambiente, cooperativismo, captação de recursos, comunicação social etc., dentre educadores e lideranças locais;
- Estabelecimento de Escola Familiar Agrícola na comunidade Cinco Mil, até 2015;
- Educação Cultural e Científica no ensino básico, a partir 2012; e
- Salas com recursos para deficientes e transporte adequado para os mesmos.

5.5.4.2. Programa de Saúde Pública

Objetiva assegurar à população local ações de medicina curativa e preventiva, com atendimento especial à população infantil e assistência maternal e infantil, objetivando a redução de mortalidades prematuras e elevando, por conseguinte a expectativa de vida da população ao nível da média nacional. As metas propostas para este programa a serem realizadas no período de 2011 a 2015 são:

Mobilização dos órgãos competentes para acelerar o processo de execução das políticas de saúde para:

- Reduzir a incidência de hipertensão em 40% da população;
- Promover campanha contra queimadas nas 11 comunidades, 1 vez por ano, pouco antes da época de maior incidências das mesmas;
- Viabilizar atendimento médico das 4 necessidades mais eminentes, pelo menos, e incluindo a presença de enfermeiro(a).

- Oferecer infraestrutura básica de atendimento hospitalar e equipamento de exames, de análise por meio da ampliação e melhoria da estrutura física e operacional dos serviços de saúde no município;
- Criar grupo de educação para a saúde, com atuação nas 11 comunidades;
- Ter pelo menos 90% dos agentes de saúde altamente qualificados e motivados para promover este Programa de Saúde na Gleba Divisa; e
- Fortalecimento dos Programas de Atenção Básica implementados no município (PAC; Imunização; Programas da Criança, da Mulher, Diabetes e Hipertensão, Tuberculose, Controle a Hanseníase, Farmácia Básica, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e DST/AIDS), contemplando a ampliação e qualificação dos serviços de saúde.

5.5.4.3. Programa de Serviços Sociais

Objetiva contribuir para a ampliação e o aprimoramento dos serviços de assistência social na Gleba Divisa, fortalecendo a cidadania no período de 2011 a 2015.

Promover juntos aos órgãos de governo, políticas públicas sociais para a Gleba Divisa

- Atendimento para 60 famílias;
- Posto policial para atender a comunidade em, pelo menos, dois dias por semana;
- Rádio com alcance de 90% da população;
- Acesso a telefonia celular em toda a Gleba, até 2011;
- *Internet* de banda larga na Cinco Mil, até 2011;
- Distribuição de energia elétrica em 99% da população urbana e rural;
- Atendimento ao Programa de Saúde Pública deste Plano; e
- Creche para que as mães possam trabalhar.

6. VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E PLANO DA GLEBA DIVISA

6.1. Resultados das Discussões de Validação e Encaminhamentos

No dia 15 de Outubro de 2011, os monitores e autoridades validaram o diagnóstico e o plano de conservação e economia sustentável da Gleba Divisa. Participaram deste evento de celebração a prefeitura municipal de Novo Mundo, Floresta Tour, EMPAER, ADSGLEDI, FFI, Associação União Cristalino e FEC.

Figura 10 - Foto dos Participantes da Validação



Foto: Luiz Cezar Jorge Dias, Outubro, 2011.

Objetivos da Validação

- Socializar o documento final do diagnóstico junto com a comunidade e discutir as formas de uso das informações geradas.
- Discutir o encaixe das metas com o programa do Fundo da Amazônia para a captação de recursos e execução de projetos na Gleba Divisa
- Definir arranjo institucional para a submissão da proposta para o Fundo da Amazônia
- Estabelecer próximos passos para o uso das informações, conhecimentos e arranjos gerados pelo projeto.

Quadro 7 – Participantes da Validação

Participante	Instituição/comunidade
01. José Borges da Rosa Sobrinho	Rochedo
02. Agnaldo Machado dos Santos	Rochedo
03. Regina Maria dos Santos	Chicão
04. Gabriela Oliveira Kiister Martins	Valmor Martins
05. Geraldo Valdecir Martins	Valmor Martins
06. Marli Dias Nunes	Nhandu 1
07. Alício Evangelista Dias	Nhandu 1
08. Teresa da Rosa Martins	Valmor Martins
09. Amado Santos de Oliveira	Cinco Mil
10. Ivone Bezerra da Silva	Cinco Mil
11. Rômulo Felipe Bronner Fragosa	Cinco Mil
12. Geraldo Duarte Florêncio	Cinco Mil
13. Claudenir Gonçalves	Cinco Mil
14. Elcione Ferreira de Souza	Cinco Mil
15. Sandra Maria Kiister Dias	Cinco Mil
16. Cesar de Alencar de Mello Dias	Cinco Mil
17. Claudemir Luiz Braitenbach	Barra Norte
18. Cicero Pereira do Nascimento	EMPAER
19. Luiz Cesar Dias Jorge	Floresta Tour
20. Reginaldo M Marques	Rochedo
21. Maria Liduina dos Santos	Rochedo
22. Adriana Olegario da Silva	
23. José Helio Ribeiro da Silva	Prefeito de Novo Mundo
24. José Ademir Tesk	Secretário de Administração de Novo Mundo
25. Emídio Miguel da Silva	
26. Jaqueline Oliveira Kiister	Cinco Mil
27. José Val Nunes Aragão	
28. José Adalberto Ribeiro Santos	Valmor Martins
29. José Jesus Antunes	
30. Lucimar de Fatima Gabriel de Araujo	
31. Jálío Arla	

Figura 11 – Definição do Arranjo Institucional para o projeto da Gleba Divisa.



Foto: Luiz Cezar Dias, Outubro 2011.

PROPOSTA DE ARRANJO INSTITUCIONAL PARA O PROJETO

Economia Sustentável da Gleba Divisa

- Prefeitura Municipal de Novo Mundo
- Associação de Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa - ADSGLEDI
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA
- Fundação Ecológica Cristalino - FEC
- Empresa Brasileira de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - EMPAER
- CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Cultura Cacaueira
- Associação União Cristalino
- IAMA – Instituto de Agroecologia e Meio Ambiente

Órgão Gestor

Funções das organizações no projeto

- **FEC** – Atuar nas ações de Educação Ambiental junto as escolas, organizações, jovens e comunidade e apoiar ações de pesquisas e estudos necessários.
- **ADSGLED** – Promover a qualificação e quantificação da produção para a finalidade de industrialização e comercialização.
- **EMPAER** – Promover assistência técnica para a restauração das nascentes, APPs e áreas degradadas.
- **PREFEITURA DE NOVO MUNDO** – Prover infraestrutura e execução das políticas públicas referentes aos projetos definidos para a execução do projeto (Infraestrutura)
- **SEMA** – Apoiar o processo de Educação Ambiental e promover a fiscalização das unidades produtivas.
- **COOPERAGREPA** – Atuar na organização da produção orgânica e comercialização dos produtos da Gleba Divisa
- **IAMA** – Promover assistência técnica em Agroecologia
- **CEPLAC** – Atuar a integração de culturas produtivas (cacau, café, cupuaçu, etc.) – Sistemas Agroflorestais
- **UNIÃO CRISTALINO** – Atuar como estratégia de pressão para a Regularização Fundiária das propriedades.
- **ÓRGÃO GESTOR** - criar capacidade para sustentabilidade – estruturar modelo de sustentabilidade para o futuro, depois do projeto. Independente do proponente o projeto deve ter um modelo de gestão para que as organizações e

comunidades possam participar efetivamente das decisões. Este órgão deve ser composto das organizações parceiras do projeto e monitores e moradores.

Outros potenciais parceiros:

- SEBRAE - capacitação de empreendedores
- SENAR - capacitação de produtores
- Conservação Estratégica (CSF) – planejamento de negócios
- Fundação Getulio Vargas – estudos e modelo de negócios sustentáveis
- CDS – Curso de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Brasília – estudos e modelo de negócios sustentáveis

Principais Projetos de Interesse

- **Instalação de uma Indústria de Processamento de Frutos e Legumes** - oferecer trabalho e renda para mulheres e jovens. Esta indústria tem a finalidade de atender nos próximos 6 anos 150 propriedades.
- **Desenvolver Cadeias Produtivas para Peixes, Aves e Leite** – desenvolver ações, de acordo com a legislação de zona de amortecimento, que venham estrutura cadeias produtivas para a criação de peixe e de aves e adequação e qualificação de pastos (leite e corte).
- **Regularização Fundiária e Regularização Ambiental** – estabelecer parceria com INCRA e INTERMAT para a regularização do município tanto na área fundiária quanto ambiental.
- **Promover Assistência Técnica Permanente para a Gleba Divisa** – organizar o quadro de pessoal para atender as principais demandas dos projetos apresentados (agronomia, ambiental, veterinária, negócios, administração e zootecnia). Além da formação do quadro de profissionais um grupo de técnicos locais (monitores comunitários) será montado para atuar na assistência aos

proprietários. Estes monitores serão capacitados e supervisionados pelos profissionais acima mencionados.

- **Organização e Qualificação da Produção de Frutas (Conjugado com SAFs)**
– trabalhar estreitamente junto aos produtores para a construção de um plano de quantificação e qualificação da produção de frutos e legumes com finalidade de processamento e comercialização. São frutos indicados: Abacaxi, Manga, Cupuaçu, açaí, tomate e outros.
- **Obs.: É legal plantar Açaí na zona de amortecimento para fins comerciais?**
- Também indica-se a organização da produção de legumes conjugado com SAFs, tais como (beterraba, rabanete, berinjela, batata doce, pepino, cenoura, etc.).
- **Restauração de Nascentes e APPs** - desenvolver um sistema de restauração ara o município por meio da estruturação de viveiro, processo de coleta de sementes, estudo de solo para plantação adequada de espécie, estudo, prover apoio para o isolamento de nascentes em restauração, e definir o sistema de restauração junto aos interessados.
- **Redução de incêndios** – promover campanhas educativas contra o fogo e estrutura o grupo de brigadistas contra Incêndios. Os monitores também serão capacitados para promover orientação e campanhas contra incêndio na zona de amortecimento.
- **Promover o fortalecimento de estruturas organizacionais locais** – prover as organizações de condições necessárias para a execução dos projetos e criar entidade que possa coordenar as ações econômicas (Fortalecimento de uma Cooperativa)

Obs: Observar o PPCDAM – Programa Proteção e Controle do Desmatamento da Amazônia.

Próximos Passos

- Levantamento dos Documentos para aplicação ao BNDES – ADSGLED e Prefeitura - Data: Até 21/10
- Contratação do Consultor Proponente
- Data: Reunião com Grupo – 23/10 – 9:00 às 12:00hs
- Liderando a Reunião – ADSGLED e Prefeitura
- Convidados: Monitores, ADSGLED e Prefeitura.
- Conversa com a Intermat – ADSGLED e Prefeitura

6.2. Avaliação dos Participantes

Os participantes da elaboração do Plano contribuíram ainda com as suas avaliações acerca dos acontecimentos na Gleba Divisa desde 2006, conforme quando a seguir:

Quadro 8 - Avaliação dos monitores.

Nome	Resposta	Aprendizagem
Marinaldo	Aprendi que a sobrevivência real não é pensar somente em si e sim defender a natureza e respeitá-la como a si mesmo.	Tem que ter cuidado com o lugar onde moramos e saber que nossas práticas afetam outras pessoas de outros lugares. Temos que ter consciência da complexidade de fazer desenvolvimento e proteção ambiental.
Marli	Preservar o meio ambiente é o mesmo que cuidar do próximo, inclusive comprar briga com meus parentes em relação ao garimpo e desmatamento.	Usar informações de outros para melhorar o trabalho.
Regina	Eu aprendi que se não existir união, companheirismo e força de vontade nenhum projeto vai dar certo e ninguém vai conseguir dar andamento nele.	Sem união, companheirismo e força de vontade não tem projeto que dá certo.
Ivone	Aprendi a questionar e respeitar os que questionam.	Respeitar a natureza e defendê-la como a si mesma – sobrevivência não é pensar só em si.
Claudemir	Aprendi que cuidar da natureza é o mesmo que aprender a cuidar do mundo, pois eu vou estar cuidando de mim porque todos nós dependemos dela para sobreviver.	Preservar o meio ambiente é a mesma coisa que amar ao próximo – luto dentro da família contra o garimpo.
Renata	Tem que cuidar do lugar que a gente mora, que a árvore que está aqui vai interferir no clima da capital. É um absurdo nós desmatarmos morando aqui, e aprendi que faço parte de um todo e tenho que fazer a minha parte para mudança e com o trabalho que já fizemos mostra que não é fácil (e começa dentro da minha casa).	Proteger e cuidar da natureza para o futuro, pois ela cuida de nós.
Reginaldo	Após ser multado pelo IBAMA, estou recuperando a APP.	Aprendi pela multa do IBAMA – o castigo me ensinou a plantar – hoje tenho minha área reflorestada.
Neuzito	Aprendi a viver menos estressa e a compreender o próximo.	A convivência com outros reduz o estresse e melhora a relação com o próximo.
Larissa	A necessidade do estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas com organizações de todos os níveis (principalmente o governo) fortalecendo assim as organizações locais para que as ações iniciadas e/ou impulsionadas por projetos (que devem ser iniciados a partir da demanda da comunidade) se tornem políticas públicas garantindo assim a sustentabilidade da ação.	Aliar parceiros de todos os níveis e que os projetos surjam da comunidade e políticas públicas em parceria para o fortalecimento do poder local.
Claudemir (Branco)	Aprendi que proteger e tentar ampliar a natureza no futuro ela é que vai cuidar de nós.	Questionar e respeitar quem questiona.
Rômulo	Superar os pontos fracos e aproveitar isso para melhoria.	Cuidar da natureza ajuda a mim mesmo, pois dependo

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das informações contidas neste documento, tanto as oficiais, quanto as de coletadas pelos monitores, revelam que a Gleba Divisa tem características predominantemente rurais em termos de distribuição da população e de utilização de recursos e sistemas produtivos.

Pode-se perceber claramente que a Gleba Divisa vivencia uma situação de isolamento social e do mercado. Conclui-se que a insuficiência de políticas públicas básicas e a pouca estrutura produtiva agropecuária são os responsáveis por manter a condição de forte exclusão social de grande parte da população local. A atividade de turismo no local, com toda a sua potencialidade, também nunca foi aproveitado como meio para o crescimento econômico, melhoria da infraestrutura e desenvolvimento das comunidades locais.

Fica claro, diante do cenário revelado pelo diagnóstico, que os agentes produtivos, que foram a força motor da Gleba Divisa, estão à margem dos interesses e investimentos públicos, com pouco ou nenhum acesso a água, habitação, saneamento, saúde, educação, transporte, lazer, inversões nas atividades agropecuária, capacitação, organização social e definição da estrutura fundiária, explicando o estágio ainda preliminar das atividades econômicas e sociais.

A prática produtiva convencional e seu ciclo insustentável, realizados pelas famílias da Gleba Divisa, têm forçado a exploração desequilibrada dos recursos naturais, principalmente, os de natureza vegetal, mas com consequências altamente danosas para a fauna, flora, água e solo. O resultado final desta prática produtiva não tem garantido um rendimento familiar satisfatório que contribua com a melhoria das condições de vida, com a produção significativa da região e, tão pouco, com a proteção dos recursos naturais, sobretudo os que impactam diretamente na vida dos cidadãos como a água, ar, solo, paisagem e alimentos.

Estas condições exigem do Município de Novo Mundo a definição urgente de políticas públicas que promovam as atividades socioeconômicas e ambientais para a construção de eixos integradores e diretrizes equitativas para a sociedade, que atendam o crescimento e a transformação positiva da realidade do município, garantindo o bem estar da coletividade.

A insuficiência e fragilidade da organização comunitária refletem a dinâmica restrita da sociedade hoje, que pouco tem participado da organização e decisões políticas do município e, conseqüentemente, contribuído para a postura de descaso do poder público (anterior a 2010) com o desenvolvimento do município. Esta constatação está fundamentada na limitada perspectiva de mudanças, na baixa autoestima das famílias, na descaracterização dos valores culturais e na inexperiência em organização política e comunitária.

A ausência de investimento e de políticas de apoio à infraestrutura básica coloca a Gleba Divisa em situação de isolamento socioeconômico, impondo a necessidade de uma ação mais direta de políticas sociais e de identificação de alternativas de trabalho e renda, com melhor aproveitamento das oportunidades e conservação dos recursos naturais e culturais que enriquecem esta localidade.

O diagnóstico, porém, oferece outro indicador, que é o fato deste ter sido elaborado, em sua maior parte, com a participação da comunidade, por meio dos monitores, revelando fatores de potencialidades fundamentais: o envolvimento da população na discussão dos seus problemas e oportunidades, o conhecimento inédito de sua realidade, o crescente desejo dos grupos locais em participar cada vez mais de seu processo de desenvolvimento. Foi identificada uma forte disposição das comunidades locais em participar das discussões, independentemente de distâncias e tempo despendido. Esta automobilização local constitui um indicador bastante positivo, que revela o potencial cultural para a busca de soluções conjuntas. Esta disposição pode ser comprovada através das proposições feitas pelos monitores no processo de discussão das matrizes de PPCS - identificação dos problemas, potencialidades causas e soluções – realizadas na modalidade participativa, revelando que a população local se predispõe a um posicionamento estreito para a implementação do plano da Gleba Divisa.

Após o exercício de construção das PPCS os monitores foram capacitados para construir este Plano de Desenvolvimento Socioambiental da Gleba Divisa, a partir de estratégias de planejamento participativo, realizadas durante diversas oficinas. Com isto, o processo de construção do diagnóstico participativo gerou o seu segundo maior resultado: os atores sociais locais capacitados para atuarem como gestores sociais do desenvolvimento da Gleba Divisa.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Casa Civil da Presidência da República: “**Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**”, Brasília, 2004.

Prefeitura Municipal de Novo Mundo: “**Perfil Socioeconômico de Novo Mundo/MT**”, Novo Mundo, 2008

2.

Instituto Ouro Verde e Fundação Ecológica Cristalino: “**Diagnostico Participativo da Gleba Divisa**”, Alta Floresta, 2006

Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT): “**Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino, Volume I: Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico**”, Cuiabá, 2009.

REDES DLIS: “**Metodologia DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**”: Disponível em www.redes.org.br, setembro, 2011.

<http://www.pmnovomundo.amm.org.br/historico.htm> - acesso 26 de Maio de 2011.

IBGE: Censo 2010: Acesso disponível em 10 de Setembro, 2011.
<http://www.ibge.gov.br>

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia qualitativa de análise e planejamento do desenvolvimento local sustentável. PCT – INCRA/IICA – Brasília, junho de 1999.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais. Texto para discussão Nº 939, IPEA - Brasília, fevereiro de 2003.

9. ANEXOS

Momentos do Processo de Construção do Diagnóstico e do Plano de Proteção Ambiental e Economia Sustentável da Gleba Divisa.



Equipe em sua primeira visita a Gleba Divisa



Primeira capacitação da equipe para o diagnóstico



Depois de longa capacitação na aplicação do diagnóstico, um almoço participativo.



Grupo de produtores orientado pela CEPLAC na cultura de Cacau – Alta Floresta.



Participação no evento de capacitação em cadeias produtivas oferecido pela Prefeitura de Novo Mundo.



Capacitação de monitores em liderança participativa e mobilização comunitária.



CEPLAC capacita produtores em cultivo de cacau para recomposição de áreas degradadas.



Monitores e moradores analisam os dados do Diagnóstico.



Discussão Participativa para o Fortalecimento da ADSGLEDI



Monitores aplicam o teste do questionário que eles mesmos criaram.



Conversas informais acerca dos projetos e expectativas



Discussão sobre metas e projetos para o futuro.



Prefeito (José Helio) de Novo Mundo discute implementação de políticas públicas com a comunidade



Boas relações entre proprietários da Gleba e Equipe da FEC.



Dupla final do processo de construção do diagnóstico e plano da Gleba Divisa.



Assentamento Cinco Mil em 2010. Qual será o cenário em 2021?



CEPLAC promove curso de capacitação de técnicos para a cultura de cacau.



Sistema agroflorestal de sucesso do seu João Savedra é visitado pelos técnicos da FEC.



Participação dos Monitores na Conferência “Diálogo para Efetivação de Áreas Protegidas e Identificação de Oportunidades Econômicas da Conservação da Biodiversidade”. (Dezembro, 2010)



Reunião de Negociação de Projetos com o Prefeito (José Helio) e Secretários Municipais de Novo Mundo.



Oficina de Validação do Diagnóstico e Plano Participativo da Gleba Divisa, 2011.



Casal Valmor Martins



Prefeito assina contrato de doação de Freezer e Balanças para a Gleba Divisa



“Não é que este diagnóstico ficou bom?!”



Certificado para os Monitores Elcione e Claudenir do Assentamento Cinco Mil.



Certificado para os Monitores Geraldo (Valmor Martins) e Amado (Presidente da ADSGLEDI)



Certificado para os Monitores Beto (Valmor Martins) e Marli e Alicio do Nhandu 1



O prefeito, Rômulo e Geraldo certificados pela participação.



O presidente da ADSGLEDI fala do processo de construção do Diagnóstico e apoia a execução das ações.



O prefeito apoia e se compromete com a implementação do Plano da Gleba Divisa



E o povo gosta de ver os resultados do seu trabalho

Celebração Coletiva





Foto do grupo de Monitores, Prefeitura, EMAPAER, FEC, FFI, Associação União Cristalino, Escola Estadual de Rochedo, COOPERAGREPA e ADSGLEDI, 2011.



A Dupla Dinâmica tem a satisfação de agradecer a oportunidade de conviver e aprender muito com os monitores e moradores da Gleba Divisa. (Luiz Cezar e Nira Fialho).